

SIMPÓSIO 17

O PORTUGUÊS DO BRASIL: ESTUDOS FORMAIS COM ÊNFASE EM LÍNGUAS EM CONTATO E NA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

COORDENAÇÃO:

Professora Márcia Santos Duarte de Oliveira
(Universidade de São Paulo/USP)
marcia.oliveira@usp.br

Professora Ana Paula Quadros Gomes
(Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ)
anaquadros@letras.ufrj.br

Professora Lurdes Teresa Jorge
(Universidade de Brasília/UnB)
lu_spes@yahoo.com.br

A QUANTIFICAÇÃO UNIVERSAL EM KARITIANA E EM PB

Thiago COUTINHO-SILVA (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; inteiro@gmail.com); Ana QUADROS GOMES (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; anaquadros@letras.ufrj.br)

RESUMO: Karitiana (família Arikém, tronco Tupi) apresenta apenas nomes nus, que podem receber interpretação específica ou genérica, plural, singular ou indefinida para número. Karitiana conta apenas com A-quantificadores (adverbiais); entretanto, um item, *akatyym*, produz os efeitos de um quantificador distributivo universal. Coutinho-Silva (2008) analisa **NP + akatyym** como o pivô de uma relativa maximizante (cf. Grosu & Landman 1998). *Akatyym* significa “aqueles que estão (em certo lugar)” (*aka* = verbo “ser”; *tyym* = partícula subordinadora). A adjunção da relativa ao NP ocorre na projeção máxima de Aspecto, ativando a maximização da participação dos indivíduos denotados pelo NP na situação relevante para o evento da matriz. Como resultado, **NP + akatyym** é interpretado como **todos + DP** em Português do Brasil (PB). O nome nu (**NN**) do PB também pode receber interpretação específica ou genérica, plural, singular ou indefinida para número. O **NN** não pode ser sujeito de sentenças específicas (**Professor entrou naquela sala*), mas a modificação por **todo** “salva” tais construções (*Todo professor entrou naquela sala*), desde que se conte com uma restrição situacional discursiva (a sentença, dita numa escola, refere-se a todos os docentes presentes ali). Defendemos que o distributivo universal do PB funciona tal como o do Karitiana: como um modificador da participação da referência do NP no evento. Tal similaridade entre o PB e Karitiana pode ter duas explicações: (i) trata-se de um universal linguístico; (ii) línguas indígenas influenciaram o PB. Pela segunda hipótese, modificações na gramática do PB podem ser fruto da convivência entre portugueses e indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: distribuição universal; nomes nus; quantificação nominal

Introdução: situando o problema

Há um debate semântico em andamento sobre o estatuto dos chamados de “quantificadores universais”, como o “all” do inglês. Para Mathweson (2001) e Kratzer (2004), expressões dessa categoria são modificadores: “APs (adjuntos adnominais ou adverbiais) modificando DPs (sintagmas nominais determinados) podem facilmente se passar por verdadeiros quantificadores[...]; o “all” do inglês pode bem ser um caso desse tipo”(KRATZER, 2005, p.34). Já a

análise clássica (BARWISE & COOPER, 1981) preconiza os dois mais famosos universais semânticos, o “*NP-Quantifier Universal*” e o “*Determiner Universal*”. Esses universais dizem que toda língua natural terá certos constituintes sintáticos (os sintagmas nominais) cuja função é produzir quantificação generalizada no domínio do discurso; e que toda língua natural contará com expressões simples abertamente realizadas (os determinantes), cuja função semântica é transformar a denotação do nome comum em uma denotação contável.

Dados de Karitiana e do PB põem em cheque o “*NP-Quantifier Universal*” e o “*Determiner Universal*”, já que, por exemplo, **todo + NN** “*todo professor*” pode ter uma interpretação definida em contextos como “Todo professor chegou atrasado à reunião”, desde que o contexto estabeleça a restrição do quantificador, ou seja, que se esteja falando dos professores de certa instituição. Por outro lado, os dados de Karitiana e do PB também não cabem na análise de Mathewson 2001, baseada em fatos de Lillooet Salish (LS). Como, em LS, os quantificadores em posição argumental sempre co-ocorrem com determinantes, a autora defende que, em todas as línguas naturais, em vez de tomar como argumentos expressões simples (predicados nominais, como nomes nus), como Barwise & Cooper queriam, os quantificadores tomam sintagmas de determinantes. Não é óbvio como estender essa análise a uma língua sem quaisquer determinantes, como é Karitiana.

É interessante que tanto os dados de Karitiana quanto os do PB desafiem as duas correntes principais de análise semântica para a quantificação universal nas línguas naturais. Cumpre explorar a possibilidade de essa semelhança entre essas duas línguas faladas no Brasil ser mais que uma coincidência. Há duas linhas teóricas em que o fenômeno pode ser tratado: ou ele se explica por um universal linguístico, isto é, por uma lei semântica inerente a todas as línguas naturais; ou ele dá suporte à análise de que as línguas indígenas influenciaram o PB. Pela segunda hipótese, modificações na gramática do PB podem ser fruto da convivência entre portugueses e indígenas. É ainda possível que as duas linhas teóricas tenham razão, em certa extensão. Por falta de informações consistentes que suportem a segunda hipótese, nos limitaremos a explorar neste artigo a primeira; ou seja, trataremos aqui do impacto dos dados dessas duas línguas faladas no Brasil sobre as teorias de universalidade semântica.

Nossa visão combina aspectos das duas correntes do debate, sem coincidir com nenhuma. A nosso ver, as línguas naturais dispõem de criaturas como **all**, **akatyym** e **todo**, que não são quantificadores, no sentido de não terem força quantificacional própria, mas também não são propriamente nem modificadores nominais, como é o adjetivo ‘amarelo’ em “as casas amarelas”, nem adverbiais, como são ‘bastante’ e ‘aos domingos’ em “eu durmo bastante aos domingos”. Defenderemos que **todo** (PB) e **akatyym** (Karitiana) marcam a máxima participação do argumento representado pelo sintagma nominal no evento ou predicado verbal, o que gera a ilusão de força quantificacional universal para esses modificadores. O que **akatyym** e **todo** realmente modificam é a relação de predicação primária da sentença, isto é, o modo como a predicação recai sobre um de seus argumentos, com maximalidade, marcando a verificação da verdade da proposição. Parece-nos que essa análise é compatível com os dados de **all** discutidos na disputa pelo estatuto dos “quantificadores universais”, e que poderia ser estendida às outras línguas naturais, uma tarefa que deixamos para futuras investigações.

Karitiana

1.1. A Nomes nus em Karitiana

Os nomes em Karitiana não apresentam projeções funcionais com conteúdo fonológico. Ou seja, os nomes em Karitiana são nus. Como as formas nominais não são marcadas, em um único enunciado (1) elas podem ter a leitura de um sintagma nominal singular sem definitude (2a), de plural sem definitude (2b), de singular definido (2c), de plural com especificidade/definitude (2f), de plural para um dos nomes e de singular definido para o outro (2d/e), de indefinido singular (2g) ou de indefinido plural (2h). A sentença (1) pode equivaler a qualquer dos enunciados em PB em (2), além de ter ainda outras possíveis interpretações.

(1)

<i>taso</i>	<i>naokyt</i>	<i>boroja</i>
taso	Æ -na-oky-t	boroja
homem	3-decl-matar-nfut	cobra

(2)

- (a) Homem matou cobra.
- (b) Homens mataram cobras.
- (c) O homem matou a cobra.
- (d) Os homens mataram a cobra.
- (e) O homem matou as cobras.
- (f) Os homens mataram as cobras.
- (g) Um homem matou uma cobra.
- (h) Alguns homens mataram algumas cobras.

Em Karitiana, os quantificadores são adverbiais. As posições sintáticas possíveis para **keerep** (‘sempre’) e **kandat** (‘muito’), por exemplo, são as mesmas dos advérbios de modo, como ilustrado em (3). Cada sentença em (3) pode ser interpretada como qualquer das sentenças do PB em (4), entre outras possibilidades. Os contextos em (5), no entanto, não são significados possíveis de (3), que requer multiplicidade de eventos, envolvendo ou não pluralidade de entidades (cf. Sanchez-Mendes, 2008).

(3)

- (a) **Kandat** *taso naokyt boroja*.
- (b) *Taso naokyt* **kandat** *boroja*.
- (c) *Taso naokyt boroja* **kandat** .

(4)

- (a) Muitos homens mataram a cobra.
- (b) Um homem matou muitas cobras.
- (c) Homens mataram cobras muitas vezes.
- (d) Os homens mataram muitas cobras.
- (e) O homem matou cobra muitas vezes.
- (f) Muitos homens mataram muitas cobras.

(5)

- (a) Muitos homens mataram muitas cobras de uma só vez.
- (b) Os homens mataram uma cobra certa vez.
- (c) Muitos homens mataram a cobra naquela vez.

Note-se que a verdade das sentenças em (3) não requer estritamente nem que haja pluralidade de homens (cf. 4e) nem que haja pluralidade de cobras (4a). O que a verdade das sentenças em (3) requer é que haja pluralidade de eventos de atirar, como mostra a rejeição, pelos informantes, das traduções em (5)¹. Mesmo em presença de **keerep** ou **kandat**, a quantidade, a especificidade e a definitude dos referentes dos nominais se mantém variável, ou seja, não está fixada. Esses fatos sustentam a tese, defendida por Storto, Muller, Sanchez-Mendes e Coutinho-Silva de que essa língua não tem quantificação nominal, mas apenas quantificação adverbial.

¹ Para mais argumentos sobre a análise de **kandat** como quantificação adverbial, ou A-quantificação, nos termos de Partee et al, 2005, remetemos o leitor a Sanchez-Mendes, 2008 e 2009.

1.2. Há quantificação nominal em Karitiana?

Karitiana tem um candidato a quantificador distributivo universal, traduzível por *todo*, *akatyym*, que é uma exceção à regra de quantificação adverbial. *Akatyym* só forma constituinte e opera com nominais ocupa uma posição proibida para advérbios, como vemos em (6), o que o coloca fora da categoria de *keerep* e *kandat*. O significado de (6) só pode ser o que está em (7a) ou (7b), nunca o que está em (7c) ou (7d), por exemplo.

(6)

<i>taso</i>	<i>naokyt</i>	<i>boroja</i>	<i>akatyym</i>
taso	Æ-na-oky-t	boroja	akatyym
homem	3-decl-matar-nfut	cobra	Todas

- (7)
- (a) O homem matou todas as cobras.
 - (b) Homens mataram todas as cobras.
 - (c) *Todos os homens mataram uma cobra.
 - (d) *Todos os homens mataram cobra.

Modificado por *akatyym*, o nome tem de ser interpretado como plural (denotar pelo menos duas entidades discretas de COBRA). O nominal se torna quantizado (o número de cobras não está explicitado, mas é aferível, porque a quantidade de cobras na situação focalizada está fixada e delimitada). A totalidade da denotação do nominal que *akatyym* precede é argumento da predicação (homens, alguns homens, o homem ou os homens que são a referência do sujeito de (6) precisam ter matado todas as cobras existentes na situação para que a sentença seja verdadeira).

A interpretação muda se *akatyym* antecede o sujeito, e não o objeto da mesma sentença. Não há concordância de gênero em Karitiana, mas, se *akatyym*, mas as versões de (8) em português (9) explicitam a mudança na interpretação:

(8)

<i>Taso</i>	<i>akatyym</i>	<i>naokyt</i>	<i>boroja</i>
Taso	akatyym	Æ -na-oky-t	boroja
homem	todos	3-decl-matar-nfut	cobra

- (9)
- (a) Todos os homens mataram cobra.
 - (b) Todos os homens mataram uma cobra.
 - (c) *Um homem matou todas as cobras.

Se *taso* precede *akatyym*, é a interpretação desse nominal que mostra menos vagueza e mais delimitação. *Taso akatyym* denota pelo menos duas entidades discretas de HOMEM; a predicação recai sobre a totalidade do referente: cada um dos homens na denotação de *taso akatyym* precisa ter participado da eventualidade de matar cobra(s).

Akatyym restringe a denotação do nominal com que se compõe a um subconjunto menor das possibilidades do nome não modificado, o que se nota pela exclusão de algumas das traduções possíveis para (1), dadas em (2), para as sentenças com *akatyym*, como se vê no número menor de traduções admitidas em (7) e (9). Portanto, a tradução de *boroja akatyym* (6) por “todas as cobras” em PB (7) e a de *taso akatyym* (8) por “todos os homens” (9) atestam que *akatyym* impõe restrições sobre a interpretação do nominal: a leitura é específica, quantizada e a denotação tem de conter pelo menos duas partes discretas. *Akatyym* não tem o efeito de especificar um número plural de partes nem o de requerer definitude sobre outros nominais na sentença, mas apenas sobre o nominal ao qual está adjacente.

Deveríamos tratar *akatyym* como um quantificador nominal (D-quantifier, nos termos de Partee 1995)?

A localidade da operação de *akatyym* e o fato de a operação ter de ser sobre um nominal em posição argumental na sentença destoam do comportamento dos outros operadores em Karitiana, como *keerep* e *kandat*. Muller, Storto e Coutinho-Silva (2006) propuseram que sequências como *taso akatyym* constituem uma sentença, decomposta em um nome (em posição) argumental, um verbo e uma partícula subordinadora:

(10)

$$taso\ akatyym = NP + akatyym = [_{XP}[_{NP}\ N]_X]$$

NP argumental (ARG) + aka+tyym = ARG + auxiliar + subordinada

Aka, o verbo de ligação (‘ser’/‘estar’) utilizado em cópulas, cria equativas e predicativas; também é o auxiliar em sentenças finitas, carregando a morfologia de tempo, aspecto e concordância. *Tyym* aparece como proforma anafórica (*também, o mesmo*) e introduzindo subordinadas adverbiais (equivalendo aos itens do PB *então, quando* e *se*) e relativas; pode ser o modo de ancorar os nomes, formando demonstrativos oracionais. *Tym* pode se acoplar a verbos, como conectivo sentencial (com importe aspectual e temporal); ou a nomes, marcando inclusão ou identidade. *Akatyym* é analisada por Storto, Muller & Coutinho-Silva como uma estrutura mais complexa, uma subordinada. Então, se, por um lado, *akatyym* lembra *todo*, por outro lado, diferentemente de *todo, akatyym* não é uma expressão simples, como uma sentença que modifica um nome.

Coutinho-Silva (2009) trata *akatyym* como uma sentença relativa que possivelmente passou por certo grau de gramaticalização, pois seus componentes não podem ser substituídos por outros da mesma categoria e significado semelhante (com outro verbo em lugar de *aka*, não se produz o mesmo efeito de sentido). Assim sendo, *eremby akatyym*, que traduzimos por “todas as redes”, é na verdade um nominal formado por um núcleo e uma relativa, e literalmente significa “as redes que estão presentes na situação relevante”; e a expressão *taso akatyym*, que traduzimos por “todos os homens”, literalmente significa “os homens que estão presentes na situação relevante”.

1.3. O quantificador distributivo universal oracional de Karitiana

Coutinho-Silva (2009) se apóia em Grosu & Landman (1998), para tratar da leitura universal das relativas. As relativas maximizadoras não se combinam semanticamente com o núcleo nominal via intersecção, como é o caso da combinação entre adjetivos como ‘cinza’ e nomes como ‘gato’ (grosso modo, ‘gato cinza’ = x tal que x é gato e x é cinza), e sim estabelece com esse núcleo o tipo sortal de entidade sobre o qual a predicação da sentença matriz vai operar. Assim como Jakobson (1995) defende que relativas livres denotam a máxima entidade plural (*maximal plural entity*), o complexo *taso akatyym* também vai denotar que a máxima soma de homens presentes na situação relevante é o argumento do evento descrito na matriz

O núcleo complexo *aka+ tyym* (verbo ‘ser’/‘estar’+ Asp^o) se compõe com o evento da oração principal. Asp é a projeção Aspecto, em cujo núcleo está alojado o operador responsável pelo ancoramento do evento numa coordenada espaço-temporal. O núcleo de Asp vai recortar a denotação do que está sendo predicado como existente (o que é), transformando em específico o que é denotado pelo NP, dentro de um evento pontual, ancorado no tempo e no espaço. É assim que, em (8)/(10), não se fala de tudo o que é homem no universo, mas de todos os homens num recorte espaço-temporal, dado pelo evento da matriz: todos os homens que estão (existem) na situação que exemplifica o evento. A cardinalidade de homens pode ser aferida, pois a predicação da sentença matriz recai sobre a soma máxima de homens presentes na situação que exemplificam o evento (de amarrar as redes) denotado pela matriz. A maximização é a tomada da soma máxima de homens existente na situação relevante como argumento do evento da sentença matriz. O movimento do pivô da relativa para Spec de AspP é necessário para a maximização. A leitura universal é resultado da posição do nominal (por vezes fonologicamente nula) no Spec de CP; nessa posição o tipo (sortal) do nominal é

interpretado em relação ao resto da relativa. É o movimento de NP para CP (AspP) que maximiza a denotação nominal. Karitiana é uma língua com certa ‘flexibilidade’ quanto as posições dos seus argumentos (STORTO, 1999), devido à facultatividade de seus constituintes se moverem antes do movimento final na forma lógica. A única impossibilidade (para uma relativa maximadora) seria o NP permanecer in situ; isso porque o movimento para Spec de AspP é inevitável, pois é nesse movimento/ posição alvo que a operação MAX(*eremby*) – número máximo de redes na situação espaço-temporal delimitada na sentença matriz – é realizada. Isso explica porque *akatyym* termina junto ao nome que modifica, em localidade estrita.

O ancoramento do evento com marcas espaço-temporais da matriz principal se dá após a relativização da referência do pivô (*taso*) para a situação que tem relevância semântica para tal evento; *taso akatyym* vai então denotar a soma máxima dos homens que estão nessa situação. A situação delimita a denotação do predicado nominal denotado pelo pivô, levando a predicação a recair apenas sobre os homens que ali se encontram; assim, é possível aferir sua quantidade, pois se trata de uma soma máxima delimitada, assim como “(os) homens que estão nesta sala” tem cardinalidade aferível, bastando para apontá-la que alguém possa correr os olhos pela sala. A situação atrelada ao argumento-evento davidsoniano da matriz também ancora, junto com o evento, seus participantes, tornando a denotação de *taso akatyym* específica.

Segundo a semântica de situações e a de eventos, os participantes de um evento existente numa certa localização espaço-temporal necessariamente são delimitados (quantizados) e existem nesse mesmo recorte espaço-temporal (Kratzer 2008). Relativizar uma denotação nominal neutra para número e para especificidade quanto a uma situação atrelada a um evento, como *akatyym* faz, só pode ter como produto uma denotação nominal quantizada como argumento do evento. Dado que a delimitação é dada pelos limites da situação, essa denotação só pode ser interpretada como a soma máxima de entidades daquele tipo existente na situação. Esse é o tipo sortal de deonotação nominal que essa relativa produz: a máxima quantidade daquele tipo de entidade na situação torna-se o argumento da eventualidade.

2. A tangência entre Karitiana e o Português Brasileiro (PB)

A explicação de Coutinho-Silva (2009) para a construção da quantificação universal em Karitiana não é idiossincrática, ou exclusiva de uma língua exótica, mas está de acordo com um fenômeno observado em várias línguas: o *subtriggering*. *Subtriggering* é o fenômeno pelo qual um sintagma nominal não aceitável em certo contexto lingüístico é redimido pela presença de um modificador. Dayal (1998) apresenta dados do *Free choice any* do inglês, que não pode figurar como complemento verbal de sentenças eventivas (11a). Entretanto, a modificação por uma relativa “salva” a sentença: (11b) é perfeitamente gramatical.

- (11)
- a. **Mary talked to any angry student.*
Mary falou com qualquer estudante bravo. (sentença mal formada em inglês)
 - b. *Mary talked to any student who was angry.*
Mary falou com qualquer estudante que estivesse bravo. (sentença muito bem formada em inglês)

Para Dayal, essas relativas, modificadores sentenciais que sempre são posnominais em inglês (Sadler & Arnold, 1994), licenciam *any* como argumento de um predicado verbal episódico porque podem introduzir variáveis espaço-temporais independentes. Essa explicação tem como pressuposto a generalização de que argumentos de eventos existentes têm de ser ancorados no tempo e no espaço, o que “*any angry student*”, em (11a), não é. É a relativa que ancora o seu pivô, em (11b). “*Any angry student who was angry*” significa, então, um grupo delimitado de estudantes no qual cada um estava bravo em determinado ponto do tempo e do espaço, ou seja, em dada situação. A verdade de (11b) requer que Maria tenha falado com cada indivíduo nesse grupo, ou seja, com cada um que fosse estudante e estivesse bravo na situação relevante.

Paralelamente, em PB, Quadros Gomes (2009) credita à relativa que modifica o nominal sobre o qual opera *todo* o efeito de ancoragem, defendendo que é esse modificador que contribui com uma situação nos limites da qual o nome nu pode ser interpretado como existencial em (12c). Observe-se o contraste entre (12a), uma sentença perfeita do PB, e (12b), uma sentença agramatical.

- (12)
- a. Ele comprou computador.
 - b. *Ele comprou todo computador.
 - c. Ele comprou [todo computador que já entrou em promoção naquela loja até hoje].

É sabido que *todo* + NN (nome nu) não pode ocupar a posição de complemento de sentenças eventivas, paralelamente ao *any* do inglês. Porém, o nome nu sozinho pode ocupar essa posição. A explicação oferecida por Quadros Gomes (2009) é que o predicado verbal sobre fechamento existencial default em sentenças eventivas; o nome nu do PB é um indefinido, como defendido por Muller (2007). Como complemento verbal, indefinidos são presos pelo operador existencial default (Milsark, 1979; Heim 1982). A denotação primária do nome nu (sem morfologia de plural) do PN é a do nome comum: o domínio inteiro. O operador existencial prende o argumento-evento davidsoniano e parte o domínio nominal, desprezando parte dele e deixando a outra parte como argumento do evento. Dado que a partição se dá por critérios contextuais, o falante pode ajustá-la, de modo a deixar como argumento do evento o tanto de computadores típico de uma situação de compra. O nome nu sob fechamento existencial (11a) tem quantidade indefinida e vaga, mas compatível com um indivíduo, uma entidade participante do evento. Porém, *todo* marca o nominal com que concorda com a maximização. Se a denotação original do nome nu é a do nome comum, temos para *todo computador* a denotação do domínio inteiro dos computadores no universo, uma denotação imprópria para servir de argumento a um evento. Após a operação de maximização, a partição do domínio nominal pelo fechamento existencial default não pode mais se aplicar. *Todo computador*, em (11b), tem quantidade definida, embora imprecisa, não aferida em cardinais, e essa quantidade é a típica de um predicado, e não de um indivíduo.

Uma extensão irrestrita é incompatível com uma situação específica; a sentença episódica pede uma leitura existencial do objeto, que só é obtida quando ocorre a necessária restrição de domínio. Se restrições suficientes para reduzir a quantidade da soma máxima a um patamar compatível com uma entidade forem aplicadas abertamente ao nome nu modificado por *todo*, antes da fixação do grau máximo, a aceitabilidade da sentença melhorará consideravelmente; o fechamento existencial não pode eliminar como argumento do verbo nenhuma parte da denotação da restrição de *todo*, mas o *subtriggering* torna a quantidade máxima denotada pela restrição de *todo* em (11c) adequada ao tipo semântico de um participante de episódio, ao introduzir uma situação específica que contém o NN.

A maximização ser uma operação local e não permitir que operações posteriores de delimitação de domínio se apliquem explica porque somente relativas licenciam *any* ou *todo* + NN em posição de objeto direto de sentenças eventivas. A situação introduzida pela relativa recorta em termos espaços-temporais a denotação nominal. No caso de *todo*, a maximização se aplica após o recorte, produzindo como denotação para *todo computador que já entrou em promoção naquela loja até hoje* a máxima soma de entidades do tipo sortal *computador* existente na situação descrita pela participação na eventualidade “entrar em promoção naquela loja até hoje”. Essa denotação é mais restrita que a de “todo computador”, e pode funcionar como argumento do evento “ele comprou”.

Da mesma forma, a denotação do nominal modificado pela relativa em Karitiana (*taso akatyym*), como vimos na seção anterior, é mais restrita que a denotação do sintagma nominal não modificado pela relativa (*taso*), pois a relativa recorta a denotação segundo os limites de uma situação. Paralelamente, assim como *todo computador que já entrou em promoção naquela loja até hoje* é a máxima quantidade de computadores na situação relevante, *taso akatyym* é a máxima quantidade de homens na situação relevante. As situações relevantes são introduzidas pelo argumento-evento da relativa, no caso de Karitiana, associado ao verbo *aka* (estar). A especificidade, no caso de Karitiana, é que, em vez de introduzir um evento distinto, *akatyym* remete à situação atrelada ao evento da matriz, pois o argumento

local de **aka** está realizado por um anafórico, **tyym**. O espaço-tempo em que o pivô da relativa está é interpretado com tendo a mesma referência da situação descrita pela matriz. No caso de línguas em que não há um anafórico na relativa, como o PB, a situação contribuída pela relativa não é a princípio a mesma situação contribuída pelo verbo da matriz, mas as duas situações também são interpretadas como ligadas. Por exemplo, em (11c), as compras efetuadas pelo sujeito da matriz têm como participante com o papel temático de comprado aqueles computadores que entraram em promoção em certa loja de certa data (não mencionada) até hoje; as compras não podem ter sido efetuadas fora desse período recortado pela relativa, nem em outra loja, pois do contrário os computadores comprados não caberiam na descrição. Logo, as compras ocorreram dentro do mesmo período de tempo e no mesmo local das promoções, embora compreendamos que os subeventos não coincidem completamente (primeiro a loja punha certo computador em promoção, depois o sujeito da matriz o comprava). Igualmente, em inglês, no exemplo de Dayal (11b), a única interpretação possível é a de que os estudantes estavam bravos por ali no mesmo período de tempo em que Mary se dirigiu a eles, visto que a sentença matriz só é verdadeira no caso de Mary ter abordado cada um daqueles estudantes que, na localização espaço-temporal dada pela relativa, eram parte do conjunto dos estudantes bravos.

Os estudos sobre o fenômeno de subtriggering indicam que relativas têm universalmente (exemplificamos com inglês, PB e Karitiana) o papel de restringir a denotação de seu pivô a uma instanciação localizada espaço-temporalmente; a situação descrita pela relativa é compartilhada pela matriz. A redução de domínio por uma situação licencia, em posição de objeto direto, sintagmas nominais que, sem a relativa, teriam denotação muito ampla para funcionarem como complementos de eventivas (**any student, todo computador**). Também em Karitiana, como vimos, a denotação do nome nu **tasó** é muito mais ampla do que a denotação restrita pela relativa, **tasó akatyym**. Segundo Storto, Muller e Coutinho-Silva, o único modo de obter apenas uma leitura específica (em detrimento de outras, como a indefinida, por exemplo) para um nome em Karitiana é modificando-o por uma relativa. É a situação introduzida pela relativa que torna a denotação de seu pivô específica. Assim são construídas as leituras dos demonstrativos e do “universal” em Karitiana. Para Coutinho-Silva, Karitiana não tem demonstrativos nominais, mas relativas restritivas fazem esse papel.

3. Uma análise unificada para *akatyym* e *todo + NN*

A diferença frágil entre o PB e Karitiana é que uma língua possui determinantes nominais e a outra não. Isso afeta a expressão da quantificação universal. Em PB, **todo** marca para a maximalidade a denotação nominal já modificada pela relativa ou sem modificação. Em Karitiana, é a relativa anafórica **akatyym** que é responsável pela marcação da maximalidade. Vale lembrar que **todo** pode modificar um DP (“todos os homens chegaram”) ou um NN (“todo homem é mortal”); só quando toma sintagmas de determinante em sua restrição todo pode flutuar (“**todos** os homens chegaram”/“os homens **todos** chegaram”/ “os homens chegaram **todos**”); sua posição é fixa quando modifica nomes nus (“**todo** homem é mortal”/ ***homem todo** é mortal”/ ***homem é mortal todo**). Quando o nome modificado não tem determinante, **todo** mostra a mesma rigidez posicional do distributivo universal do Karitiana. Creditamos esse fato à hipótese de que a operação de maximização será local em qualquer língua natural, ou seja, requererá irmandade entre o quantificador universal e o nome nu. O artigo definido também é um maximizador nas línguas que dispõem dele; desde Link (1998), sabe-se que “o homem”/ “os homens” denotam a máxima quantidade, dado o domínio considerado, do predicado HOMEM na situação considerada. Observe-se que o artigo definido tem obrigatoriamente que preceder o nome que maximiza, tal como todo em “todo homem”.

Nas línguas que contam com artigos definidos e com quantificadores universais distributivos, como o PB, há (pelo menos) dois operadores maximizadores especializados. O efeito de definitude em “o homem” vem do fato de o artigo definido quantificar sobre a mereologia das entidades do tipo HOMEM no domínio relevante como presentes à situação. Por isso, “os homens vieram” exige que haja, na situação de vinda, haja uma quantidade plural de homens. Já a maximalidade de quantificadores distributivos universais **todo** opera sobre a relação de participação entre certo argumento (denotado pelo nome) e um evento ou estado (denotado pelo predicado verbal). Se , ao intersectar o domínio de um predicado nominal com o de uma situação, o artigo definido em “os homens”, delimita uma quantidade máxima de homens na situação

que importa para a computação da sentença “os homens vieram”, por outro lado **todo**, em “todos os homens vieram”, vai exigir que essa quantidade máxima já definida pelo determinante tenha participado do evento de vir.

Línguas sem determinantes nominais não contam com essa divisão de trabalho entre dois ou mais operadores maximizadores. Não possuindo determinantes como o artigo definido, Karitiana não tem um maximizador especializado exclusivamente em efeitos de definitude. Por isso, seus nomes nus podem ser interpretados como específicos ou não, plurais ou singulares. Entretanto, Karitiana pode expressar que a participação de certo argumento num evento foi máxima, por exemplo, que o domínio completo dos homens participou de um evento de matar cobras. Mas, para que a participação seja extensiva, é necessário que estabelecer os limites do domínio nominal. Essa delimitação pode ocorrer sem a contribuição do artigo definido, como vimos nos casos de *subtriggering* do **any** do inglês e no contraste de gramaticalidade entre as sentenças com **todo + NN** (12b) (* “Ele comprou todo computador”) e (12c) (“Ele comprou todo computador que já entrou em promoção naquela loja até hoje”).

As relativas podem determinar a referência nominal, criando leituras específicas. Relativas restritivas se combinam com o nominal via intersecção. Relativas maximizadoras não se combinam com o núcleo nominal via intersecção, mas sim recebem dele a informação (sortal) do tipo da entidade com a qual operar.

Quanto à quantificação universal, se em Karitiana a leitura de que a predicação recai sobre a soma máxima da denotação nominal existente na situação depende de um movimento sintático, em PB (e talvez em outras línguas com artigo definido, como o inglês) modificadores da relação de predicação primária na sentença (**todo, all**) maximizam a denotação de um argumento (daquele que vai saturar por último o predicado principal, transformando a sentença em uma proposição, com valor de verdade) quanto à sua participação no evento.

4. O impacto de *akatyym* e *todo* sobre as teorias de universais semânticos

O fato de Karitiana não ter determinantes trivialmente falseia os universais de Barwise & Cooper, e também falseia a universalidade da análise proposta por Mathewson para LS. Concluimos, da análise dos fatos em comum entre Kartiana e PB, que a quantificação universal em línguas naturais tem de ter outras premissas. Ela é o produto de uma receita que envolve (pelo menos) dois ingredientes básicos: (i) a criação de uma denotação quantizada (de um sintagma nominal específico), mediante o recorte da denotação nominal por uma situação; (ii) a exigência de que o argumento que vai saturar o predicador primário da sentença, transformando-a numa proposição com valor de verdade, a sature de um modo em especial: de modo que a soma máxima na denotação do nominal existente na situação participe do evento descrito pelo predicador. A relação entre a existência numa situação é necessária para a formação de sintagmas nominais quantizados (de quantidade delimitada, com uma soma máxima definida); e a modificação entre a relação de predicação primária da sentença (tal que o argumento que satura esse predicador crie uma proposição com valor de verdade, e tal que a predicação recaia sobre a soma máxima na denotação desse argumento) é necessária para que se obtenha a quantificação universal. Acreditamos em bases para a quantificação universal presentes em todas as línguas naturais, mas as bases não podem ser aquelas formuladas pelas duas correntes mais famosas na literatura.

5. Conclusão

Karitiana conta apenas com A-quantificadores (adverbiais); entretanto, um item, **akatyym**, produz os efeitos de um quantificador distributivo universal. **NP + akatyym**. Assumimos com Coutinho-Silva (2008) que se trata de uma relativa maximizante (cf. Grosu & Landman 1998). **Akatyym** significa “aqueles que estão (em certo lugar)” (**aka** = verbo “ser”; **tyym** = partícula subordinadora). A adjunção da relativa ao NP ocorre na projeção máxima de Aspecto, ativando a maximização da participação dos indivíduos denotados pelo NP na situação relevante para o evento da matriz. Como resultado, **NP + akatyym** é interpretado como **todos + DP** em Português do Brasil (PB). O nome nu (**NN**) do PB também

pode receber interpretação específica ou genérica, plural, singular ou indefinida para número. O **NN** não pode ser sujeito de sentenças específicas (**Professor entrou naquela sala*), mas a modificação por **todo** “salva” tais construções (*Todo professor entrou naquela sala*), desde que se conte com uma restrição situacional discursiva (a sentença, dita numa escola, refere-se a todos os docentes presentes ali). Defendemos que o distributivo universal do PB funciona tal como o do Karitiana: como um modificador da participação da referência do NP no evento. Tal similaridade entre o PB e Karitiana pode ter duas explicações: (i) trata-se de um universal linguístico; (ii) línguas indígenas influenciaram o PB. Pela segunda hipótese, modificações na gramática do PB podem ser fruto da convivência entre portugueses e indígenas.

Referências Bibliográficas

- BARWISE, J. e R. COOPER. Generalized Quantifiers and Natural Language. *Linguistics and Philosophy* 4: 159-219. 1981.
- COUTINHO-SILVA, Thiago. *Aspectos dos Sintagmas Nominais em Karitiana: A Quantificação Universal*. Dissertação de Mestrado em Linguística, USP. 2009.
- DAYAL, V. Any as inherently modal. *Linguistics and Philosophy* 21(5): 433-476. 1998.
- MATTHEWSON, L. Quantification and Cross-Linguistic Variation. *Natural Language Semantics* 9: 145-189. 2001.
- STORTO, Luciana. *Aspects of Karitiana grammar*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1999. (Ph.D thesis).
- QUADROS GOMES, Ana. *O efeito grau máximo sobre os domínios: como todo modifica a relação argumento-predicado*. Tese (Doutorado em Linguística) –DL/FFLCH/USP, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-18082009-113413>>

NOVAS LUZES SOBRE A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

Margarida Maria Taddoni PETTER²

Márcia Santos Duarte de OLIVEIRA

RESUMO: Neste trabalho, descrevemos aspectos léxico-gramaticais do português afro-brasileiro recentemente levantados a partir de resultado de pesquisa – Petter & Oliveira (2011) – patrocinada pelo Projeto-piloto IPHAN/USP; parte do conjunto de ‘pilotos’ do *Inventário Nacional da Diversidade Linguística* (INDL). O objetivo geral da pesquisa foi retratar a situação atual do uso do léxico de origem africana em duas regiões de Minas Gerais e descrever aspectos léxico/morfossintáticos na comunidade quilombola de Jurussaca/PA. Os dados identificados em Minas foram analisados em comparação com registros existentes, à luz de conhecimentos recentes sobre línguas africanas. Em Queiroz (1998) registra-se, na região, a utilização, por parte de negros e de alguns brancos, de uma linguagem identificada como “língua do negro da Costa”, conhecida como ‘gira’ da Tabatinga. Os resultados obtidos revelam a manutenção de parte do léxico, e mudança fonética/semântica, bem como indicam que a “língua” de Bom Despacho está assumindo uma função de gíria para um grupo de falantes moradores da Tabatinga, região de origem do dialeto. Em Milho Verde, o léxico encontrado está restrito aos cantos da festa de N. Sra. do Rosário. Os dados relativos à morfossintaxe identificados em Jurussaca/PA chamam a atenção no tocante à questão do ‘dativo’; atestou-se um pronome tônico em posição não descrita na literatura (e este não é um dado isolado no corpus dessa comunidade). Nosso objetivo é reiterar a importância de estudos que descrevam/analise um universo específico do português ‘rural’/não culto brasileiro, enfatizando a necessidade de conhecer a diversidade linguística no Brasil, de acordo com a proposta do INDL.

PALAVRAS-CHAVE: Português vernacular brasileiro de Minas Gerais; português vernacular brasileiro do Pará; comunidade de Tabatinga em Bom Despacho; comunidades de Milho Verde; comunidade de Jurussaca.

Introdução

Nossa proposta, neste texto, é apresentar parte de resultado da pesquisa patrocinada pelo Projeto-piloto IPHAN/USP 20173, denominada: *Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará*. Enfocamos a apresentação dos aspectos linguísticos da pesquisa das áreas consideradas ‘quilombolas’ de: (a) Milho Verde e Tabatinga (Bom Despacho) em Minas Gerais, e (b) Jurussaca no Pará.

O projeto-piloto IPHAN/USP é parte de um conjunto de ‘pilotos’ que precederam a criação, por Decreto-Lei, do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) em 20 de dezembro de 2010 pelo Governo Federal. As línguas são, então, ratificadas, no Brasil, como patrimônio imaterial da humanidade e como tal devem ser documentadas e reconhecidas como “referência cultural” do país. (Petter; Oliveira, 2011;p. inicial).³

A Constituição Federal de 1988 possibilitou o que se cunhou de ‘ressemantização’ do termo quilombo. Esta palavra deixou de descrever grupos de pessoas isoladas, fugidas de seus senhores de quem eram prisioneiros, passando a apontar para um tipo de comunidade que, podendo ser composta por descendentes de escravos, caracterizam-se, entre outros fatos, por laços de parentesco e auto-atribuição – ver entre outros, (Arruti, 2006).

Um fato importante e caracterizador das comunidades quilombolas é a prática do sistema de uso comum de suas terras. Este espaço é concebido e explorado por regras consensuais e o sentido de terra e identidade está intimamente relacionado – ver (Pinto 2010: 82). Para maiores incursões sobre o tema ‘quilombos’, ver (Cunha 2010).⁴

² Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Linguística (DL)/ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV). Av. Professor Luciano Gualberto, 403 – Cidade Universitária – CEP: 05508-900 – São Paulo, SP – Brasil. Endereços eletrônicos: mmtpetter@uol.com.br; marcia.oliveira@usp.br.

³ Dados sobre o Projeto IPHAN/USP de modo geral podem ser vistos em Petter e Oliveira (2011).

⁴ Falando sobre ‘quilombos’, a temática central do livro organizado por Cunha é o Maranhão. Neste estado “[...] estão catalogados, hoje, 24 municípios que, entre os anos de 1832 e 1880 apresentaram registros de quilombos [...] além de ter 61 municípios que apresentam um

A língua inventariada no Projeto IPHAN/USP recebe a denominação de ‘português afro-brasileiro’ uma variedade distinta do português popular rural, como se vê em (Lucchesi, 2009:32):

[...] designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do **português popular rural brasileiro** (ou, mais precisamente, **norma popular rural do português brasileiro**), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características lingüísticas que o distinguiriam das demais variedades do **português popular do Brasil** (ou melhor, da **norma popular brasileira**).

Logo, estamos nos centrando em dados sobre o português falado no Brasil e apontando para uma distinção entre um português dito ‘padrão’, que tem sido identificado pela sigla PB, e outro português ‘vernacular’, identificado pela sigla PVB. Trata-se do fator ‘variação social’, atestado em toda língua, mas que no Brasil é um fator linguístico que tem nos levado a sérias discussões, que abordam tanto a incapacidade dos falantes de adquirirem a norma culta quanto a deficiência de escolarização – e que estão envolvidas na incômoda expressão ‘preconceito linguístico’.

1.1. O Português Vernacular Brasileiro – PVB

Mello (1996: 269-271) propõe que o PVB seja formado por um contínuo dialetal contendo em um de seus extremos o português quilombola e no outro os falares urbanos não padrão (no meio do contínuo estariam os dialetos regionais). Seguindo a abordagem de Mello, e com base no projeto IPHAN/USP, advogamos uma subdivisão geográfica ao contínuo dialetal PVB de Mello (1996) como se vê a seguir em:

(1) *Contínuo Dialetal Português Vernacular Brasileiro de Minas Gerais - PVBMG*
(português afro-brasileiro) / (falares regionais) / (falares urbanos não-padrão)
Milho Verde; Tabatinga/ ex.: ‘Triângulo Mineiro’/ ex.: BH não-padrão⁵

(2) *Contínuo Dialetal Português Vernacular Brasileiro do Pará - PVBP*
(português afro-brasileiro) / (falares regionais) / (falares urbanos não-padrão)
Jurussaca / ex.: fala dos ribeirinhos / ex.: belenense ‘não culto’⁶

Em (1) – PVBMG –, o português falado pelas comunidades de Milho Verde e Tabatinga (foco deste trabalho) tipificam a subvariedade afro-brasileira desse contínuo que apresenta distinções das outras subvariedades: (a) a regional, em que se localizam os falares regionais como os da zona da mata mineira⁷ e (b) a dos falares urbanos não-padrão como o português não-culto de grandes centros urbanos mineiros como a capital, Belo Horizonte, ou Juiz de Fora, por exemplo.

Em (2) – PVBP –, o português falado pela comunidade de Jurussaca (também foco deste trabalho) tipifica a subvariedade afro-brasileira do contínuo que apresenta distinções das outras subvariedades: (a) a regional, em que se localizam os falares regionais como os diferentes falares ribeirinhos e (b) os falares urbanos não-padrão como o da capital, Belém, ou Altamira, por exemplo.

total de 401 comunidades negras rurais, das quais um quarto delas já foram identificadas como ‘quilombos’”. (Cunha, 2010: 9).

5 BH – cidade de Belo Horizonte.

6 Cidade de Belém do Pará.

7 Para exemplos dessa variedade, ver Nunes (2007). O autor aponta, por exemplo que “[...] em mineirês a queda de reflexivos é bastante expressiva [...]”. (Nunes, 2007: 27).

A seguir, passamos ao desenvolvimento do trabalho. Na seção dois retratamos a situação atual do uso do léxico de origem africana no PVBMG: as comunidades de Milho Verde e Tabatinga; na seção três descrevemos aspectos do sistema pronominal no PVBP: a comunidade de Jurussaca. Nas seções quatro e cinco apresentamos as considerações finais e as referências bibliográficas respectivamente.

1. O léxico de origem africana em milho verde e tabatinga – pvbmg

Considerando como quilombo a comunidade que “apresenta relações de parentesco entre seus membros; descendência africana e vínculos históricos e culturais com determinado território, independentemente da época em que foi formada”, de acordo com a proposta da organização CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva), podemos afirmar que as regiões investigadas em Minas Gerais – as comunidades de Milho Verde (subdistrito da cidade do Serro) e Tabatinga (situada na cidade de Bom Despacho) – fazem parte das 435 comunidades quilombolas mineiras identificadas em Minas Gerais por essa entidade.

As duas regiões selecionadas para nossa investigação caracterizam-se pela manutenção de tradições e de um léxico de origem africana. Trataremos separadamente cada uma delas e, ao final desta seção, apresentaremos uma síntese dos fatos relatados.

Milho Verde

Milho Verde é um distrito com aproximadamente 1.000 habitantes, metade vivendo na área urbana. Faz parte do município de Serro, e situa-se nas vizinhanças de Diamantina – Patrimônio Histórico da Humanidade –, na região do Alto Vale do Jequitinhonha. Foi povoado na primeira metade do século XVIII, e teve importante papel na história da exploração de minerais preciosos no Distrito Diamantino, servindo como quartel da Guarda Real.

Nessa região não foi identificada, propriamente, uma *língua* de origem africana, mas constatamos a existência de uma prática de origem africana, os vissungos, cantos de origem africana entoados, no passado, por escravos durante seu trabalho no garimpo, ou ainda, durante o enterro de um dos membros da comunidade local.

No entanto, são raras as pessoas que ainda conseguem entoar esses cantos, pois, além de não se realizar mais o garimpo na região, já chegou o automóvel, que transporta os mortos, e assim não há mais os familiares cantando pelo ente que já se foi. O único cantador de vissungos da região de Milho Verde, Seu Ivo, lembrou ainda, durante uma entrevista que nos cedeu, outro impedimento para a manutenção dos cantos: “*é preciso alguém que cante comigo, vissungo é canto e resposta, eu falo ele responde cantando a linguagem*”.

Nos arredores de Milho Verde situam-se os quilombos de Baú e Ausente. A comunidade quilombola do Ausente (ou Córrego do Ausente) localiza-se no município do Serro, na região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com informações obtidas através de depoimentos dos próprios moradores, os habitantes da comunidade do Ausente se originam da comunidade do Baú. O quilombo parece receber este nome porque uma população que ocupava casas na região abandonou a mesma para viver em outros lugares, deixando, assim, suas terras na “ausência” de moradores.

A comunidade quilombola do Baú está localizada no distrito de Vila Pedro Lessa, próximo a Milho Verde, município de Serro, no Alto Jequitinhonha, e faz parte da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. O povoado do Baú situa-se a 10 km de Milho Verde e teria surgido no meio de um mato onde havia apenas uma pequena casa de telha, a casa dos senhores. Depois da abolição da escravatura, um casal de escravos que trabalhava nessa casa para os senhores comprou a fazenda.

As principais festas que ainda guardam resquícios de influências culturais da cultura africana são: Festa do Rosário, de São Sebastião, de São João, de Nossa Senhora dos Prazeres (a padroeira da cidade) e Folia de Reis. Na Festa do Rosário, apresentam-se três grupos locais de guarda de congado – os Catopês, Marujos e Caboclos – que possuem sua própria dança, canto e indumentária. A forte tradição no local é esta festa, que é respeitada e festejada até os dias de hoje não só por este distrito, mas também por muitas outras localidades nas quais as comunidades de ascendência negra se apresentam pouco mais organizadas.

É no grupo dos catopês que se vê de fato a existência de traços das culturas dos negros escravos que habitaram a região no período da mineração. Possuem, em meio às suas músicas, palavras que apontam para a confirmação da influência de línguas africanas na região.

Os moradores de Milho Verde são também conhecedores e agentes da preservação da manifestação cultural que é o grupo dos catopês. No entanto, a maior parte (96%) de seus integrantes são moradores dos quilombos Ausentes e Baú. Embora este grupo específico possua ainda contingente significativo de participantes, apenas os mais velhos é que sabem cantar as músicas adequadamente, bem como tocar os instrumentos.

A Língua dos Catopês

No grupo dos catopês podemos encontrar ainda a permanência de palavras que remetem a um passado de contato linguístico entre o português e línguas faladas por grupos de africanos que se estabeleceram na região. Em conversa com um dos informantes mais antigos em Milho Verde e conhecedor da tradição do grupo dos catopês – além de ex-trabalhador das minas, também conhecedor de alguns dos antepassados mais conhecidos dos quilombos – pôde ser feito o registro de algumas das palavras que aparecem nas cantigas embaladas até os dias de hoje, às quais foram atribuídas as seguintes traduções:

Palavra	Tradução
Andambe	Mulher
Andambe ocaio	Mulher “da vida livre”
Calungo	Rio
Caxinguê	Defunto
Conguteia	Tatu
Cueto	Homem, menino
Cumbumbe sabuquirene	Barriga
Eucatito	Pouco
Gananzambe	Deus
Jambá	Diamante
Macumba imbaua	Cachorro
Omenha de caxaí	Cachaça
Onefe	Mulher bonita
Onjó	Casa
Ovipaco	Dinheiro

Toda a história de Milho Verde está atrelada à dos quilombos, principalmente o quilombo do Baú, considerado cronologicamente como o primeiro a ser formado, seguido do Ausente. No entanto, vê-se que a influência da cultura africana (que deveria estar preservada pelos moradores dos quilombos, uma vez que Milho Verde serviu como quartel da Guarda Real durante o período da mineração) não permanece ativa nos quilombos.

A Língua da Tabatinga em Bom Despacho

Bom Despacho está localizada na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, a 147 km de Belo Horizonte, capital do Estado, tendo hoje 45.626 habitantes, de acordo com dados do IBGE, censo 2010.

A presença africana na referida região é atestada também pelos quilombos que existiram, pelas tradições religiosas de origem africana e pela Língua do Negro da Costa, que são indicadores incontestes da remanescente africana. Todas essas manifestações culturais são ainda preservadas, sendo que, pelo contato com as crenças, tradições e imposições portuguesas, ganharam formato misto que caracterizam a diversidade cultural despachense.

A região da Tabatinga abriga a chamada Língua do Negro da Costa – denominação mencionada por Sônia Queiroz em *Pé Preto no Barro Branco* (1998) – ou como é mais conhecida pelos falantes, “gíria da Tabatinga” e é utilizada de modo corrente por pelo menos 130 pessoas, como se constatou após a aplicação de um questionário sociolinguístico. A língua da Tabatinga caracteriza-se pela presença de um conjunto lexical de origem banta, que é utilizado dentro da estrutura morfossintática do português falado na região. A investigação realizada nessa região teve dois objetivos: (i) identificar o léxico e (ii) verificar a vitalidade de seu uso.

A história conta que a língua introduzida na região de Bom Despacho tinha o objetivo de ser uma língua secreta, para que os senhores brancos não compreendessem o que os negros falavam entre si. Assim, os escravos podiam avisar quando o patrão (*cavinguero*, na Língua do Negro da Costa) estava voltando (*injirando*) do descanso, por exemplo, a fim de que voltassem também a trabalhar, sem serem pegos descansando. O caráter de código secreto da língua não se perdeu, já que 40% dos entrevistados se valem dela primordialmente para não serem entendidos por pessoas de fora da comunidade e muitas vezes para brincar com essas pessoas sem que elas saibam.

Portanto, a Língua do Negro da Costa (LNC) tem um caráter informal e seu uso ocorre exclusivamente em contextos sociais informais, como bares e festas tradicionais da região. A pesquisa realizada em 2010 atestou que raramente os falantes adquirem a língua com os pais. O aprendizado se dá basicamente na infância, em idade mais avançada, de 6 a 8 anos, entre as brincadeiras de rua. E a explicação para esse fenômeno é simples: como a língua é muito utilizada para conversas de cunho sexual, muitos pais preferem mantê-la fora do domínio das crianças.

A análise comparativa de alguns itens desse questionário com o que foi aplicado por Queiroz (1998) aponta para a vitalidade da LNC, contrariamente ao que previra a autora no momento de sua pesquisa. A concentração dos falantes de hoje entre os 21 e 60 anos, indica que a LNC ainda é transmitida para as gerações mais jovens. O uso da *língua* se mantém porque a maioria de seus falantes considera importante preservar a fala que os identifica na região, apesar de estar marcada por aspectos negativos – língua de negros, língua de pobres, língua de marginais – que eram associados aos habitantes da Tabatinga.

Os falantes da língua da Tabatinga, de acordo com nossa pesquisa, são brancos, negros e pardos, em proporção bastante equilibrada. Os dados obtidos apontam para a predominância de falantes brancos e *morenos*, de acordo com a autodefinição dos entrevistados, que raramente se reconheceram como *mulatos*. Esses resultados coincidem com nossa observação: na área investigada a população branca e mestiça é maior do que a negra.

Convém destacar que tomamos o critério de autodefinição no sentido estrito do termo, isto é, indagamos ao entrevistado sua cor, sem oferecer-lhe nenhuma opção, por isso obtivemos respostas bem diversificadas, diferentemente da terminologia utilizada pelo IBGE, que classifica a população brasileira em branca, parda e preta. Por outro lado, muitas pessoas que seriam classificadas como brancas, na nossa visão, se reconhecem como morenas. Esses dados mostram que não há necessariamente uma correspondência entre cor da pele e ancestralidade e que a autodefinição leva em conta, principalmente, aspectos culturais e ideológicos.

O léxico é constituído por termos pertencentes ao vocabulário básico e comum, dos seguintes campos semânticos: alimentação, nomes de animais, partes do corpo, sexo e alguns vocábulos relacionados ao trabalho e às profissões, como se pode observar nos termos mais recorrentes nas entrevistas e nos questionários com os 130 falantes da LNC:

ARONGÓ (cavalo); ARUFIM (peixe); ASSANGO (arroz); AVERO (leite); AVURA (bonito, bom, grande); CAFUVIRA (preto); CAJUVIRA (café); CAMBUÁ (cachorro); CANAMBÓIA (galinha), CAMBERELA (carne), CAMONIM (criança); CANGURA (porco); CONJOLO (casa); CASSUCARAR (casar-se); CATITO (pequeno/feio); CAXÁ (fazer, produzir, criar, entregar, mandar, jogar, atirar, receber, pegar, carregar, trazer, guardar, etc); CUETE (homem); CUMBARO (cidade); CUREIO (comida); CURIMBO (trabalho); GOMBÊ (boi); INGURA (dinheiro), OCAIA (mulher); ORANJÊ (cabelo); ORUMO (carro); TIBANGA (bobo); TINHAME (pé, perna, braço), TIPURÁ (olhar, ver, pegar, saber, flertar).

O uso desses termos apresenta, também, muita variação fonética, muitas vezes observada no mesmo falante, como por exemplo:

Arufim~ orufim ~ orufino ~ouro fino “peixe”
Orongó~orongó~orongome~arongó~arangome~aranguão “cavalo”

As palavras da LNC integraram-se à morfossintaxe do português, participando da distinção de gênero e número, como se observa nos itens:

o cuete cassucarado a ocaia cassucarada
“o homem casado” “a mulher casada”

O processo de criação lexical mais produtivo é o da sufixação: oca**inha**, catit**im**, tibang**ão**, tinham**ão**, ao lado da composição: conjolo “casa”, que entra na formação de: *conjolo de gombê “curral”, conjolo de matuaba “bar”, conjolo dos viriango “cadeia”, conjolo de camberela “açougue”, conjolo do longado “casa de dança”*. Muitas palavras têm significação bastante ampla, como *caxá*, que pode, segundo o contexto, significar “fazer, produzir, entregar, mandar, jogar, atirar, receber, ganhar, pegar, carregar, trazer, guardar, pôr, ter, etc”.

A “língua do Negro da Costa” – “gíria”, “língua” ou “dialeto” da Tabatinga – faz parte, portanto, do *contínuo dialetal português vernacular brasileiro de Minas Gerais - PVBMC*, como se pode observar pela integração dos termos de origem africana à morfossintaxe do português falado na região. É pelo uso de um léxico de origem africana que essa fala se distingue no interior desse contínuo.

O uso da *língua da Tabatinga* se mantém porque está, hoje, associado à identidade de um grupo, que não se caracteriza mais por ser negro ou africano, como foi demonstrado pela pesquisa, mas por ser habitante de uma região pobre e outrora discriminada. No entanto, embora o uso do vocabulário de origem africana esteja restrito a essa localidade, o comércio da cidade de Bom Despacho utiliza termos da *língua* como marca registrada de seus serviços, revelando na escolha dos nomes algum conhecimento das palavras da língua:

Clínica veterinária **Cambuá** (‘cachorro’)
Bar **Avura** (‘bonito, bom, grande’)
Laticínios **Mavero** (‘leite, seio’)
Pousada do **Cuete** (‘homem’)

Com relação ao conjunto lexical conservado nas regiões mineiras, há, ainda, um aspecto relevante a destacar. Se considerarmos os registros históricos e linguísticos do vocabulário emprestado das línguas africanas presentes

no português falado no Brasil, constataremos que, apesar de sua heterogeneidade, com termos que se referem a escravidão, religião, técnicas, bebidas, alimentos, habitações, trajes, vegetais, etc., a maioria dos termos pertencem a um *vocabulário especializado*, ou seja, “um conjunto de termos reservados a domínios delimitados e específicos de conhecimentos ou de atividades e empregos” (Bonvini, 2008: 117), como o vocabulário dos cultos afro-brasileiros, os termos referentes à culinária, à música, etc. Poucos termos, no entanto, pertencem ao vocabulário comum⁸ que, segundo Bonvini (2008: 117), “está aberto a todas as noções, não é limitado a uma categoria de objetos e é constituído de termos que se poderiam designar como aplicáveis aos diferentes contextos da vida quotidiana”.

No caso das comunidades mineiras investigadas, em Bom Despacho, sobretudo, o léxico pertence, na sua maior parte, ao vocabulário comum – um conjunto lexical menos marcado e mais propenso a uma difusão maior, pois contém designações de partes do corpo, alimentos, animais. Como justificar, então, o fato de que o uso de tal léxico tenha ficado restrito à região da Tabatinga e seja desconhecido do restante do país, não sendo nem mesmo registrado pelos dicionários gerais do português do Brasil? A história social da comunidade, relacionada ao passado escravocrata, pode explicar a necessidade de manter um código linguístico de uso exclusivo do grupo, que afastasse da comunicação os que dele não fizessem parte, garantindo assim a preservação da *língua*.

2. Alguns aspectos morfossintáticos da fala de jurussaca – pvpbp

A Comunidade de Jurussaca é – de acordo com NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – um dos 253 povoados ‘quilombolas’ distribuídos em oito áreas do Estado do Pará.⁹ Segundo dados da Associação de Moradores, a população de Jurussaca (PA) oscila entre 500 a 600 pessoas – as informações são baseadas no último senso divulgado na comunidade pelo IBGE 2010.¹⁰

O Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo da terra foi concedido à comunidade pelo Governo do Estado do Pará e se deu no dia 14 de setembro de 2002, tendo sido delimitada uma área de 200,9875 *ha*.¹¹ A luz chegou à Jurussaca por meio do Projeto “Luz para Todos” do Governo Federal (Lula) em setembro de 2010. A hidrografia da comunidade é formada pelo rio Jurussaca e igarapés; esses continuam sendo de fundamental importância na alimentação e na higiene das pessoas, pois os moradores ainda não têm água encanada.

Estudos apontam que as comunidades do Pará são “assentamentos migratórios” de comunidades maranhenses. Segundo os moradores, Jurussaca se iniciou a partir de quatro fundadores que, fugidos do Maranhão, se instalaram na região.¹² Dizem que um dos quatro fundadores era oriundo de Minas Gerais (a sua neta, dona Vicência, reside no município próximo, Tracuateua). Abaixo, um relato de Seu Angelino, quilombola de Jurussaca, sobre a origem da comunidade:

[...] (olha) foi as pessoa mais velha que...(que) disseram né?... (falavam)...aí sobre negócio de/a gente conversando em reunião... essas coisas... aí eu chego em reunião a gente puxa esses assunto né?...aí essas pessoas já falavam ... (que eram) que essas pessoas que vieram pra cá (foram)... uns eram do Maranhão né?... aí vieram... ficaram... se localizavam assim... que era mata aqui... ninguém (era dono disso) ...só tinha aquela barriga de ()... aí ficou um lá na beira do rio... aí ficou

8 Ver a esse respeito o texto de Alkmim e Petter (2008), onde as autoras analisam uma pesquisa sobre os termos do vocabulário comum de origem africana em uso no Brasil.
9 O NAEA – Apoio: Governo do Pará, Fundação Ford, CNPq, CEDENPA, Programa Raízes – se constitui em um grupo de pesquisa envolvendo professores e pesquisadores ligados à Universidade do Pará – UFPA – junto a povoados negros rurais no Estado do Pará, iniciadas no rio Trombetas em 1989. Anos de pesquisa e publicações resultaram no Cd ROM: “Quilombolas do Pará”, um Banco de Dados sobre as comunidades quilombolas paraenses (de matriz negra), contendo textos históricos, fotos, croquis, músicas e falas de quilombolas – ver NAEA (2005). A direção da pesquisa é de Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, cujas publicações podem ser vistas em seus respectivos currículos na Base de Dados do ‘Currículo Lattes’/ CNPq.
10 Faz-se a média de 5 pessoas por casa já que nem sempre é fácil se encontrar as pessoas nas casas durante o senso.
11 O documento pode ser visto em: Peter & Oliveira (2011) e está também disponível em: <http://www.flch.usp.br/indl/Extra/Jurussaca.htm>.
12 Sobre quilombos do Maranhão, ver nota 3.

outro que morava aqui nesse local... e outro que era lá da rochinha... aí essas pessoas ... sempre aqui e acolá a gente pega assim uma parte... mas é difícil a gente num...deixa escrito...[...]

A transmissão da língua em Jurussaca – o PVBP – é oral, passando de pai para filho, dentro da própria comunidade. As primeiras descrições sobre o PVBP começam a ser realizadas por meio de trabalhos acadêmicos.

Oliveira e Fernandes (2009) apresentam as primeiras considerações sobre o quadro dos pronomes da fala das pessoas de Jurussaca. A partir de Oliveira e Fernandes (2009), Oliveira, Campos e Fernandes (2011) propõem uma descrição preliminar do sistema pronominal na fala dos habitantes de Jurussaca visando a um cotejo com o sistema pronominal do português normatizado pela escola – a língua escrita ‘culta’. O objetivo dos autores é apresentar a diferença entre uma ‘norma’ e outra e evidenciar a importância de que a escola de Jurussaca priorize a inserção paulatina do mundo da escrita via a ‘norma da comunidade’ para então, paulatinamente, inserir a ‘norma’ escrita culta. Abaixo, resumimos o estudo desses autores chamando a atenção para a expressão do ‘dativo’ na fala de Jurussaca:

Considerações do Estudo de Oliveira, Campos & Fernandes (daqui em diante, OCF, 2011)

I. A fim de cotejarem a ‘norma de Jurussaca’ – que chamamos neste trabalho de PVBP – com a norma padrão PB, OCF introduzem primeiramente o quadro abaixo de (Bechara, 2009) – apontando os pronomes da língua portuguesa da modalidade padrão ou culta.¹³

Quadro 1 – Norma PB

Pessoa	Caso nominativo	Oblíquos átonos	Oblíquos tônicos
1ª s.	eu	me	mim
2ª. s.	tu	te	ti
3ª. s.	ele/ela	lhe, o, a, se	ele, ela, si
1ª. pl	nós	nos	nós

II. OCF chamam nossa atenção para o fato de que, na fala de Jurussaca (PVBP) as formas oblíquas do quadro PB acima não são atestadas. Não ocorre ainda a forma de 2ª. pessoa do plural “vós”.¹⁴ O quadro a seguir apresentado por OCF resume as formas pronominais do PVBP (fala de Jurussaca).

Quadro 2 – Norma PVBP/Jurussaca¹⁵

Pessoa	Nominativo	Acusativo	Dativo
1ª s.	eu	me	para mim
2ª. s.	tu, você	te	para ti/você
3ª. s.	ele, ela	ele, ela	para ele/ ela
1ª. pl	nós, a gente	nós, a gente	para nós/a gente

13 (Oliveira et al., 2011: quadro 1). Simplificamos o subtítulo dos autores.

14 Este fato é comum ao PB no uso coloquial e ao PVB de modo geral.

15 (Oliveira et al. 2011: quadro 2). Alteramos a abreviatura original PVB para PVBP.

2ª. pl	vocês	vocês	para vocês
3ª. pl	eles, elas	eles, elas	para eles/elas

Sobre o uso dos pronomes em Jurussaca, ressaltamos alguns pontos do estudo realizado por OCF sobre o PVBP:

- (i) ausência de clíticos de terceira pessoa (**o**, **a**, **lhe**) e primeira pessoa do plural (**nos**); os clíticos estão restritos aos pronomes de 1ª. e 2ª. pessoas;
- (ii) a forma ‘nominativa’ (sujeito) atua como a forma *default* – há uma única forma para os pronomes em posição de sujeito e objetos direto e indireto.
Nós ia ajuda ela e ela nós ajudava
- (iii) Falantes mais velhos: uso categórico do pronome de primeira pessoa **nós** em contraste aos falantes mais novos que fazem maior uso do pronome **a gente**
- (iv) ocorrência de **lhe** acusativo formal
Não, roça uma roça que eu vou lhe ajudá prantá, carpiná,

Logo, observe que o sistema pronominal PVBP parece ter comportamento muito parecido como outros sistemas PVB já descritos, como por exemplo, a ausência de clíticos. Observe as palavras de Pagotto (2007: 469, os grifos são nossos):

[...] A tão propalada unidade linguística no Brasil é, assim, mais interessante não quando se tomam os falares cultos, mas especialmente quando se tomam os dialetos populares das mais diversas regiões. É claro que há diferenças regionais entre os vários dialetos brasileiros, mas chama a atenção que em todo o Brasil os diversos dialetos populares se oponham ao português erudito segundo um mesmo conjunto de traços na morfologia e na sintaxe. É aqui que se localiza a unidade do português brasileiro. [...] [...] Em primeiro lugar, não significa homogeneidade na sintaxe ou na morfologia quanto a todos os traços relevantes que caracterizam uma gramática, mas que, quanto a um certo núcleo da gramática se pode depreender um mesmo conjunto de traços que opõe o que podemos chamar de português popular ao português erudito e ao português de Portugal. Nesse sentido, não se tem notícia de dialetos populares que façam uso do clítico acusativo, nem da relativa padrão, por exemplo. [...]

Logo, o PVBP estaria atrelado a um sistema pronominal PVB como um todo, apontando para a chamada “unidade do português brasileiro” descrita por Pagotto e evidenciada, principalmente, na ausência de pronomes clíticos acusativos – ver (i) acima.

No entanto, o estudo de OCF enfoca, além dos tópicos (i-iv) acima, mais um:

- (v) o emprego da 1ª. pessoa do plural em funções objetiva (objeto direto)/ oblíqua (objeto indireto)
nós ia ajudá *elas* e *elas* [**nós**] ajudava
...chegando aqui o (Castamba) [**nós**] deu... aquele *pedacim* pra *mim* com o Francisco e a Valmira

OCF descrevem duas situações pronominais peculiares em PVBP, até onde se sabe, ainda não atestadas na literatura.

3 (a). A 1ª Pessoa do Plural Objetiva

- (i) **nós** ia ajudá *elas* e *elas* [**nós**] ajudava¹⁶

16 (Oliveira et al. 2011: dado (35), renumerado).

Observe que em (i), trata-se do emprego de uma forma tônica no lugar de uma átona – já que o sistema PVB de modo geral ‘desconhece’ pronomes clíticos. No entanto, a ‘novidade’ em (i) não é o não emprego do clítico tomado pela forma tônica (o ‘segundo **nós**’), mas a questão da ordem desse pronomeônico que ocorre antes do verbo. Na maioria das variedades PVB sentenças como (i) seriam proferidas como (a) ... *elas ajudava nós*, em que o pronomeônico estaria na posição após o verbo.

3 (b). A1ª Pessoa do Plural Oblíquo

(ii) *E... Com o poder de Deus e... o Lula **nós deu** essa uma, que nós tava precisando mesmo...*¹⁷

Para sentenças como (ii), o PB prevê: (b) ... o Lula *nos deu/ deu para nós*. No entanto a ‘norma’ PVBP é **nós deu**. OCF fazem questão de dizer que (ii) (assim como (i)), não são dados isolados na fala de Jurussaca. A pesquisa IPHAN/USP em área atesta que a fala PVBP utiliza a forma **nós** para todos os ‘casos’ pronominais – ver tópico (ii) no início desta seção (III). A grande ‘novidade’ é, de novo, a posição do pronomeônico (objeto indireto) – (ii) –, que ocorre antes do verbo, na posição de um pronomeônico. Também, como no caso do pronomeônico objeto (i), um dado ainda não atestado na literatura brasileira.

A fala de Jurussaca faz parte, portanto, do *contínuo dialetal português vernacular brasileiro do Pará* – PVBP, como se pode observar pela integração dos termos lexicais e da morfossintaxe, de modo geral, ao português falado na região do Pará, e podemos até mesmo expandir, ao português vernacular brasileiro como um todo. É por aspectos morfossintáticos relacionados à marcação da 1ª. pessoa do plural em funções objetiva e dativa que essa fala se distingue no interior desse contínuo.

3. Considerações Finais

Este trabalho orientou-se pelos pressupostos da diversidade linguística e da existência de um contínuo dialetal das variedades vernaculares do português falado no Brasil. A pesquisa realizada, no quadro dos projetos-pilotos do INDL, permitiu constatar que as regiões investigadas – Milho Verde e Tabatinga, em Minas Gerais, e Jurrussaca, no Pará – constituem duas áreas dialetais com características específicas importantes. Muito embora as comunidades quilombolas dessas localidades façam parte, ainda, do que se pode designar como *português afro-brasileiro*, é importante destacar as diferenças que as individualizam.

As comunidades mineiras foram estudadas sob o ponto de vista do léxico, tendo em vista o fato de se distinguirem pela conservação de um uso restrito de palavras de origem africana desconhecidas do restante do país.¹⁸ Esse pequeno inventário lexical continua ainda dinâmico, na Tabatinga, pois é usado por um grupo de, pelo menos, 130 pessoas e vem sofrendo mudanças fonéticas e semânticas. A fala dessa localidade, no entanto, não constituiu uma *língua*, pois o vocabulário de origem africana está integrado ao português, obedecendo à morfossintaxe do dialeto local. Por esse motivo, não se pode considerar que a linguagem observada nessa região rompa totalmente o contínuo dialetal mineiro, nem o contínuo dialetal afro-brasileiro. As comunidades mineiras, por outro lado, conservam traços de africanidade em suas manifestações culturais, como os vissungos e os catopés de Milho Verde.

Em Jurussaca, a comunidade foi estudada sob o ponto de vista etnolinguístico, mas ressaltamos neste trabalho uma primeira abordagem da fala da comunidade enfocando o seu sistema pronominal – aspectos morfossintáticos. Como na conclusão para a fala das comunidades mineiras abordadas nesse trabalho, concluímos também que a fala da comunidade de Jurussaca não constitui uma *língua*, pois a morfossintaxe desse dialeto, em seus aspectos gerais, está integrada aos aspectos que já vem sendo descritos para o PVB de modo geral. No entanto, chamamos a atenção para um ponto da morfossintaxe do PVBP, na área do sistema pronominal, ligada à marcação dos casos objetivo/dativo (1ª.

¹⁷ (Oliveira et al. 2011: dado (29), renumerado).

¹⁸ De acordo com a literatura, só há duas outras comunidades brasileiras que apresentam essa característica, o Cafundó, em São Paulo, e Patrocínio, em Minas Gerais.

pessoa do plural) que parece ‘destoar’ do contínuo PVBP e ainda do contínuo PVB. Logo, este fato gramatical merece maiores investigações – bem como outros aspectos da gramática devem ser investigados nessa variedade afro-brasileira a fim de que realmente possamos medir sua realização dentro do contínuo PVBP e PVB.

Ao término de nossas considerações temos ainda a dizer que as duas áreas dialetais aqui apresentadas – PVBMG/PVBP – representam parte do início do que deverá ser o esforço conjunto, nacional, de se conhecer a nossa diversidade linguística. Por meio do recém criado INDL – Instituto Nacional da Diversidade Linguística – o Governo Federal visa a ratificar que o Brasil é um país multilíngue (como a maior parte dos países do mundo). Nosso país possui mais de 200 línguas indígenas e atesta: línguas de imigração, variedades de línguas de sinais brasileiras e variedades de português afro-brasileiro. O INDL deverá proceder, por exemplo, nos próximos anos, no tocante ao português afro-brasileiro, o inventário da fala de comunidades como as de Tabatinga, de Milho Verde e de Jurussaca, como situações constitutivas da diversidade linguística do país. Este fato promete ser um grande ganho para os direitos humanos em nosso país. Devemos divulgá-lo.

Referências Bibliográficas

Alkmim, Tânia; Petter, M. Maria Taddoni. 2008. Palavras da África no Brasil de Ontem e de Hoje. In: Fiorin, J. L.; Petter, M. M. T. (Orgs.). *África no Brasil: a Formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 145-178.

Arruti, José Maurício. 2006. *Mocambo: Antropologia e História dos Processos de Formação*. Bauru, SP: Edusc.

Bechara, Evanildo. 2009. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna.

Bonvini, Emilio. 2008. Os Vocábulos de Origem Africana na Constituição do Português Falado no Brasil. In: Fiorin, J. L.; Petter, M. M. T. (Orgs.). *África no Brasil: a Formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 101-144.

Cunha, A. Stela A. (Org.). 2011. *Entendendo Quilombos, Desconstruindo Mitos – a Educação Formal e a Realidade Quilombola no Brasil*. Guimarães, MA: SETAGRAF.

Lucchesi, Dante. 2009. Introdução. In: Lucchesi, D; Baxter, A.; Ribeiro, I. (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador, Bahia: EDUFBA, p. 27-41.

Machado Filho, A. M. 1943. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Mello, Heliana R. 1996. *The Genesis and Development of Brazilian Vernacular Portuguese*. PhD Thesis. The City University of New York. New York.

NAEA. 2005. *Quilombos do Pará*, cd-rom. Belém: NAEA-UFPA & Programa Raízes.

Nunes, Jairo. 2007. Triangulismos e a Sintaxe do Português Brasileiro. In: Castilho, A. T. et al. (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: FAPESP, Campinas: Pontes, p. 25-34.

Oliveira, Márcia S. Duarte. de; Fernandes, Jonas T. Vicari. 2009. *Aspectos Etnolinguísticos da Fala em uma Comunidade Quilombola do Pará: Jurussaca*. Resultados de Pesquisa de Iniciação Científica – FFLCH/USP. Manuscrito.

Oliveira, Márcia S. Duarte de; Campos, Ednalvo Apóstolo; Fernandes, Jonas T. Vicari. 2011. Repensando a escola em Jurussaca a partir da ‘norma dos pronomes pessoais da comunidade’. In: Cunha, A. S. de A. (Org.). *Entendendo Quilombos, Desconstruindo Mitos – a Educação Formal e a Realidade Quilombola no Brasil*. 1 ed. Guimarães, MA:

SETAGRAF, v. 1, p. 129-144.

Pagotto, Emílio G. Crioulo sim, crioulo não, uma agenda de problemas. 2007. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (Orgs.). Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas, SP: Pontes, FAPESP, p. 461-483.

Petter, Margarida. M. Taddoní; Oliveira, Márcia S. Duarte de. 2011. *Projeto-Piloto Comunidades Quilombolas IPHAN/USP*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/indl>>. Acesso em 16 mar. 2011.

Pinto, Maria Célia B. Virgolino. 2011. Remanescentes Quilombos de Jurussaca – Processos Identitários. In: Cunha, A. Stela A. (Org.). *Entendendo Quilombos, Desconstruindo Mitos – a Educação Formal e a Realidade Quilombola no Brasil*. Guimarães, MA: SETAGRAF, p. 129-144.

Queiroz, Sônia. 1998. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

A PRÓCLISE EM CONTEXTOS DE "VARIAÇÃO DIACRÔNICA" E O DIAGNÓSTICO DA GRAMÁTICA DO PB

Marco Antonio MARTINS ¹⁹

RESUMO: Argumento, neste artigo, que a próclise no contexto XV pode ser um contexto revelador para o estudo da implementação da gramática do PB na escrita de brasileiros. Para defender tal ponto de vista, retomo estudos anteriores em que apresentei uma descrição da alternância ênclise/próclise em orações finitas não dependentes em que o verbo é antecedido por um sujeito lexical, um advérbio não modal ou um sintagma preposicional – construções XV – na escrita de brasileiros nascidos no curso dos séculos XIX e XX (Martins, 2009, 2011). Os resultados apresentados mostram que no contexto DPV a taxa de próclise em textos de brasileiros nascidos no início do século XIX é de 6,5% enquanto no contexto XV a taxa é relativamente alta de 33%. Essa evidência empírica me leva à hipótese de que a implementação da gramática do PB, instanciada escrita brasileira dos séculos XIX e XX, parece estar associada não ao aumento da próclise, mas ao aumento da próclise em uma construção específica: *DPcIV*.

PALAVRAS-CHAVE: Construções XclV; Próclise; Escrita brasileira; PB.

Introdução (e algumas palavras sobre gramática e variação)

Em muitos estudos sobre os padrões de colocação dos pronomes clíticos em português tem-se defendido que próclise em diferentes contextos sintáticos – mais especificamente, a próclise ao verbo finito em início de oração/período em orações e a próclise ao verbo não finito em complexos verbais – é característica da gramática do Português Brasileiro – PB (Pagotto, 1992; Cyrino, 1993; Lobo, 1992). Um ponto para o qual ainda não se tem uma resposta bem delineada em relação à colocação dos pronomes clíticos em português diz respeito ao processo de implementação da gramática do PB. Ou, em outras palavras, em que momento no curso dos séculos se observam na escrita brasileira dos séculos XVIII, XIX e XX padrões gerados pela gramática do PB?

Um ponto relevante a ser considerado deve ser a origem dos textos analisados. Se se pretende diagnosticar a implementação da gramática do PB, tendo por fonte textos escritos, há que se considerar a autoria desses textos. No âmbito do *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)* tem-se apresentado análises dos diferentes padrões de colocação dos pronomes clíticos considerando diferentes gêneros textuais escritos por brasileiros nascidos em diferentes regiões do Brasil (Carneiro, 2005; Duarte; Pagotto, 2005; Martins, 2009; Carneiro; Almeida, 2009; Martellota *et al*, 2009). Os resultados apresentados nesses estudos têm mostrado um quadro bastante complexo no que diz respeito à colocação dos clíticos na escrita brasileira, sobretudo do século XIX. Os resultados apresentados neste artigo visam a contribuir com essa descrição tendo em vista a análise do processo de implementação da gramática do PB em peças de teatro escritas por brasileiros nascidos em Santa Catarina no sul do Brasil e no Rio Grande do Norte no nordeste brasileiro.

Tenho defendido que os diferentes padrões de colocação dos pronomes clíticos encontrados na escrita brasileira dos séculos XIX e XX instanciam diferentes gramáticas do português (Martins, 2009; 2011) e que um contexto sintático que nos pode dar indícios do processo de implementação da gramática do PB são as orações finitas não dependentes em que o verbo é antecedido por dos seguintes constituintes não focalizados: um sujeito, um sintagma preposicional ou um advérbio não modal – contexto XV.

Considerando apenas esse contexto, tenho por objetivo neste artigo argumentar a favor da idéia de que a implementação da gramática do PB, instanciada escrita brasileira dos séculos XIX e XX, parece estar associada não ao aumento da próclise, mas ao aumento da próclise em uma construção bastante específica: *ScIV*.

Necessárias se fazem algumas palavras sobre os pressupostos teóricos que estão na base da pesquisa. Assumo a

¹⁹ UFRN, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Campus Universitário – Av. Salgado Filho S/N, Sala 314, Lagoa Nova, CEP: 59078-900. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: marcomartins@ufrnet.br.

distinção entre **Língua-I** e **Língua-E** e o derivado conceito de gramática, como proposto pela teoria gerativa (Chomsky, 1981, 1986). Ou seja, utilizo textos escritos deixados pela história externa das línguas (textos escritos por brasileiros) como amostras de Língua-E para teorizar sobre o conhecimento linguístico que os autores desses textos têm ao saber uma língua (i.e., sobre a Língua-I). Nesse sentido, o que se entende por PB é a gramática instanciada nos textos escritos por indivíduos num determinado momento numa determinada comunidade.

No que diz respeito à mudança sintática, assumo que se trata do resultado de um processo gradual num ambiente heterogêneo (Weinreich; Labov; Herzog, 1968) que procede via **competição de gramáticas** (Kroch, 1989, 2001). A proposta de competição de gramáticas estabelece um ponto de diálogo entre o estatuto gradual no processo de mudança sintática (observável em textos escritos ao longo dos séculos) e a natureza gramatical (teórica) da mudança. Particularmente, uso a metodologia da sociolinguística variacionista tendo em vista o problema empírico a Implementação que diz respeito ao como uma mudança sintática se implementa em uma comunidade.

1. Padrões empíricos de colocação dos pronomes clíticos na escrita brasileira

A sintaxe da ordem dos pronomes clíticos tem sido um fenômeno bastante estudado na história do português. No que se refere à história do Português Brasileiro (que deve levar em conta a escrita de brasileiros), alguns estudos têm sido realizados por pesquisadores vinculados ao projeto PHPB (Carneiro, 2005; Pagotto; Duarte, 2005; Martelotta *et al.*, 2009; Carneiro; Almeida, 2009; Martins, 2009). Tomando os resultados apresentados por esses estudos tem-se o seguinte quadro em relação aos padrões de colocação dos clíticos na escrita brasileira dos séculos XVIII, XIX e XX: (i) há **PRÓCLISE** majoritária, com alguns poucos casos de ênclise, em orações com operadores de negação predicativa, com quantificadores, com determinados advérbios em posição pré-verbal e em orações iniciadas por constituintes focalizados; (ii) há um aumento progressivo da **PRÓCLISE** em orações finitas com o verbo em primeira posição absoluta; (iii) há **VARIAÇÃO ÊNCLISE/PRÓCLISE**, com aumento progressivo da próclise, em orações finitas não dependentes em contextos “neutros” – orações finitas não dependentes com um sujeito, um sintagma preposicional ou um advérbio não modal, não focalizados; iv) há **VARIAÇÃO ÊNCLISE/PRÓCLISE**, com aumento progressivo da próclise, em orações finitas não dependentes em que o V é antecedido por uma oração; (v) há cliticização ao verbo temático em orações com estruturas verbais complexas – OU SEJA, há próclise ao verbo temático; e (vi) há interpolação bastante residual.

Como se pode perceber, sobretudo no século XIX, o quadro de colocação dos pronomes clíticos na história do PB é bastante complexo. Tal complexidade põe em cena uma série de questões ainda sem respostas e uma, em particular, diz respeito ao problema empírico de implementação, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (1968). Dito de outro modo: se a sintaxe de colocação dos clíticos é um contexto bastante revelador da gramática do PB, em que momento na história os padrões que instanciam tal gramática são encontrados na escrita de brasileiros? As construções XclV nos textos brasileiros dos séculos XVIII e XIX instanciam já a gramática do PB ou são, ainda, reflexo de uma gramática anterior, cujo padrão nesse contexto também era a próclise – como a gramática do Português Clássico, por exemplo – ?

1. 1 A colocação de clíticos em dois contextos de variação na escrita brasileira: XV e VI

CONTEXO A – XV

(1)

- a. D.Leonor – Obedeço. *O futuro SE* encarregará de responder por mim. (SEGUNDO WANDERLEY, 1860-1909)
- b. Visconde – *O fanatismo* cega-**TE**. (SEGUNDO WANDERLEY, 1860-1909)
- c. Oh! Pérfidos! Tudo compreendo agora! *Eles SE* amavam! Foi um ajuste entre ambos... Uma negra traição que me urdiram!... (COUTINHO, 1841-1902)

d. *Ela* ama-ME ... ama-me! (CARVALHO, 1829-1865)

(2)

- a. Na noite do mesmo dia em que recolhi a triste engeitadinha e agasalhei-a em meu seio, tu, José, te apresentaste em minha casa e *encarecidamente* ME pediste agasalho, e depois te oferecestes a compartilhar de todos os meus trabalhos. (THIAGO, 1856-1916)
- b. *Amanhã* agarro-**ME** às saias da tia Úrsula pra ficar em terra enquanto o nosso capitão não dormir a bordo. (CARVALHO, 1829-1865)

(3)

- a. Roberto – *Em tempo* **ME** pagarás. (SEGUNDO WANDERLEY, 1860-1909)
- b. *Nas minhas finas areias* deitam-**SE** sereias, cantando canções de amor. (NAHAS, 1898-1934)

Analisando cartas pessoais escritas do século XIX, Carneiro (2005) apresenta dados interessantes em relação à alternância ênclise/próclise no contexto XV, conforme os exemplos em (1) a (3) ilustram. A autora descreve os padrões de ordenação de clíticos num corpus de cartas pessoais escritas por brasileiros, nascidos no litoral e no sertão baiano no período que compreende o século XIX – entre 1809 e 1907, mais especificamente. De modo geral, a autora encontra padrões diversificados na ordenação de clíticos, retomarei, no entanto, no que segue, apenas aqueles relacionados aos contextos de variação diacrônica em orações com verbos simples.

Um resultado interessante apresentado por Carneiro diz respeito ao fato de a proporção de clV nas cartas ser sensível ao local (costa ou sertão baiano) de nascimento e ao grau de instrução (com ou sem formação superior ou equivalente) dos remetentes. Os resultados mostram que a proporção de clV é bastante elevada nas cartas de brasileiros cultos nascidos no final do século 18 e início do século 19 na costa (67% e 60%), e não tão significativa nas cartas de brasileiros semi-cultos nascidos no início do século 19 no interior (39%). Paradoxalmente, é nos textos destes últimos que Carneiro encontra uma maior recorrência de construções características da gramática do Português Brasileiro (PB). Considerando o ano de publicação do total de cartas observadas, os percentuais de próclise nesse contexto encontrados por Carneiro são de **69%** para a primeira metade e **49%** para a segunda metade do século 19 e **34%** para a primeira metade do século 20. Retomarei esses percentuais no gráfico da figura 1, a seguir.

Ainda considerando cartas pessoais, Pagotto e Duarte (2005)²⁰ observam a colocação de clíticos em cartas pessoais dos avós Ottoni, escritas, no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1892, na segunda metade do século XIX, portanto. No que diz respeito às construções XV, os autores encontram: (i) 10 construções em que o verbo é antecedido por um sintagma preposicional, dentre as quais 8 são ocorrências nas cartas da avó, todas com próclise, e 2 nas cartas do avô (1 com próclise e 1 com ênclise); e (ii) 9 construções com SN sujeito pré-verbal, dentre as quais, 5 são extraídas das cartas da avó (4 ocorrências (80%) com próclise e 1 ocorrência (20%) com ênclise) e 4 são extraídas das cartas do avô (2 ocorrências (50%) com próclise e 2 (50%) com ênclise). Se somarmos as próclises nos dois contextos encontramos um percentual de **74%** de clV em contexto XV nas cartas da segunda metade do século XIX²¹.

Também analisando cartas pessoais do século XIX, a equipe do PHPB do Rio de janeiro apresenta, em Martelotta *et al.* (2009), uma análise de fenômenos morfossintáticos – sobre ordem e tratamento – em 18 cartas de homens ilustres a Rui Barbosa, num período correspondente aos anos de 1866 a 1899. A equipe apresenta análise de diferentes fenômenos sintáticos, dentre os quais, retomarei aqui aquela relacionada aos padrões de colocação dos pronomes clíticos no contexto XV.

Os resultados apresentados por Martellota *et al.* sobre a colocação de clíticos nas “cartas a Rui Barbosa” dizem respeito

20 Este trabalho dos autores é retomado num artigo em conjunto com os demais membros da equipe do PHPB do Rio de Janeiro, publicado no volume VI dos Anais do Projeto para a História do Português Brasileiro (Lopes et al., 2006).

21 Importante se faz destacar que Pagotto e Duarte encontram uma diferença significativa na escrita do avô, Christiano Benedicto Ottoni, nascido em 1811, e da avó, Bárbara Balbina de Araújo Maia Ottoni, nascida em 1822. Na escrita de Bárbara há o predomínio de próclise.

à 475 ocorrências, 387 com formas verbais simples e 88 com complexos verbais. No que diz respeito às construções com formas verbais simples, os autores encontram 41 ocorrências, que são classificadas como estruturas V2, em que o verbo é antecedido por um sujeito, um sintagma preposicional ou um advérbio. Destas, 20 (49%) são construções com próclise.

Ainda considerando textos escritos por brasileiros no século XIX mas outro de gênero textual, Carneiro e Almeida (2009) publicam resultados sobre a colocação de clíticos em 15 atas escritas na Bahia por um ex-escravo no ano de 1862. Considerando o contexto XV, em que o verbo é antecedido por um sujeito neutro, um advérbio não modal e um sintagma preposicional, as autoras encontram nove ocorrências dentre as quais seis (67%) são enclíticas e três (33%) próclíticas. O percentual de ênclise nessas construções leva as autoras a afirmarem que o jovem ex-escravo, apesar de apresentar um baixo percentual de próclise, não escreve como um português nascido no mesmo período.

Tendo em vista textos dos séculos XIX e XX, Martins (2009) descreve e analisa os padrões de colocação em uma amostra de 482 dados extraídos de vinte e quatro peças de teatro escritas por brasileiros nascidos no litoral sul de Santa Catarina. Os percentuais encontrados pelo autor mostram que há uma evolução da próclise em contextos XV – orações finitas não dependentes em que o verbo é antecedido por um sujeito, um sintagma preposicional ou um advérbio não modal: de 22% no texto do primeiro autor representante do século XIX para 94% no texto do último autor representante do século XX. Considerando apenas a data de publicação dos textos, o percentual de XclV no curso dos dois séculos é: 32% nos textos da segunda metade do século XIX e 49% e 95% nos textos das primeira e segunda metades do século XX (Martins, 2009: 200).

Os resultados descritos acima em relação à colocação de clíticos na diacronia do PB em contextos XV, tendo em vista diferentes corpus constituídos de textos escritos por brasileiros, estão sistematizados nos gráficos da figura 1 a seguir.

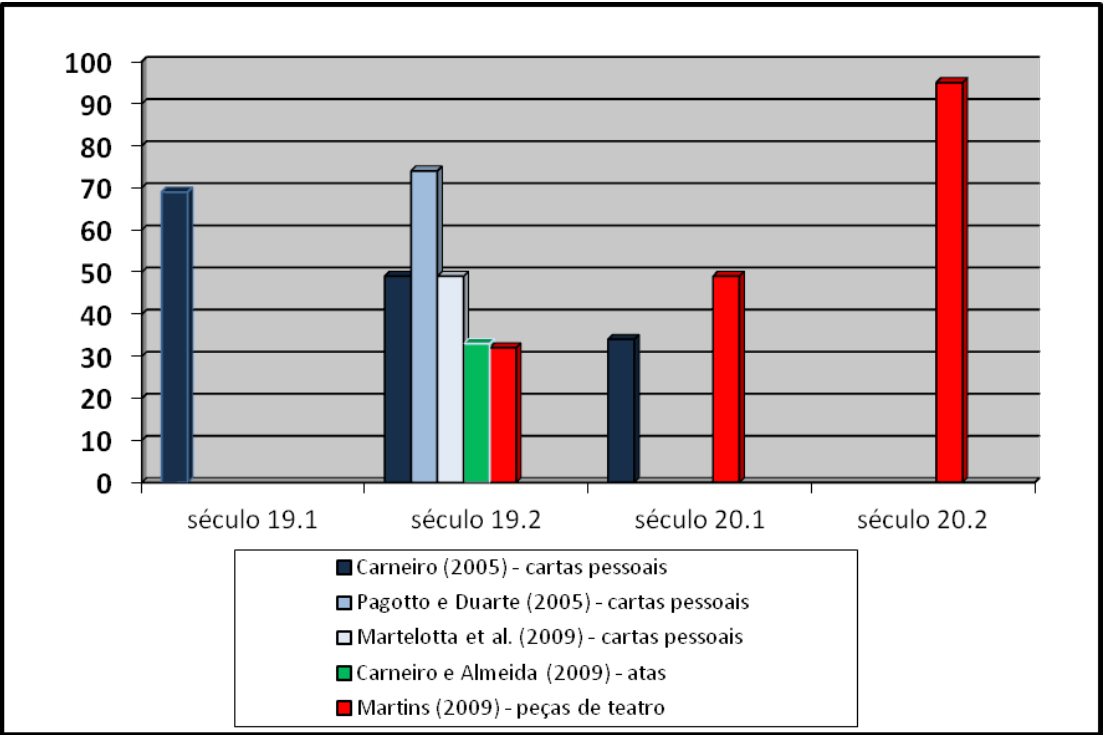


Figura 1. Próclise em cartas pessoais, atas e peças de teatro – contexto XV – na diacronia do Português Brasileiro. Os gráficos na figura 1 acima reforçam a tese de que a escrita brasileira do final do século XIX e início do século XX

reflete padrões divergentes no que se refere à ordenação de clíticos. Há uma queda das construções XclV nos textos do século XIX. É importante considerar que, como já informado, a natureza dos textos é bastante diversificada nas análises retomadas – cartas pessoais, atas e peças de teatro. Muito provavelmente não apenas o período, mas os gêneros textuais considerados influenciam na recorrência do uso da próclise nesse contexto.

Observe-se que na segunda metade do século XIX, período para o qual são contemplados os três gêneros textuais em questão, as cartas pessoais apresentam já um alto percentual de próclise (marcados nos gráficos na figura 1 por diferentes tonalidades de azul). Os percentuais de clV ficam em torno de 60%, chegando a 74% nas cartas dos avós Ottoni, conforme análise de Pagotto e Duarte (2005). Em atas e em peças de teatro os percentuais de clV ficam na média de 30%. Tal diferença parece se justificar, portanto, pelo gênero textual.

CONTEXTO B – V1

A próclise em orações com o verbo em primeira posição absoluta é uma das inovações da gramática do PB, uma vez que a ordem clV nesse contexto não é atestada na história do português²². Em muitas das análises feitas com corpora constituídos de textos brasileiros do século XIX, não foram atestados dados de próclise em contexto V1 (clV). Dentre essas análises está aquela apresentada por Pagotto (1992)²³. Por outro lado, estudos que se voltam à história do português brasileiro têm mostrado que a próclise nesse contexto é já atestada em textos do século 19. Passo à descrição desses estudos.

Carneiro (2005), numa amostra extraída de um corpus constituído de cartas brasileiras por ela editado, encontra 13 ocorrências de clV num total de 379 dados (3,4%). A autora considera orações com um único verbo, não incluindo as orações segundas coordenadas – sentenças raízes declarativas afirmativas, principais (8 ocorrências de 244 dados, 3,28%) e imperativas (2 ocorrências de 67 dados, 2,99%) – e orações com grupos verbais – construções passivas (3 ocorrências de 68 dados, 4,41%). Os resultados apresentados por Carneiro são interessantes no sentido de que registram a ocorrência de próclise com o verbo em primeira posição absoluta em textos escritos por brasileiros nascidos já no século XIX. Os exemplos a seguir dão rosto aos números.

- (4)
- a. **ME parece** que não proponho, nem tenho pe-|-dido nenhum depósito, para que ate hoje| não tenha sido atendido, e tenha de ver a offi-|cina continuar no estado pouco lisonjeiro| em que a consideram.| carta 158
 - b. **ME diz** a consciencia que ainda| não commetti acto algum com| relação a sua pessoa pelo qual|2r. se posso dizer que eu hoje sou menos| dedicado a si, entretanto que aqui| se diz o contrario, e se me tem como| um dos mais dedicados e afeiçoados| seu. carta 442
 - c. **ME | disse** o Vigário Sabino que a mortandade que| fêz Moreira Cezar, calcula-se em dois mil| pois não se pode contar, isso dito por dois| individuos que o conselheiro fez prisioneiro, eque| depois soltou-os que tinham marchado com o ga-|do. carta 464
 - d. **NOS dê** suas| noticias. carta 463 h
 - e. **LHE dirigi** carta por o Coronel Porfirio do-| Geremoábo que passou para Bahia em 7 do-| corrente que não acusa recebida.|carta 464

f. **ME | responda** se a relação tem pode-|res de impedir que se faça inventario| porque o Gallo

22 A análise de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) apresenta resultados diacrônicos acerca da alternância clV/Vcl na história do português em textos escritos por portugueses nascidos no período correspondente aos séculos XVI a XIX. Com base no banco de dados Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese, as autoras apresentam uma análise de 5.369 orações afirmativas não dependentes extraídas de textos escritos por autores nascidos entre os anos de 1542 e 1836. No que se refere às construções com o verbo em primeira posição absoluta, nos resultados apresentados por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), não há referência a nenhuma ocorrência da ordem clítico-verbo em textos escritos por portugueses nascidos no curso dos séculos XVI a XIX.

23 É importante referir que o estudo de Pagotto registra apenas uma ocorrência em um texto (muito provavelmente) do século XX.

<ou outra pessoa> me disse *que* eu requere*se*| a relação alegando motivo justo| *que* não havia bens a inventario eu ig|*noro* Porque o *que* tenho é *para* os filhos, afim| de ver se posso realizar a educação| *delles, para que* se repartir? *carta 472*

(Carneiro, 2005: 148-150)

Outro estudo é o de Duarte e Pagotto (2006), que investiga o comportamento da próclise e da ênclise em 41 cartas dos avós Ottoni, escritas no “turbilhão” que marca o contexto sócio-histórico do Brasil do século XIX. No que diz respeito às construções com o verbo em primeira posição absoluta, das 14 ocorrências encontradas, apenas 3 (34%) são dados com o pronome clítico em posição inicial. Todos os três casos de próclise nesse contexto são de cartas da avó Ottoni (3 ocorrências de 5 dados, 60%), conforme em (5), a seguir; nas cartas do avô, as 9 ocorrências são de ênclise (100%).

(5)

- a. **Melembro** | muito de você com muitas | saudades equanto estou fa-| zendo doce de caju estou sem | [sic] melembrando de que você | sempre queria meajudar. (Carta 30, avó)
- b. **Os abraça** Sua Dindinha e Abiga Barbara. (Carta 36, avó)
- c. **Teabraça** e a | Christiano Sua Avo e Amiga Barbara. (Carta 41, avó)

(Duarte, Pagotto, 2005: 76-77)

Nas cartas de ilustres a Rui Barbosa, Martelotta *et al.* (2009) encontram 35 orações em que o verbo ocupa a primeira posição absoluta – 28 construções com ênclise (80%) e 7 construções com próclise (20%). Observe-se que o percentual dessa construção característica da gramática do PB é bastante significativo, assim como aquele encontrado pela equipe do PHPB do Rio de Janeiro nas cartas dos avos Ottoni.

Nas atas escritas por um ex-escravo na Bahia em 1862, Carneiro e Almeida (2009) não encontram nenhuma ocorrência de próclise em contexto V1 (0%). 15 orações foram encontradas e, em todas as ocorrências, apenas a ênclise foi utilizada.

Considerando uma amostra extraída de 24 peças de teatro escritas por brasileiros nascidos em Santa Catarina, excluindo as orações segundas coordenadas, Martins (2009) encontra, em textos da segunda metade do século XIX, 3 ocorrências de próclise a V1 num total de 523 dados (0,6%) e, em textos da primeira e segunda metades do século XX, respectivamente, 2 ocorrências de 75 dados (2,7%) e 77 ocorrências de 133 dados (58%), conforme dados em (6).

(6)

- a. **ME chamaste**, meo coração? [*Os ciúmes do capitão (1880) de Arthur C. do Livramento (1853-1897)*]
- b. Ai! Que eu estou sufocado! **ME largue!** [*Os ciúmes do capitão (1880) de Arthur C. do Livramento (1853-1897)*]
- c. **TE recordas** se Valentim era ruivo?... [*Os ciúmes do capitão (1880) de Arthur C. do Livramento (1853-1897)*]
- d. *Maria Rosa* – Já sei; já sei que a festança vai ser grossa, pois foi convidada toda aquela gente rabujenta e de altos coturnos que aqui esteve no dia em que os patrões festejaram as bodas de prata. / *Maneca (Aproximando-se)* – Mas, **TE digo**, Maria Rosa, com muita sinceridade: não tenho inveja de nada disso... [*Hilda, a filha do suposto traidor (1918) de Ildefonso Juvenal (1884-1965)*]
- e. Não me culpes. **ME perdoa**. Foste mais forte, confesso. [*Ilha dos casos raros (1928) de Nicolau Nagib Nahas (1898-1934)*]

(Martins, 2009: 171)

Considerando os diferentes autores analisados, nos textos literários do século XX observados por Schei (2003: 159),

há taxas de próclise em contexto cIV de: 74% no texto de Autran Dourado; 6% no texto de Rubem Fonseca; 2% no texto de Lya Luft; 0% no texto de Josué Montello; 51% no texto de Rachel de Queiroz e 24% no texto de Moacyr Scliar. Observe-se uma grande oscilação em relação ao uso de cIV nos textos: a próclise, nesse contexto, alcança 74% no texto de Dourado e não é encontrada no texto de Montello. Para sumarizar, a média de próclise a V1 nos textos literários da segunda metade do século 20, considerados por Schei, é de **26%**.

Os resultados descritos em relação à colocação de clíticos na diacronia do PB em contexto V1, tendo em vista diferentes *corpus* constituído por textos brasileiros, estão sistematizados nos gráficos da Figura 2, a seguir.

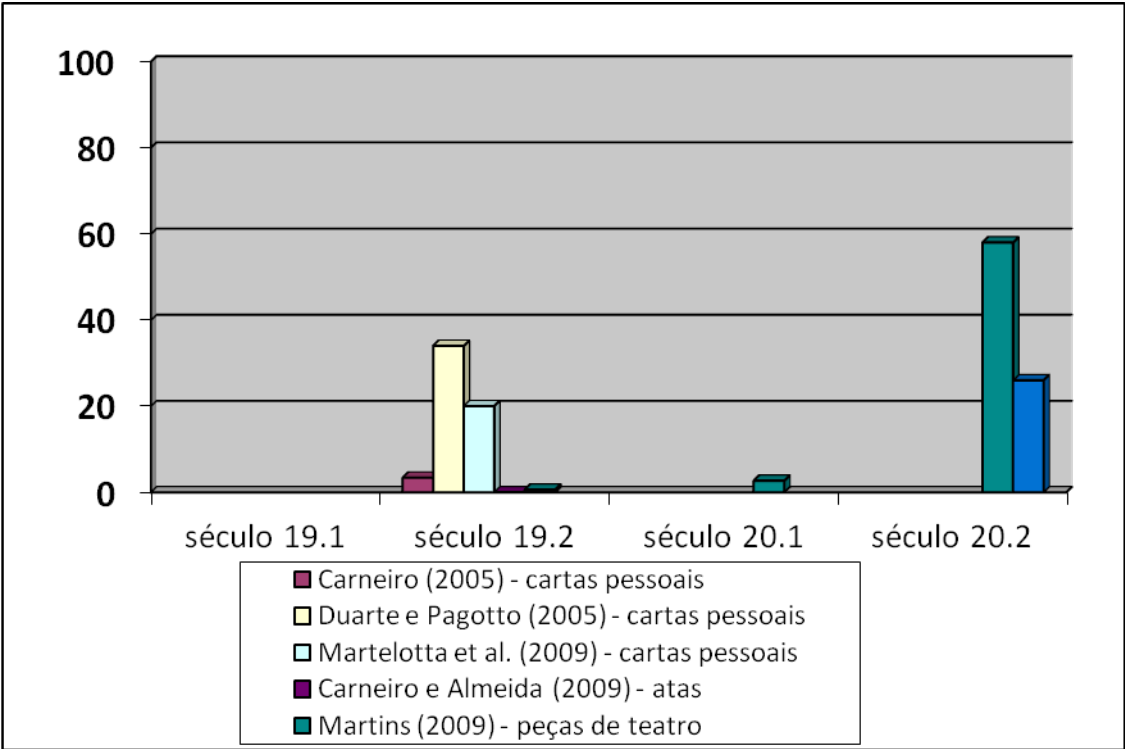


Figura 2: Próclise em contexto V1 na diacronia do Português Brasileiro

Todos esses resultados são interessantes no sentido de que registram a ocorrência de próclise com o verbo em primeira posição absoluta em textos escritos por brasileiros dos séculos XIX e XX. Como já dito, esse é um contexto categórico de Vcl na história do português, de modo que a ordem cIV em construções V1 absolutas é interpretada como uma forte característica da gramática do PB.

2. A implementação da mudança considerando os contextos sintáticos xv e v1

Em Martins (2011) apresentei resultados relacionados à propagação da mudança na sintaxe de colocação de clíticos na escrita de brasileiros nascidos em Santa Catarina e no Rio Grande do Norte, no curso dos séculos XIX e XX, considerando em específico os dois contextos sintáticos descritos na seção anterior²⁴.

²⁴ Esse referido estudo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido em 2010 e que contou com a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica Kássia Kamilla de Moura e Willame Santos de Sales. O estudo considerou o seguinte *corpus*:

Peças de teatro de autores nascidos em Santa Catarina – sul do Brasil:

O conjunto de dados analisados perfaz o total de **1.867 orações finitas não dependentes com verbo simples** que classificamos nos seguintes contextos: (A) orações com o verbo imediatamente precedido por sujeitos, advérbios não modais e sintagmas preposicionais, não focalizados, (contexto (X)XV) e (B) orações com o verbo em primeira posição absoluta (contexto V1).

Na Figura 3, que segue, apresentamos gráficos relacionados ao uso da próclise nesses contextos na amostra analisada. Tendo em vista o ano de nascimento dos autores, os pontos marcados nos gráficos agrupam os autores brasileiros (catarinenses e norte-rio-grandenses) listados na nota 7, em seis tempos: três com autores nascidos no século 19 – entre 1825 e 1849; entre 1850 e 1874; e entre 1875 e 1899; e três nascidos no século 20 – entre 1900 e 1924; entre 1925 e 1949; e entre 1950 e 1974.

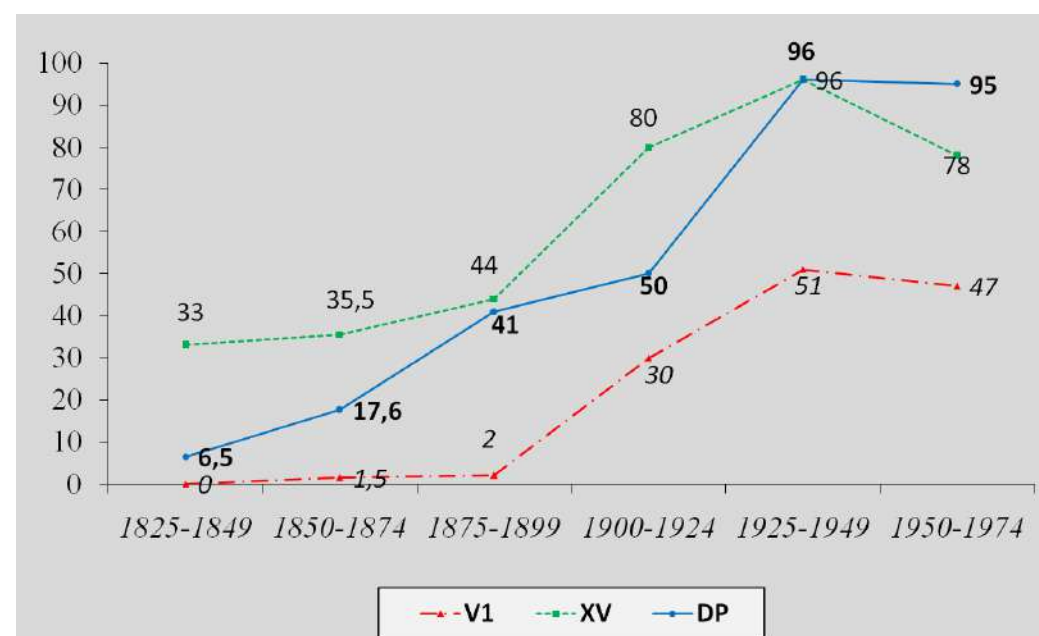


Figura 3. Próclise na escrita brasileira dos séculos XIX e XX em dois contextos – V1, XV (Martins, 2011)

Observe-se que:

1. o aumento da próclise em orações com sujeitos DPs é bastante significativo no curso dos séculos – de 6,5%, 17,6%, 41% em textos do século XIX para 50%, 96% e 95% em textos do século XX;
2. nos textos dos dois primeiros autores nascidos no século XIX, os catarinenses *Álvaro Augusto de Carvalho* (1829-1865) e *José Cândido de Lacerda Coutinho* (1841-1902), a média da próclise no contexto DPV é bastante baixa – 6,5%;

Raimundo (1968) de Álvaro Augusto de Carvalho (1829-1865); A casa para alugar (1867) e Quem desdenha quer comprar... (1868) de José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1902); Os ciúmes do capitão (1880) de Arthur Cavalcanti do Livramento (1853-1897); Brinquedos de Cupido (1898) de Antero dos Reis Dutra (1855-1911); Um cacho de mortes (1881), Dolores (1889), O Idiota (1890) e Fatos Diversos (1892) de Horácio Nunes (1855- 1919); Hilda, a filha do supposto traidor (1918), Waltrudes, o nauta veneziano (1918) e A filha do operário (1942) de Ildefonso Juvenal (1884-1965); O dia do Javalí (1983) de Mário Júlio Amorim (1939-); O dia em que os Porcos Comerão Sal (1978), A Estória (1990), Os Lobos (1992), Fragmentos (1991) e O que a vida fez de mim, de nós (1996) de Ademir Rosa (1950-1997); Ilha dos casos raros (1928) de Nicolau Nagib Nahas (1898-1934); A morte de Damião (1954) de Ody Fraga (1927-1987); Flores de Inverno (1992) e As quatro estações (1998) de Antônio Cunha (1961-); Agnus Dei (1994) de Sulanger Bavaresco (1969-).

Peças de teatro de autores nascidos no Rio Grande do Norte – nordeste do Brasil: Providência (1904), Brasileiros e Portugueses (1905) e A louca da montanha (1905), de Manoel Segundo Wanderley (1860-1909); A mortalha de rosas (1916), de Ezequiel Wanderley (1872-1933); A pedra do navio (1979), de João Denys Araújo Leite (1957-); As velhas (2007), de Maria de Lourdes Nunes Ramalho (1923-); Chico Cobra e Larazino (2007), de Racine Santos (1948-).

3. a próclise no contexto DPV aumenta, gradativamente, até atingir taxas de 96% e 95% nos textos de brasileiros nascidos no século XX e a curvatura do gráfico tende a se estabilizar nos textos desse século;
4. diferentemente, as orações com Adv e PP pré-verbais apresentam outro comportamento: a proporção da clV é já relativamente alta em textos do início do século XIX – de 33%;
5. a proporção da próclise nesse contexto também vai aumentando no curso dos séculos – 33%, 35,5%, 44%, 80%, 96% e 78%, no entanto, a diferença nos textos dos catarinenses e norte-rio-grandenses nascidos no início do século XIX refletida entre as taxas de DVcV e Avd/PPclV é reveladora de que a natureza da próclise encontrada nos contextos XV não é homogênea.

É importante destacar que no contexto DPV a taxa de próclise no início do século XIX é de 6,5% enquanto no contexto XV a taxa é relativamente alta de 33%. Tal evidência empírica me leva à hipótese de que a implementação da gramática do PB, instanciada escrita brasileira dos séculos XIX e XX, parece estar associada não ao aumento da próclise, mas ao aumento da próclise em uma construção específica: *DPclV*.

3. CONCLUSÃO

Em Martins (2011), mostrei que: (i) na escrita de brasileiros nascidos no século XIX, a próclise é, significativamente, menos recorrente em orações com sujeitos DPs, de modo que as construções DPclV e as construções XclV (sendo X um advérbio não-modal ou um PP) apresentam percentagens variáveis e inferiores a 50% – e há poucas ocorrências de próclise a V1; (ii) na escrita de brasileiros nascidos no século XX, a próclise é bastante recorrente (quase categórica) em orações finitas não dependentes com verbo com sujeitos DPs, há variação próclise/ênclise em contextos XV e há um significativo aumento da próclise a V1.

Considerando tais resultados, busquei argumentar neste artigo que a implementação da gramática do PB, instanciada em textos escritos por brasileiros nascidos entre os séculos XIX e XX, está associada não ao aumento da próclise, mas ao aumento da próclise em um contexto bastante específico: DPclV. Os resultados apresentados mostram que no contexto DPV a taxa de próclise em textos de brasileiros nascidos no início do século XIX é de 6,5% enquanto no contexto XV a taxa é relativamente alta de 33%.

Referências Bibliográficas

- Carneiro, Zenaide de Oliveira Novais. 2005. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- Carneiro, Z.; Almeida, N. 2009. A escrita de um forro no Brasil do século XIX: um estudo da colocação de clíticos. In: Aguilera, V. *Para a História do Português Brasileiro*. v. VII: Vozes, veredas, voragens, Tomo I. Londrina: EDUEL, p. 93-123.
- Cyrino, S. M. L. 1993. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: Roberts, I.; Kato, M. (Org.). *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes, p. 163-184.
- Duarte, M. E. L.; Pagotto, Emílio. 2005. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes, Célia Regina dos Santos (Org.). *A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. 1. ed. Rio de Janeiro: In-Fólio, p. 67-82.

Galves, C. 2007. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: Castilho, Ataliba; Torres Moraes, Maria Aparecida; Lopes, Ruth & Cyrino, Sonia (org.). *Descrição, história e aquisição do*

português brasileiro. Campinas: Pontes, p. 513-528.

Galves, C.; Britto, H.; Paixão de Sousa, M. C. 2005. The Change in Clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, Vol. 4, n.1, Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond, pp. 39-67.

Galves, C.; Torres Morais, M. A.; Ribeiro, I. 2005. Syntax and Morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Jornal of Portuguese Linguistics*, vol. 4, nº2, Studies in the comparative syntax of European and Brazilian Portuguese, pp. 143-177.

Galves, C.; Carreiro, Z. 2006. Clitic-placement in the history of Brazilian Portuguese: a case of three-grammar competition. Apresentação ao DiGS.

Lobo, T. 1992. *A colocação dos clíticos em Português. Duas sincronias em Confronto*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

Kroch, A. 1989. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, 1, pp. 199-244.

Kroch, A. 2001. Syntactic Change. In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell, pp. 699-729.

Martelotta, M.; Cavalcante, S.; Duarte, E.; Pagotto, E.; Callou, D.; Lopes, C. 2009. Sobre norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In: AGUILERA, V. *Para a História do Português Brasileiro*. v. VII: Vozes, veredas, voragens, Tomo I. Londrina: EDUEL, p. 45-92.

Martins, M. A. 2011. Para o estudo da propagação da mudança na colocação de clíticos no português brasileiro. In: LIMA, Maria Auxiliadora. *Colóquios Linguísticos e Literários*. Teresina: EDUFPI.

Martins, M. A. 2009. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese (Doutorado em Linguística), Florianópolis: Programa de pós-graduação em Linguística, UFSC.

Pagotto, E. 1992. *A posição dos Clíticos em Português. Um estudo Diacrônico*. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas.

Paixão de Sousa, M. C. 2004. *Língua Barroca: Sintaxe e História do português nos 1600*. Tese de doutoramento, Campinas: IEL/UNICAMP.

Robinson, J.; Lawrence, H.; Tagliamonte, S. 2001. *GoldVarb*: a multivariate analysis application for Windows. Department of Language and Linguistic Science, University of York. Disponível em: <<http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/golvarb/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2011.

Torres Morais, M. A. 1993. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: Ian Roberts & Mary A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, pp. 263-306.

Weinreich, U.; Labov, W.; Herzog, M. 1968. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann, Winfred P.; Malkiel, Yakov (Ed.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas, p. 95-188.

NATIVIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL NA LÍNGUA INDÍGENA DÂW

Silvana Andrade MARTINS²⁵

Valteir MARTINS²⁶

RESUMO: Apresenta-se uma análise da nativização de palavras do português do Brasil em Dâw, língua indígena falada por um pouco mais de 100 pessoas, habitantes das proximidades de São Gabriel da Cachoeira, noroeste do Amazonas, Brasil. Segundo o censo do IBGE (2010), nessa localidade habitam 41.885 pessoas, das quais 85% são indígenas de várias etnias, das famílias linguísticas Arawak, Tukano Oriental e Maku. Por causa dessa diversidade linguística, este município se tornou o primeiro caso na Federação brasileira onde línguas indígenas foram reconhecidas como línguas oficiais, ao lado do português. São elas: o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa. Neste contexto multilinguístico e pluricultural em que os Dâw convivem, eles naturalmente importaram muitas palavras de outras línguas, principalmente do português. Explicar como esses empréstimos são integrados ao léxico Dâw é o objetivo deste estudo. Discutem-se as estratégias de reparações fonológicas, segundo um modelo de análise por- -síntese, em que as entradas da língua estrangeira são ajustadas ao sistema da língua receptora, por meio de operações de reparação dos sons ilícitos, implementadas segundo a fonologia da língua receptora. Portanto, são identificadas as palavras do português nativizadas e depois se analisa as reparações fonológicas que os Dâw aplicaram a elas para integrá-las ao léxico de sua língua. Desta maneira, os empréstimos podem ser examinados numa escala de graus de nativização, de conformidade com o modelo de nativização pré-estabelecido pelos nativos. É examinada a correlação entre aspectos das estruturas fonológicas da língua doadora e receptora, o que inclui segmentos, suprasegmentos, estrutura da sílaba e da palavra.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas em contato; Português do Brasil; Dâw; empréstimos; fonologia.

1. A inter-relação dos Dâw com os falantes do Português Brasileiro

O povo Dâw, cujo nome significa “gente”, constitui uma etnia indígena de um pouco mais de uma centena de pessoas que vivem hoje em uma comunidade chamada Waruá (quer dizer espelho, em Nheengatu), na região do Alto Rio Negro, confronte à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do estado do Amazonas, Brasil. Tradicionalmente, eles são “seminômades, coletores e caçadores, habitantes do interior das selvas, das áreas de igarapés; viviam no igarapé Wiç, afluente do Weni e subfluente do rio Mariê, no Médio Rio Negro (Martins, S., 2004: 3). Segundo eles contam, por causa de ataques constantes de outros povos indígenas, eles foram fugindo dessa área em direção ao Alto Rio Negro, até chegarem à área urbana de São Gabriel da Cachoeira, município que faz fronteira com a Colômbia e Venezuela. Ali eles vivem há mais ou menos 100 anos, convivendo com outras etnias, trabalhando no extrativismo de piaçaba e cipó, para os portugueses e nordestinos que por ali chegaram, comercializando com falantes da língua portuguesa, mas sem perder a sua língua materna. Embora quase toda a comunidade saiba o português, a língua que utilizam em seu dia a dia é o Dâw. Na escola municipal bilíngue que funciona em sua comunidade, as crianças são alfabetizadas em sua língua materna. Entretanto, o contato com a cultura brasileira envolvente é constante e se fortifica a cada ano que se passa. Com isso, cada vez mais eles têm integrado ao seu léxico palavras do português brasileiro e uma das estratégias de integração lexical é de adaptar esses empréstimos do português à língua indígena segundo estratégias fonético-fonológicas, em diferentes graus de nativização.

Esses empréstimos designam produtos industrializados tais como sabão, vela, palitos de fósforo, balde, bolsa, lancha, carro; nomes próprios não-nativos e topônimos; ferramentas, como serrote, martelo; peças do vestuário, como camisa, saia, calça, calção etc.

Ao lado da estratégia de adaptar palavras do português, eles também empregam produtivamente mecanismos de

²⁵ UEA, Escola Normal Superior, Departamento de Letras. Rua Ramos Ferreira, 199, Cond. Vista Del Rio, 1702. 69010-120, Manaus, Amazonas, Brasil. Andrademartins.silvana2@gmail.com

²⁶ UEA, Escola Normal Superior, Departamento de Letras. Rua Ramos Ferreira, 199, Cond. Vista Del Rio, 1702. 69010-120, Manaus, Amazonas, Brasil. Valteir_martins@yahoo.com.br

formação de palavras através do processo de composição, utilizando lexemas já existentes na língua. Alguns neologismos que exemplificam esse procedimento são:

(1)	‘revólver’	j□n-toé nariz-tamanduá (nariz de tamanduá)
(2)	‘bucha de cartucho’	xαω-με? espingarda-ninho (ninho da espingarda)
(3)	automóvel	ξαφ-λα® Σ mato-lancha (lancha que anda no mato)
(4)	desodorante	πατ-ΣΕ) η ~ παχE® η <i>1</i> cabelo-cheirar (cheiroso de cabelo)
(5)	anel	Σοβ-δακ dedo-pôr (aquilo que se põe no dedo)
(6)	helicóptero	π□ξ-λα®Σ-β□? céu-lancha-cuia (lancha do céu que parece com cuia)

No processo de adaptação de uma palavra do português ao Dâw, operações de reparações fonológicas são ativadas para que a palavra estrangeira se torne familiar aos ouvidos dos nativos. Portanto, tem-se por objetivo identificar quais são essas operações e explicitar como elas se realizam. Neste processo de nativização, analisam-se entradas de palavras do português do Brasil que envolvem diferentes contextos fonológicos. Essas operações de reparação são definidas como ajustamentos implementados para que o enunciado estrangeiro, que contém sons e configurações ilícitas, seja identificado e reparado, segundo a fonologia da língua receptora.

Para analisar a nativização dos empréstimos de Dâw, orienta-se em pressupostos estabelecidos no contexto do modelo de análise-por-síntese da fonologia dos empréstimos, proposto por Calabrese (2008). Para esse autor, quando um falante/ouvinte está diante de uma nova língua, ele se depara com sons que não fazem parte do inventário de sua língua. Esses sons estrangeiros são caracterizados por traços de configurações ilícitas e, por isso, não podem ser articulados, pois não existem no seu sistema de produção. Isto significa também que esse falante/ouvinte não pode entender esses sons quando os ouve, pois eles não existem em suas representações mentais. Assim, um dos caminhos que pode tomar é ajustar os traços de representações fônicas da palavra estrangeira de modo que ela lhe torne familiar. Esses ajustamentos são implementados através das mesmas operações de reparação usadas no sistema de produção. Essa representação mental perceptual obtida é estocada na memória permanente, e se torna a representação subjacente para um determinado empréstimo, adicionada de outros aspectos característicos da fonologia nativa que são implementados no processo de produção. Portanto, é importante identificar e compreender as operações de reparação ativadas na adaptação de palavras do português brasileiro (PB) ao Dâw, para elucidar que estruturas fonotáticas subjacentes são empregadas na adaptação desses empréstimos.

2. Abordagem comparativa do sistema fonológico Dâw e do PB

Uma abordagem comparativa entre os sistemas fonológicos de Dâw e do português do Brasil é essencial para a análise da fonologia dos empréstimos de Dâw. O português do Brasil, como língua doadora, e o Dâw, como receptora, contrastam-se em aspectos fonológicos, tais como: inventário dos sons, estrutura silábica e da palavra e configurações prosódicas. O inventário fonêmico de Dâw é maior do que o do português do Brasil tanto quanto ao número de consoantes quanto de vogais. Dâw possui 25 consoantes e 15 vogais, enquanto que em português do Brasil há 19 consoantes e sete vogais. No quadro das consoantes, os principais contrastes entre Dâw e PB são: a laringalização das sonorantes, que há somente em Dâw, e a presença de fricativas sonoras que só existem no PB. Na tabela 1, são apresentados os inventários de sons do PB e de Dâw.

Tabela 1: Inventário Fonológico do Dâw e do Português do Brasil

a) DÂW

Consoantes										Vogais		
π	τ	χ	κ	?						ι	α	υ
β	δ	ĩ	γ							ι®	α®	υ®
		Σ	ξ	η						ε	Φ	ο
μ	ν	ø	N							E	α	®
μ'	ν'	ø'	E®	α®	□®							
	λ											
	λ/											
ω		φ/										
ω'	φ'											

b) PORTUGUÊS DO BRASIL

π	τ	κ								ι	υ
β	δ	γ							ε		ο
μ	ν	/						E		®	
φ	σ	Σ	η					α			
π	ζ	Z									
λ	□										
P											

A correlação entre os inventários fonêmicos de Dâw e do PB é demonstrada na tabela 2.

Tabela 2: Correlação dos inventários fonêmicos de Dâw e do PB

Consoantes	Consoantes compartilhadas por Dâw e PB	/π,β,τ,δ,κ,γ,μ,ν,θ,Σ,ξ,η,λ/
	Consoantes de Dâw	/χ,ĩ,/, ,μ/,ν/,ø/,λ/,ω,φ,ω/,φ//
	Consoantes do PB	/φ,σ,ϖ,ξ,Z,□,P/
Vogais	Vogais compartilhadas por Dâw e PB	/ι,ε,E,α,o,Ṽ,u/
	Vogais de Dâw	/α, Φ, α®, E®,□®, α®/

Entre as fonologias de Dâw e do PB alguns aspectos determinantemente contrastivos são: sistemas nasal e prosódico, como tom e stress; padrões silábicos e a estrutura da palavra.

Consoantes orais e nasais fazem parte dos inventários fonológicos tanto de Dâw quanto do PB. Contudo, em Dâw, há vogais orais e nasais; já em PB as vogais são somente orais e a nasalidade das vogais ocorre no nível de superfície e é previsível pelo contexto (Wetzels, 1997).

Tradicionalmente são distinguidos dois tipos de nasalidade para as vogais no PB, os quais são conhecidos por ‘nasalidade alofônica’ e ‘nasalidade contrastiva’; ambas são previsíveis a partir de uma consoante nasal seguinte. A nasalidade alofônica resulta do espraimento de uma nasal do ataque da sílaba para a vogal do núcleo precedente, como na palavra /kana/ ‘cana’, pronunciada [Êkîâna]ou como em /ananas/ ‘ananás’, que é produzida como [îânîâÊnas], dependendo do dialeto. A nasalidade contrastiva ocorre através do espraimento obrigatório do traço [nasal] de uma consoante nasal (N) da coda da sílaba para a vogal precedente, como em /tiNta/ ‘tinta’, pronunciada [ÊtSiâta] ou /p Nta/ [Êp âta] ‘ponta’.²⁷

Diferentemente do PB, em Dâw, o traço [nasal] das consoantes é bloqueado pelas vogais (cf. a-c); em oposição, as nasais que sucedem vogais orais são pré-oralizadas (cf. h, i). Alguns exemplos de palavras de Dâw que evidenciam o comportamento do traço [nasal] nesta língua estão agrupados em (7).

DÂW

(7)	a.	[biâé]j0]	/biâéj/	‘banana inajá’
	b.	[bo@U h□ é@]]	/bo@h□@/	‘fogo’
	c.	[pEâ/]	/pEâ//	‘dar coice’
	d.	[nEb]	/nEb/	‘nome de um igarapé’
	e.	[nE]t]	/nE t/	‘raso’
	f.	[m0E0âô]h]	/m'Eâôh/	‘estrela’
	g.	[n0a0âp]	/n'aâp/	‘fruto da piaçaba’
	h.	[ta ^b m]	/tam/	‘peixinho (var.)’
	i.	[Soé]®N]	/SoéN/	‘cotovelo’

Quanto ao sistema prosódico, em Dâw, o tom é um traço do léxico; e o stress tem função entonacional. Já em PB é o contrário: o stress é que possui função lexical, enquanto que o tom distingue padrões entonacionais.

Os morfemas de Dâw, incluindo tanto os lexicais quanto gramaticais, independentes e dependentes, têm tom zero (atonais), tom ascendente (Vó) ou tom descendente (Vé). Os tons lexicais das palavras Dâw evidenciam-se através das ocorrências de muitos pares e alguns trios de palavras que possuem a mesma sequência de fonemas, mas tons diferentes, tais como:

(8)	a.	tom zero	/tαg/	‘marido’
		tom descendente	/tα[g/	‘macaco guariba’
	b.	tom zero	/naâm/	‘hoje’
		tom descendente	/naâ[m/	‘bêbado’
		tom ascendente	/naâ f m/	‘envenenar’
	c.	tom zero	/pFd/	‘girar’
		tom descendente	/pF[d/	‘fruta cunuri’
	d.	tom zero	/maâj/	‘pagamento’
		tom ascendente	/maôâj/	‘muito’
		tom descendente	/maâéj/	‘buraco’

Em oposição ao Dâw, no PB, é o stress que é empregado para distinguir unidades lexicais que possuem a mesma sequência fônica:

(9)	[Usabia] ‘sábيا’
	[saUbia] ‘sabia’ (pretérito imperfeito do verbo saber)’
	[sabiUa] ‘sabiá’

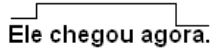
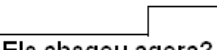
27 Um estudo detalhado sobre a nasalidade em português do Brasil é apresentado por Wetzels (1997).

Ao contrário do PB, a função do stress em Dâw não é de distinguir palavras, mas somente de demarcar a palavra prosódica. O acento fixo incide na última sílaba da palavra, exceto no caso de palavras em que ocorre sufixo extramétrico. Há uma interação entre tom e stress em palavras monomorfêmicas e nas compostas por dois ou mais lexemas. Nestas palavras, o tom e stress incidem na mesma sílaba. Diferentemente, em palavras de estruturas complexas (radical e sufixos/ partículas), pode haver mais de um tom, pois o tom lexical de cada morfema da palavra prosódica é preservado. Em (10), é demonstrada a correlação entre tom e stress em Dâw. No exemplo (a), consta uma palavra monomorfêmica; em (b), uma composta; e, em (c), uma de estrutura complexa.

- (10) a. [ξα∪πε[]] /ξαπε/ ‘café’
- b. [vΦ []ξ][τα []ξ] /vΦξτα [ξ]/ ‘capivara’ (anta d’água)
água anta
- c. [?ατΕΞ]∪α® []φ0] /?α-τΕΞ-α® [φ]/ ‘para esse menino’
esse-menino -AFET

Em PB, ao contrário de Dâw, as diferenças de tons, ou seja, do nível relativo da altura da voz na pronúncia, são usadas para modificar o sentido de uma frase. Há frases, com a mesma sequência de sons, cujos sentidos se distinguem pelas diferenças relativas à altura da voz em que são pronunciadas, isto é, pela sua entonação. Diferenças pragmáticas são veiculadas através da entonação das frases. Por exemplo, dependendo do seu padrão entonacional, uma frase interrogativa pode indicar uma pergunta polarizada, ou seja, que requer resposta ‘sim’ ou ‘não’, ou solicitar uma informação que exige uma resposta mais construída, etc. As declarativas também podem se diferenciar através do padrão entonacional, enfatizando itens distintos da informação que veicula, de conformidade com a intenção de comunicação do seu emissor.

No exemplo (11), é demonstrado como enunciados do PB que possuem a mesma estrutura segmental podem adquirir significados distintos dependendo do seu padrão entonacional. O primeiro enunciado é declarativo e o segundo se caracteriza como uma pergunta que requer resposta optativa de ‘sim’ ou ‘não’.

- (11)  Ele chegou agora.
-  Ele chegou agora?

Em referência às estruturas silábicas, Dâw possui somente três padrões silábicos, que são CVC, CV, VC, sendo que CVC é o mais frequente. A sílaba CV só ocorre em palavras monossilábicas que possuem tom descendente e a VC corresponde à estrutura silábica dos sufixos. Não há sequências de vogais e de consoantes, nem palavras iniciadas por vogais ou constituídas somente de uma vogal.

Diferentemente de Dâw, o PB possui estrutura silábica bastante complexa, sendo assim representada: (C)(C)V(V)(C)(C); o padrão CV é que predomina no léxico. Há sequências de consoantes, em que o segundo segmento é preenchido pela lateral alveolar /l/ ou pelo tape /R/. Também as sequências de vogais são muito abundantes em PB, o que o diferencia fundamentalmente de Dâw. Na coda da sílaba do PB, são permitidos somente os sons sonorantes (glides, laterais, N) e /s/ e /R/. Enquanto que em Dâw, não há restrição de fonema na coda.

Os exemplos 12 e 13 apresentam, respectivamente, palavras que exemplificam as estruturas silábicas de Dâw e do PB.

- (12) **DÂW**
- CVC [ωΦ []φ] ‘falar’
- CV [πα[[]]] ‘terra firme’
- CV [ωα∪Σαπ] ‘caju’
- VC [α® []φ] ‘AFET’

- (13) **PB**
- (C)(C)V(V)(C)
- V [σα∪ιδα] ‘saída’
- CV [βα∪τατα] ‘batata’
- CCV [τΡα∪βα []ς] ‘trabalho’
- CVC [μαη] ‘mar’
- CCVC [πλιστο∪σενς] ‘plistoceno’

As estruturas das palavras de Dâw e do PB são muito distintas uma da outra. Em Dâw há frequentemente um *overlap* entre sílaba, morfema e palavra e a palavra mínima deve ser CVC (tonal ou atonal) ou CV ^[tom descend.]. O léxico de Dâw é constituído majoritariamente por monossílabos. Os dissílabos são menos frequentes e geralmente são empréstimos. Quando se tratam de palavras nativas, habitualmente, possuem harmonia vocálica. Também são raras as palavras monomorfêmicas que possuam três sílabas e são todas empréstimos do Nheengatu, tal como [maâjbuÈkuéù] ‘*maibuku*’, espécie de peixe conhecida pelo Dâw como ‘*peixe-barrigudo*’ ou empréstimo do português, como [/opiÈtaw] ‘*hospital*’. Esses empréstimos são considerados como menos nativizados, pois eles não sofreram o processo de redução silábica, que é o tratamento padrão dado aos empréstimos. A estrutura da palavra monomorfêmica de Dâw é apresentada na tabela 3.

Tabela 3: Estrutura da Palavra Monomorfêmica Dâw

Monossílabo	Dissílabo
/πα® [π]/ ‘esticar arco’	/Σελε [η]/ ‘ser mitológico’
/ηοω/ ‘cor vermelha’	/Σα®μα®η/ ‘ser mitológico’
/λον/ ‘espécie de sapo’	/ωαω-ωΦN/ ‘espírito mau’
/δα[δ]/ ‘escrever’	/φ'α®μξ'α?/ ‘onça’
/β []?/ ‘cuia’	/ωαΣα [π]/ ‘caju’
/πΕ/ ‘subir rio acima’	/ξ []®λ []®κ/ ‘paquinha (inseto)’
/δΦ/ ‘ser liso, escorregadio’	/ξυβμΦγ/ ‘espírito da mata’
/Συκ/ ‘farinha’	/ξαπε/ ‘café’

Diferentemente de Dâw, a estrutura da palavra do PB não possui nenhuma restrição para palavra mínima. No léxico do PB, são frequentes palavras monomorfêmicas que têm de uma a quatro sílabas. Essas palavras podem terminar por sílabas abertas ou fechadas. No caso de palavras terminadas por sílabas fechadas, na posição de coda ocorrem glides, laterais, N, /s/ e /R/. A estrutura da palavra monomorfêmica do PB é apresentada na tabela 4.

Tabela 4: Estrutura da Palavra Monomorfêmica em PB

Monossílabo	Dissílabo	Trissílabo	Polissílabo
/πα/ ‘pá’	/γαλυ/ ‘galo’	/αRωοΡι/ ‘árvore’	/πιΡυλιτυ/ ‘pirulito’
/πεR/ ‘ver’	/καβΡα/ ‘cabra’	/μοΝταθα/ ‘montanha’	/βΡιNκεδυ/ ‘brinquedo’
/νϚσ/ ‘nós’	/δΡαγαω)/ ‘dragão’	/τοRνειΡα/ ‘torneira’	/τεNπεσταδε/ ‘tempestade’
/σαω/ ‘sal’	/παRτιR/ ‘partir’	/αψεστΡυσ/ ‘avestruz’	/ιNπεΡατΡισ/ ‘imperatriz’

3 Fonologia dos empréstimos segundo modelo de análise-por-síntese

As adaptações que caracterizam a fonologia dos empréstimos de Dâw são exploradas segundo o modelo de análise-por-síntese proposto por Calabrese (2008).

Conforme este modelo, uma sequência de sons não familiares a um determinado ouvinte não pode ser produzida nem identificada por esse ouvinte, pois ela não existe em sua gramática internalizada. Logo, a percepção acústica deste enunciado envolve a construção de uma representação mental na língua nativa do ouvinte, a qual assim se processa:

- (a) sons linguísticos e configurações não familiares do enunciado estrangeiro são bloqueados pelas informações de marcas ativas internalizadas pelo ouvinte (não há instrução para produção nem identificação do sinal acústico);
- (b) o sinal acústico deve ser ajustado para ser identificado e esse ajustamento é obtido por reparações feitas segundo os sinais sintetizados na gramática internalizada do ouvinte: componentes fonéticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos;
- (c) o ouvinte seleciona e a aceita a forma que lhe pareça ser a melhor adaptação para o enunciado estrangeiro;
- (d) essa saída perceptual se torna parte da memória permanente do ouvinte e, portanto, pode ser usada na produção;
- (e) uma vez que essa representação perceptual é adaptada e estocada na memória permanente, pode ser produzida novamente e então adotada por outros membros da comunidade de fala do ouvinte original;
- (f) os reparos selecionados tornam-se um modo estabelecido para nativizar palavras estrangeiras em um determinado grupo linguístico.

Portanto, é segundo esses pressupostos que se analisa a fonologia dos empréstimos de Dâw, com o objetivo de investigar o modo estabelecido pelos Dâw para nativizar palavras do PB.

Paradis (1996) define os empréstimos como “itens lexicais incorporados ao sistema nativo com a finalidade de ampliar o léxico, e que podem ser usados pelos monolíngues”. No entanto, esses itens lexicais devem ser ajustados à língua receptora para que então possam ser integrados ao seu léxico. No caso da fonologia dos empréstimos de Dâw, propõe-se a identificar quais são esses ajustes selecionados por essa comunidade linguística para reparar os sons e configurações ilícitas das palavras do PB ao seu léxico.

Na fonologia dos empréstimos de Dâw são explicitados os processos de reparação fonológica, os quais envolvem segmentos, suprasegmentos, estrutura da sílaba e da palavra, os quais têm como parâmetro as regras fonotáticas de palavra bem- formada nesta língua.

No modo estabelecido pelos Dâw para nativizar os empréstimos do PB, acionam-se as seguintes operações de reparação fonológica:

- adaptações de sons ilícitos (consoantes e vogais) do PB para Dâw;
- a sílaba tônica da palavra da língua doadora constitui a base do empréstimo;
- o ataque da sílaba pós-tônica do PB é silabificado como coda em Dâw;
- as regras fonotáticas de Dâw relativas aos padrões silábicos, número de sílabas por palavra, atribuição do acento e tom são implementadas.

Essas adaptações fonológicas ocorrem durante a percepção e envolvem os mesmos processos fonológicos que caracterizam a produção da fala.

Na análise da integração dos empréstimos em Dâw constata-se que a integração de uma palavra no léxico pode ocorrer sem que todas etapas de adaptações explicitadas anteriormente sejam acionadas. Consequentemente, isto resultará em graus distintos de nativização.

As palavras menos nativizadas têm somente os sons ilícitos e configuração prosódica reparados total ou parcialmente. Em oposição, em palavras com maior grau de nativização, são realizadas as reparações totais de sons e de configurações prosódicas, bem como as adaptações à fonotática da sílaba e da palavra bem formada de Dâw.

No contexto deste modelo de análise-por-síntese da fonologia dos empréstimos aqui adotada, sons ilícitos são definidos como aqueles sons de palavras da língua doadora que são inexistentes na língua receptora. Esses sons, pelo fato de terem uma configuração ilícita na língua receptora, não podem ser identificados pelos falantes/ouvintes desta língua, pois não existe em suas estruturas cognitivas uma representação mental da percepção destes sons. Logo, para construir esta representação mental, os falantes/ouvintes da língua receptora acionam operações de reparações para ajustarem os traços de configuração dos sons ilícitos, tornando-os, assim, familiares às suas representações mentais de percepção e produção.

Entre os sons do PB que são ilícitos ao inventário de Dâw constam somente consoantes, são elas: [dZ,z,Z,s,f,v,€,R]. Esses sons são reparados, estabelecendo-se as seguintes correlações:

Tabela 5: Reparações dos sons consonantais ilícitos

PB		DÂW
τΣ	>	χ
δZ	>	
ζ	>	
Z	>	
φ	>	π
ϣ	>	β
σ	>	Σ
×	>	λ
P/p	>	λ,λ/

Nas reparações de sons ilícitos, o traço de sonoridade sobrepõe-se aos de modo e lugar de articulação. A africada e as fricativas inexistentes em Dâw são reparadas como oclusivas do mesmo ponto de articulação ou similar. A lateral coronal palatal [ʃ] é adaptada como lateral alveolar [l] e as vibrantes [R] e [r] são integradas como laterais alveolar plena [l] e glotalizada [lʰ]. Atribui-se como *input* da vibrante múltipla [r] as reparações fonológicas em empréstimos como ‘rico’, ‘arroz’, ‘vapor’ entre outros, em que o som representado na ortografia do português pela letra ‘r’ ou ‘rr’ se realiza como [r], de conformidade com a variante dialetal do português em que os Dâw tiveram os primeiros contatos. Empréstimos que exemplificam essas adaptações de sons ilícitos do PB em Dâw são:

14)	(τΣ > χ	tinta	[ʉτΣι)τα] [χι)ν/]
		Altina	[αωʉτΣινα] [χι)]ν]
(15)	δZ, ζ, Z >	Balde	[ʉβαδZι] [βα[]]]
		zinco	[ʉζι®.κY] [ι®]N]
		gelo	[ZεʉλY] [ε]λ]
(16)	φ > p	forno	[ʉφοννο] [πο]ν]
(17)	ϖ > β	vela	[ʉϖΕλα] [βε]λ]
(18)	σ > Σ	bolsa	[ʉβοωσα] [βυ]Σ]
(18)	κ > λ	telha	[ʉτεκα] [τε λ]
(19)	P > λ/λʰ	Nazaré	[να.ζαʉPE] [λE[]]
		dinheiro	[διʉøε®φPς] [φ®E0®]λ0® []]
(20)	ρ > λ/λʰ	rico	[ʉρικν] [λι]κ]
		navio a vapor	[ϖαʉπορ] [βαʉπολ0ʰ]

Na fonologia dos empréstimos de Dâw, há sons consonantais e vocálicos que, embora sejam partilhados pelos inventários do PB e de Dâw, possuem correlatos sonoros diferentes entre língua doadora e receptora. Com referência às consoantes existentes nos dois inventários, ocorrem as seguintes reparações fonológicas:

Tabela 6: Sons consonantais partilhados pelos inventários do PB e Dâw

	PB		Dâw
início de palavra	κ	>	ξ
	γ	>	γ/κʰ

Conforme mostra a tabela 6, os sons /k/ e /g/ das palavras do PB que ocorrem no início de palavra são assim adaptados em Dâw: /k/ > /x/; /g/ > /g/ ou /kʰ/.

Na fonologia de Dâw, o fonema /k/ está em variação alofônica com a ejetiva /kʰ/, sendo que no início de palavra, só ocorre a ejetiva. Essa regra fonotática da língua é mantida na reparação fonológica dos empréstimos, pois [k] é bloqueado na posição de início de palavra. Sistemáticamente, empréstimos iniciados por [k] são reparados como [x]. Este fato se observa tanto na adaptação dos empréstimos integrados direto do português (a-f), como naqueles que vieram do português via Nheengatu (g) e ainda nos que são de origem Nheengatu (h).

- (21)
- a.

caixa

[ʉκαφΣα]

>

[ξα |]Σ]

b.

cama

[ʉκα®μα]

>

[ξα® |]μ]

c.

campo

[ʉκα®®πY]

>

[ʉξα®μ]

d.

café

[καʉφE]

>

[ξαʉπε[]]

f.

calção

[καωʉσ€®ω]

>

[ξαʉΣα®[]ω®]

g.

camisa

[καʉμιζα]

>

[καμιʉΣα] > [ξαʉμι® | Σ]

h.

mukawa

[μνʉκαωα]

>

[ξαω]

O fonema /g/ é raro no início de palavras. Ocorre somente em algumas palavras gramaticais criadas a partir de processo de apagamento parcial de sílabas na junção de dois morfemas, como na forma contraída da palavra ‘para ele’ [gμâ ûj] < /ag + μâ ûj. Em empréstimos adaptados do português, foram registradas três palavras. Uma é a palavra ‘gostar’, que pode ter sido integrada no léxico diretamente do português ou via Nheengatu: *gustári* [gusÊtaRi] > [gostaÛùlʰ], outra é a palavra ‘agüentar’ > [gʷEâtaʰ] e a última é o nome próprio ‘Gregório’, adaptado com duas formas de representação: [g l0ʰ] ~ [kʰ l0ʰ], sendo que a adaptação com [g] é a mais corrente. Essa preferência pela forma com [g] é notável nas gerações mais novas, as quais têm maior contato com a língua portuguesa e, portanto, estão mais familiarizadas com este som no início de palavras.

Portanto, na adaptação de sons partilhados entre o PB e Dâw, duas constatações são feitas. Uma é a reafirmação do sistema fonológico Dâw em bloquear o fonema /k/ na posição de ataque; outra é o desbloqueio do [g] na posição de início de palavras lexicais, modificando, assim, um traço do léxico tradicional de Dâw. A não-ocorrência de /g/ no início de palavras em Dâw é uma particularidade que vem desde o Protomaku Oriental (PMO). V. Martins (2005:148) diz que “no PMO, a oclusiva velar sonora só ocorria no fim de palavra”. Logo, através dos empréstimos, Dâw começa a inovar na adaptação de palavras com [g] inicial.

Em referência às vogais, todos os sons vocálicos do inventário do PB constam também em Dâw. Contudo, as adaptações das vogais do PB podem ter em Dâw correlatos distintos, como mostra a figura 12.

Tabela 12: Sons Vocálicos

PB		Dâw
ɪ	>	ɪ
ɛ	>	ɛ
o	>	o
ɑ	>	ɑ
u	>	u/o
E	>	E/ɛ
ø	>	ø/o

Conforme visto, algumas vogais do PB são adaptadas por vogais semelhantes e outras por vogais semelhantes e/ ou próximas. No caso destas últimas, com a vogal E, há vários exemplos com E indo para E/e. Já as variações nas adaptações das vogais u indo para o, e de para , ocorrem menos. São mais frequentes as correlações entre u > u e de > o, por exemplo: e > e: [iẽôùl] ‘gelo’ ; E > E/ e [lEéù] ‘ Nazaré’, [SEl0’] ‘serrote’, ‘vela’ [beôùl], o > o [boôùS] ‘Bosco’, > o [bol], ‘bola’.

A configuração prosódica dos empréstimos de Dâw segue a mesma fonotática aplicada às palavras nativas. O acento tônico é atribuído à última sílaba e os empréstimos podem ser tonais ou atonais.

A nativização de uma palavra do PB em Dâw como tonal ou atonal não é prevista por nenhuma regra de aplicação sistemática e regular. Nos empréstimos adaptados como tonais, a ocorrência do tom se manifesta de conformidade com a fonotática da língua (cf. seção 1). No entanto, é interessante verificar quais são as probabilidades de uma palavra do PB ser adaptada como tonal ou atonal e qual o tipo de tom que mais ocorre na integração dos empréstimos. Mediante essa informação, é possível conhecer qual é a predisposição dos Dâw ao identificar e reparar uma entrada acústica não tonal, como é o caso de palavras do PB, e transpô-la para uma representação nativizada no âmbito de um sistema tonal. Em um corpus de 116 palavras do PB adaptadas ao léxico Dâw, obteve-se o seguinte resultado: 33% têm tom zero (atonal), 52%, tom ascendente e, 15%, tom descendente. Portanto, na nativização de palavras do PB, os Dâw são mais propensos a inserir-lhes um tom ascendente. Isso ocorre independentemente dos traços de consoantes que ocupam o ataque da sílaba.

Os empréstimos integrados ao léxico de Dâw podem ser classificados numa escala de graus de nativização. Os que possuem maior grau de nativização são aqueles, nos quais se aplica o conjunto de reparações fonológicas selecionado, que se tornou o modo de nativizar palavras estrangeiras nesta língua. Por contra, os empréstimos com menor grau de nativização são aqueles que se integram ao léxico sem que fossem efetivadas todas as operações de nativização previstas, ou que não seguem o modelo previamente estabelecido de adaptação dos empréstimos.

As reparações fonológicas que são modelo de tratamento de empréstimos do PB integrados em Dâw envolvem reparações dos sons ilícitos, adaptações à estrutura da sílaba e à palavra bem formada de Dâw, e a inserção de configurações prosódicas (stress e tom), segundo a fonotática dessa língua.

Um empréstimo do PB adaptado com alto grau de nativização deve apresentar as seguintes características:

a) os sons ilícitos do PB são reparados segundo a fonologia Dâw, e os sons partilhados são correlacionados de acordo com o que está previsto pela fonologia dos empréstimos;

b) a sílaba tônica da palavra do PB constitui a base do empréstimo. No caso de empréstimo integrado como monossílabo, o ataque pós-tônico é adaptado como coda. No caso de dissílabo, a sílaba pré-tônica é preservada.

c) as estruturas da sílaba e da palavra do PB, bem como sua configuração prosódica, se adéquam à fonotática da língua;

Os empréstimos adaptados com maior grau de nativização constituem a maioria do léxico de palavras nativizadas. Alguns exemplos são:

(22) ‘saco’	[ʊσακY] [Σα]κ]	(26) ‘fita cassete’	[ʊφιτα] [πι↔]τ]
(23) ‘telha’	[ʊτε×α] [τε]λ]	(27) ‘gelo’	[ZεʊλY] [ε]λ]
(24) ‘balde’	[ʊβαωδZι] [βα[]]]	(28) ‘gripe’	[ʊγριπι] [λιπ]
(25) ‘forte’	[ʊφθητε] [πο]τ/]	(29) ‘hora’	[ʊPα] [?o...]λ/]

Agrupam-se os empréstimos classificados como aqueles que apresentam menor grau de nativização, tendo como critério a ausência de uma ou mais operações de reparação fonológicas selecionadas como padrão.

(30)	a. ‘doído’	[ʊδοιδY] [δοʊιδ]
	b. ‘praga’	[ʊπραγα] [πλα[γ]
	c. refresco’	[ηεʊφPεσκY] [Σιʊπλι)Σκι]

Considerações finais

Através da análise da nativização de palavras do português do Brasil em Dâw, conclui-se que os empréstimos variam quanto ao grau de nativização em que são integrados no léxico. As palavras menos nativizadas têm os sons ilícitos e configuração prosódica reparados total ou parcialmente; já as mais nativizadas, além das reparações de sons e de configurações prosódicas, são também adaptadas à fonotática da estrutura da sílaba e da palavra Dâw; o grau de nativização dos empréstimos está relacionado ao grau de bilinguismo dos falantes. Quanto maior conhecimento o falante nativo tem da língua estrangeira, menos reparações fonológicas ele faz na integração do empréstimo. Como nenhuma sociedade é homogênea, os que têm menos contato com a língua estrangeira, acaba por fazer uma readaptação do empréstimo, o que gera variações na representação da palavra nativizada. Frequentemente, com o decorrer do tempo, uma variante sobrepõe à outra e se firma como única representação do empréstimo; Com a intensificação do envolvimento da geração mais jovem do Dâw com os falantes de português, o número de empréstimos do PB tende a aumentar consideravelmente. Pode-se dizer que há na comunidade Dâw um conhecimento compartilhado de reparados fonológicos selecionados que se tornaram o tratamento padrão de empréstimos do PB em Dâw. Esse tratamento consiste em reparar os sons ilícitos, conforme a fonologia da língua; a partir da sílaba tônica da palavra do PB, configurar o empréstimo de preferência como CVC; inserir na palavra adaptada a configuração prosódica de Dâw: acento fixo na última sílaba e a propensão à inserção do tom ascendente. Entretanto, conforme apresentado, esses ajustamentos compartilhados nem sempre são totalmente ativados na adaptação de um empréstimo. Logo, surgem inovações no sistema fonológico via fonologia dos empréstimos. Por exemplo, através da adaptação dos sons ilícitos das palavras estrangeiras, consoantes que no léxico nativo não ocorriam no início ou fim de palavra passam a ocorrer, como é o caso da oclusiva palatal sonora /ø/ que começa a aparecer no início de palavra e, a lateral alveolar /l/ no final. Conclui-se, portanto, que os processos de reparações fonológicas ativadas nas adaptações dos empréstimos ao mesmo tempo em que reafirmam a fonotática da língua em suas particularidades mais marcantes, também inovam o sistema fonológico. Essas inovações, no entanto, não são exclusivamente devido a fatores linguísticos, mas socioculturais, as quais retratam toda a dinamicidade dos contatos entre os povos de várias culturas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/>> Acesso em: setembro,

Calabrese, Andréa. Perception, Production and Acoustic Inputs in Loanword Phonology. Disponível em: <<http://homepages.uconn.edu/~anc02008/Papers>>. Acesso em: janeiro de 2010.

Martins, S. A. *Fonologia e Gramática Dâw*. 2004. Tomo I e II. The Netherlands, Utrecht: LOT. Tese de doutorado. Promotor: Dr. W.L.M. Wetzels. Vrije Universiteit, Amsterdam, The Netherlands,

Martins, V. 2005. *Reconstrução Fonológica do Protomaku Oriental*. The Netherlands, Utrecht: LOT. Tese de doutorado. Promotor: Dr. W.L.M. Wetzels. Vrije Universiteit, Amsterdam, The Netherlands,

Paradis, Carole. 1996. The inadequacy of filters and faithfulness in loanword adaptation. In *Current Trends in Phonology: Models and Methods*, edited by Jacques Durand and Bernard Laks. 509-534,

Wetzels, Leo W. 1997. The Lexical Representation of Nasality in Brazilian Portuguese. *Probus*, 9, p. 203-32.

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A TEORIA DOS 4 M

Norma da Silva LOPES²⁸

RESUMO: Segundo a teoria dos 4M, de Myers-Scotton e Jake (2000), a ordem de aquisição de fatos da estrutura linguística está ligada aos tipos de morfemas encontrados nas línguas. Segundo os autores, são quatro tipos de morfemas: (i) os de conteúdo; (ii) os gramaticais precoces; (iii) os gramaticais tardios pontes; (iv) os gramaticais tardios exteriores. Este trabalho defende, quanto à aquisição da concordância, que o fenômeno da aquisição da concordância envolve dois tipos de morfemas gramaticais: *precoces* e *tardios pontes* e isso se reflete na forma da variação. Ao utilizar a teoria dos 4M para entender a variação da concordância no sintagma nominal, este estudo revela favorecimento de uma variante da concordância em determinados ambientes e desfavorecimento em outros. O mesmo argumento serve como explicação para a variação da concordância de gênero e de número no português e revela a hierarquia em que os diversos fatos da estrutura linguística são adquiridos, tanto em aprendizagem de primeira língua como na de segunda.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria dos 4M; Concordância de número; Concordância de gênero.

1. Introdução

Myers-Scotton e Jake (2000a:1054) relacionam a ordem de aquisição da linguagem aos diversos tipos de morfemas, encontrados na estrutura da língua. Os autores apresentam quatro tipos de morfemas:

- 1) os morfemas de conteúdo (substantivos, adjetivos, verbos são exemplos de morfemas de conteúdo);
- e os morfemas gramaticais, ou morfemas sistêmicos, podendo ser de três tipos:
- 2) os morfemas gramaticais precoces (em inglês, *out* e *at*, em *to look out* e *to look at*);
- 3) os morfemas gramaticais tardios pontes (o morfema de plural –s, em *two tables*);
- 4) os morfemas gramaticais tardios exteriores (o –s indicador de 3ª pessoa em *he works*).

Os autores consideram que essa teoria revela a hierarquia em que os diversos fatos da estrutura linguística são adquiridos tanto em aprendizagem de primeira como de segunda língua.

Segundo Myers-Scotton e Jake (2000a:1.055), a produção linguística inicia-se no nível conceptual (pré-linguístico), onde são ativados conjuntos de traços semântico-pragmáticos linguisticamente específicos. Lemas, intermediários entre as intenções e a produção de estruturas sintáticas, são selecionados por esses conjuntos. Os lemas diretamente escolhidos no nível conceptual são a base para os morfemas de conteúdo, ou morfemas lexicais. Além desse tipo de morfemas, os morfemas de conteúdo, definidos no nível dos lemas, outros são utilizados para concretizar as diversas intenções dos falantes, pois esses primeiros não são suficientes para fazê-lo: são os morfemas gramaticais. Esses, apesar de não serem morfemas de conteúdo, podem ser selecionados também no nível dos lemas ou, como a maior parte deles, no nível gramatical. Esse nível é o responsável pela definição das estruturas gramaticais superficiais, pelas relações puramente sistêmicas ou estruturais.²⁹

²⁸ UNEB – Campus I, Departamento de Ciências Humanas, Estrada das Barreiras, s/n, Narandiba, Cabula, CEP 41.195-001 – Salvador – Bahia – Brasil. Endereço eletrônico: nlopes58@gmail.com.

²⁹ Content Morphemes are the surface result of intentions that activate semantic-pragmatic feature bundles at the conceptual level. These bundles point to lemmas in the mental lexicon that underlie those surface morphemes carrying most of the informational content of a message. (Myers-Scotton and Jake, 2000a:1058)

São dois os aspectos que fazem as diferenças básicas entre os *morfemas de conteúdo* e os *gramaticais*:

- 1) o *status* com respeito à ativação conceptual (ou a fase em que eles são selecionados);
- 2) a forma como os elementos participam na construção dos constituintes³⁰.

Lemas subjazem os morfemas de conteúdos e são a relação direta entre intenções dos falantes e unidades linguísticas. Esses lemas, no léxico mental, são diretamente eleitos pelos conjuntos de traços pragmático-semânticos abstratos, salientes no nível conceptual. Outros lemas subjazem a um tipo de *morfema gramatical* “indiretamente eleito”, o “*morfema gramatical precoce*”, que contém estrutura conceptual essencial para atender às intenções do falante.³¹ Podem-se encontrar exemplos do primeiro tipo, os morfemas de conteúdo, em

(1) Stella is interested in horticulture. (Myers Scotton e Jake, 2000a:1.058).

Stella, interested, horticulture são morfemas de conteúdo. São elementos que recebem ou projetam regras temáticas (argumento ou predicado).

O modelo identifica três tipos de *morfemas gramaticais*: os *morfemas gramaticais precoces* (já referidos), os *morfemas gramaticais pontes* e os *morfemas gramaticais exteriores*. Os *morfemas gramaticais precoces*, apesar de serem ativados no nível dos lemas, juntamente com os morfemas de conteúdo, são elementos da estrutura funcional, são elementos estruturais, sistêmicos, não são predicados nem argumentos. Um exemplo desse tipo de morfema é *up* e o *the* em

- (2) Bora chewed *up* Lena’s toy yesterday.
- (3) I found *the* book that you lost yesterday. (Myers Scotton e Jake, 2000a:1.063).

Tanto o *the*, quanto o *up* estão cumprindo diretamente as intenções do falante. A idéia de definitude do *book* já é determinada no nível das intenções do falante, assim como o *up*, que dá uma idéia diferente a *chewed* também foi definida no mesmo nível (daí serem *precoces*). Apesar disso, esses morfemas não recebem nem projetam regras temáticas, não são argumentos nem predicados (daí serem *gramaticais*). Os *morfemas gramaticais precoces*, então, são morfemas sistêmicos, estruturais, mas que são definidos mais cedo, na fase em que são definidos os morfemas de conteúdo, os *morfemas de conteúdo*, para atender a necessidade desses morfemas, no nível das intenções.³²

Os *morfemas de conteúdo* e os *morfemas gramaticais precoces*, juntos, enviam direções para a estruturação das sentenças, no nível gramatical. Nesse último nível, outros morfemas sistêmicos ou estruturais também são ativados, os *morfemas gramaticais tardios*³³. Os *morfemas gramaticais tardios* são definidos apenas no nível funcional ou sistêmico, e são de dois tipos:

- 1) os *morfemas gramaticais tardios pontes*, para o que Myers-Scotton e Jake (2000a:1064) apresentam como exemplos as preposições e outros elementos que fazem as relações, atendem apenas às exigências gramaticais. A

análise da concordância no sintagma nominal do português que aqui se faz considera que esse fenômeno estrutural envolve, principalmente, morfemas do tipo *gramaticais tardios pontes*, além, também, de os *morfemas gramaticais precoces*, conforme se discute neste trabalho, na análise dos dados. São, pois, tratados como os *morfemas gramaticais precoces* os morfemas de plural nos nomes quando são os primeiros ou os únicos elementos pluralizáveis do sintagma ou aqueles em elementos anteriores imediatamente ao nome. Consideram-se os *morfemas gramaticais tardios* todos os outros morfemas de plural do sintagma, pois eles são pluralizáveis apenas para cumprir orientação gramatical, a da concordância³⁴

- 2) os *morfemas gramaticais tardios exteriores*, que são caracterizados como os morfemas que dependem de informação gramatical fora do sintagma em que eles ocorrem³⁵. Incluem morfemas verbais como os que indicam pessoa, em Inglês, um elemento de concordância. Em português, a concordância verbal é expressa, também, com *morfemas gramaticais tardios exteriores*. Eles são considerados como dependentes de relação fora da projeção máxima, ou fora do sintagma (daí a denominação *exteriores*), pois, nesse caso, dependem da relação do verbo com o sujeito – elementos de sintagmas diferentes

Neste texto, defende-se que a teoria dos 4M pode ajudar a entender a variação da concordância de gênero e de número no português. Em pesquisa feita, a seguir relatada, percebe-se que a concordância envolve dois tipos de morfemas gramaticais, os precoces e os tardios pontes. Quando são morfemas gramaticais precoces que se envolvem na concordância, ela é mais preservada que com morfemas gramaticais pontes. Na seção seguinte, detalha-se o estudo feito, utilizando-se dados do português brasileiro e faz-se comparação com o português africano dos Tongas, de São Tomé (Rougé, 1992).

2. Metodologia

Os dados para o estudo da variação da concordância de número foram retirados de Lopes (2001), que estudou a fala de Salvador, utilizando o Programa de Estudos do Português Popular de Salvador, o PEPP, um conjunto de 48 entrevistas com falantes de dois níveis de escolaridade, Fundamental e Média. Para o estudo da concordância de gênero, a pesquisa utiliza dados de dezoito informantes de uma variedade de português falada na ilha de São Tomé (na África), falada por descendentes de africanos contratados nos séculos XIX e XX para trabalharem nas grandes roças de cacau e café. São observados nessa comunidade homens e mulheres analfabetos da faixa etária 3 e semi-escolarizados das faixas 1 e 2. Ao trabalhar a variedade de português dos Tongas, acredita-se poder também contribuir para o entendimento da sócio-história do português brasileiro, na tentativa de desvendar as origens da variedade brasileira de nossa língua.

Nas análises do dois tipos de concordância no SN, considerou-se apenas uma variável linguística, <Classe e Posição Relativa ao Núcleo>. Essa variável reúne, simplificadaamente em uma só variável, informações sobre posição linear, classe gramatical, posição do elemento em relação ao núcleo. A análise refere-se a observação de cada elemento do sintagma, separadamente, análise conhecida como atomística (SCHERRE, 1988).

30 “First, morphemes are classified as to their status with respect to conceptual activation. Second, they are classified according to how their forms participate in building larger constituents.” (Myers-Scotton and Jake, 2000b:3).

31 “The lemmas underlying content morphemes are the direct link between speakers’intentions and linguistic units. These lemmas in the mental lexicon are directly elected by the bundles of abstract semantic and pragmatic features salient at the conceptual level. These directly-elected lemmas can point to other lemmas that further realize the bundles of semantic and pragmatic features. These other lemmas underlie one type of system morpheme, endirectly-elected early sustem morphemes. In combination with content morphemes, these early system morphemes contain essential conceptual structure for conveying the speaker’s intentions. Together, content morphemes and indirectly-elected system morphemes send directions to the formulator to build larger linguistic units.” (Myers Scotton e Jake, 2000b:3)

32 Because early system morphemes are activated at the lemma level, we refer to them as “early” system morphemes. The feature [+conceptually activated] conveys the idea that esrly system morphemes group with content morphemes as expressing the bundle of semantic and pragmatic features satisfying the speaker’s intentions. (Myers-Scotton and Jake, 2000a:1062)

33 Late system morphemes contrast with early ones in that they satisfy different requirements and are accessed later in the production process. The information contained in late system morphemes is grammatical as opposed to conceptual. The two types of late system morphemes are not elected to complete a semantic and pragmatic feature bundle with their heads; rather, they are structurally assigned to indicate relations between elements when a larger constituent is constructed (Myers-Scotton and Jake, 2000a:1063)

34 A bridge occurs when the structure of its maximal projection require it. This means that both “early” system morphems and “bridge” system morphemes depend on their maximal projection for their form. However, “bridge” system morphemes differ from “early” system morphemes in their relationship with their heads. Their form depends on the grammatical configurations that the language specific grammar requires of that projection, not on the content morpheme that is the head of the maximal projection, as is the case with “early” system morphemes. That is, “bridge” system morphemes connect content morphemes with each other without reference to the specific semantic / pragmatic properties. (Myers-Scotton e Jake, 2000a:1063-1064)

35 “They depend on grammatical information OUTSIDE of the immediate maximal projection in which they occur. This information is only available when the formulator sends directions to the positional/surface level for how maximal projections are unified in a larger construction.” (Scotton e Jake, 2000:1064).

3. A concordância de número

Os resultados da análise da concordância de número no sintagma nominal (SN), com os dados do PEPP, de Salvador, Bahia, são mostrados a seguir, considerando a variável <Classe e Posição Relativa ao núcleo>.

Classe e Posição Relativa	Sign. .000	
	dados e %	P. R.
Elementos não nucleares à esquerda não-adjacente ao núcleo. ex: “UMAS três semanas” (E não adj)	422/440 – 96%	.65
Elementos não nucleares à esquerda adjacente ao núcleo. Ex: “AS manga” (E adj)	3495/3519 – 99%	.92
Elementos nucleares em 1ª. Posição. Ex: “COLÉGIOS estaduais” (N1)	123/131 – 94%	.59
Elementos nucleares em 2ª. Posição. Ex: “muitas CENAS pesadas” (N2)	2146/4022 – 53%	.15
Elementos nucleares em 3ª. Posição. Ex: “Todos os PRIMOS juntos” (N3)	214/437 – 49%	.10
Elementos nucleares em 4ª. Posição. Ex: “dos meus catorxe ANO de idade” (N4)	59/103 – 57%	.16
Elementos nucleares em 5ª. ou outra Posição. Ex: “as meninas quer dizer assim PESSOAS que são” (N5)	12/12 – 100%	
Elementos não nucleares à direita do núcleo em 2ª. posição. Ex: “castigos HORRÍVEIS” (D2)	70/111 – 63%	.16
Elementos não nucleares à direita do núcleo em 3ª. posição. Ex: “os problemas ATUAIS” (D3)	87/232 – 37%	.08
Elementos não nucleares à direita do núcleo em 4ª. posição. Ex: “aquelas sapatona assim NUA” (D4)	11/60 – 18%	.03
Elementos não nucleares à direita do núcleo em 5ª. posição. Ex: “aquelas sapatona assim nua VIRADAS” (D5)	9/21 – 43%	.09
TOTAL	6646/9088 – 73%	

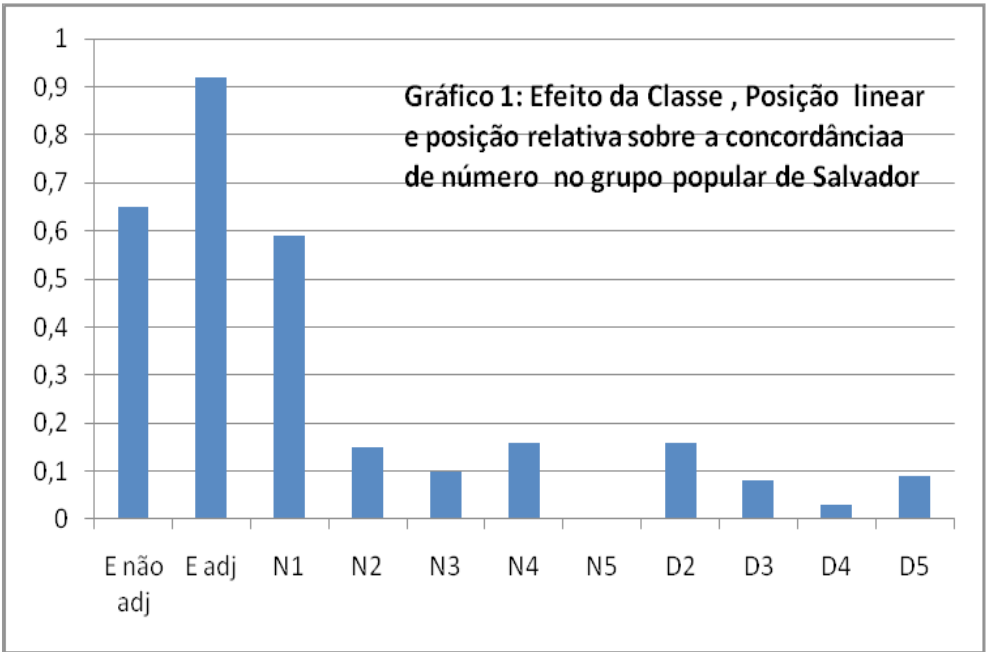


Tabela 1: Efeito da <Classe e Posição Relativa ao núcleo> sobre a variação da concordância de número no SN no grupo de fala popular (escolaridades Fundamental e Média) – retirado de Lopes, 2001.

Quanto aos elementos anteriores aos núcleos, observa-se que, em alguns sintagmas, o elemento em posição anterior não adjacente ao núcleo não é marcado. O contexto em que os dados não apresentam concordância é semelhante, com elementos em segunda posição, sempre marcados, antecidos por elementos não marcados em primeira posição. Scherre (1988) foi a primeira a constatar o fenômeno aqui observado. A sua análise registra que os possessivos preenchem sempre a segunda posição nesses sintagmas. Ela não faz referência à adjacência ao núcleo, mas estabelece uma oposição entre não nucleares à esquerda do núcleo na primeira e na segunda posição.

Para possibilitar melhor entendimento, são identificados alguns dos sintagmas em que, na presente pesquisa, se encontram esses elementos sem concordância à esquerda não adjacente ao núcleo.

“A minhas correspondência, como eu” H4F06
“DA minhas filhas, a única coisa” M3C17
“TODO meus irmão sempre teve muita liberdade” H4F34
“fazer TUDO aquelas coisas de errado de novo” H3F32

Não se pode deixar de observar que foi em situação de mais distância do elemento nuclear que esses elementos anteriores a ele deixaram de ser marcados. Em grande parte desses sintagmas, da mesma forma observada por Scherre (1988), neste estudo percebe-se que, na posição à esquerda em adjacência ao núcleo havia possessivos (em quinze dos dezoito casos). Observa-se que esses elementos não marcados não se encontram ligados linearmente ao núcleo, em adjacência a ele. Pode haver associação entre ausência de marca e a estrutura (a presença de possessivo subsequente), mas não parece ser apenas esse o elemento favorecedor – a estrutura – e, sim, que, além da posição à esquerda do núcleo, a de adjacência a ele é um importante condicionador para a realização da concordância; em itens à esquerda do núcleo mas não adjacentes a ele há maior probabilidade de ausência de concordância.

Dessa forma, os dados analisados coincidem com os resultados de Lucchesi (2000), em relação à concordância de gênero. No referido trabalho, Lucchesi vê uma relação entre mais proximidade do núcleo, à esquerda dele, e mais concordância de gênero. Parece ocorrer a mesma força, em relação à concordância nominal no sintagma: não é só o fato de estar à esquerda do núcleo que importa, mas também estar contíguo, ou adjacente, a ele.

A análise da tabela dá a certeza de que a posição em relação ao núcleo é uma variável bastante forte para a concordância. A partir da análise mostrada, fica evidenciado que, associada à posição à esquerda, tem-se que considerar o aspecto da adjacência ao núcleo, por isso essa tabela é mais completa que a anterior, porque apresenta a diferença entre essas duas possibilidades de situação dos elementos à esquerda. É intrigante observar que a grande maioria desses itens sem marca sejam sucedidos por possessivos, mas isso parece ocorrer por serem os possessivos muito presentes em estruturas com mais de um elemento anterior ao núcleo

De acordo com a teoria dos 4 M, de Myers-Scotton e Jake (2000), há morfemas funcionais, os *morfemas gramaticais precoces* que se formam no mesmo nível dos lemas, juntamente com os morfemas de conteúdo, os *morfemas de conteúdo*, dando a eles dados do tipo de definitude, por exemplo, que cumprem função importante no atendimento às intenções do falante. A observação da forma como a concordância no sintagma nominal se realiza indica que a marca de plural do elemento imediatamente anterior ao núcleo é um *morfema gramatical precoce*, ou seja, é gerado juntamente com os *morfemas de conteúdo*, daí a sua probabilidade maior de concordância que as outras marcas de plural, que são introduzidas posteriormente, puramente para atender a necessidades gramaticais. Nesse caso, as outras marcas atendem apenas à estrutura sintática, são *morfemas gramaticais tardios pontes* (relacionam elementos do mesmo sintagma) diferentemente daquela imediatamente anterior ao núcleo, em adjacência a ele: esta é uma exigência da necessidade intencional, foi gerada no mesmo nível das intenções.

É importante observar que os morfemas de concordância à esquerda adjacentes ao núcleo são adquiridos primeiro e sofrem menos variação que os outros morfemas à esquerda e à direita do núcleo. Os outros não nucleares sã gramaticais

tardios, são adquiridos depois e sofrem mais variação. Nos nomes, são precoces apenas os morfemas de plural desses elementos quando em primeira posição, daí serem mais alvo de plural que os nomes em outras posições; em outras posições os morfemas de plural dos nomes são morfemas gramaticais tardios pontes, têm função apenas gramatical, não são necessários para atender intenções dos falantes, são por isso, mais alvo de variação.

4. A concordância de gênero

Segundo Rocha (1999:211), o gênero dos nomes é indicado através de expediente sintático, em quase sua totalidade. Câmara Jr. (2004[1970]) adverte que todos os nomes têm gênero, mas bem poucos fazem referência a sexo, por somente poucos se referirem a animais sexuais, daí o gênero ter sido alvo de uma “incompreensão semântica de sua natureza”. Mesmo considerando apenas esses poucos seres sexuais, ainda há ‘desencontros’, a exemplo de:

- vítima, por exemplo, é feminino, mas pode ser um homem ou uma mulher;
- criança pode ser do sexo masculino ou feminino;
- cobra pode ser macho ou fêmea.

Concordando com Câmara Jr. (2004), Lucchesi diz, quanto gênero e ao número:

As categorias gramaticais de número e gênero associam-se, no plano semântico-lexical ao nome³⁶ e se estendem, no plano sintático, através do mecanismo da concordância, aos termos que lhe determinam o sentido: o artigo, o pronome e o numeral. Em um sintagma como *as mais belas garotas*, os traços semânticos [-macho], - [singular] se referem ao nome garoto, mas a sua expressão mórfica se estende a todos os constituintes flexionáveis³⁷ do Sintagma Nominal. Através do mecanismo da concordância, os artigos, os adjetivos os pronomes e os numerais se flexionam em conformidade com o gênero e o número do nome a que se referem. (Lucchesi, 1999).

Deve-se considerar a arbitrariedade do gênero entre as línguas, a exemplo de *a caneta*, português, *le syylo*, francês. Apesar da arbitrariedade, não é comum nem, portanto, frequente a variação na concordância de gênero entre falantes nativos, a não ser entre crianças; isso é apenas comum entre falantes de 2ª. língua (L2). Têm-se, com esse trabalho, a hipótese de que a variação na concordância de gênero ocorra de forma acentuada nos Tongas, ora em observação, cujos falantes mais velhos aprenderam o português como segunda língua.

O dialeto dos Tongas é uma variedade de português falada na ilha de São Tomé (na África Central Ocidental) por descendentes de africanos contratados nos séculos XIX e XX para trabalharem nas grandes roças de cacau e café. Em termos das origens dos africanos, das condições de trabalho na roça Monte Café, e do contexto para a aquisição do português, segundo Baxter (2001), existem vários paralelos com os empreendimentos agrícolas brasileiros de início do século XIX. Segundo informações de Baxter (2001), em Monte Café a grande maioria dos africanos era do interior do continente e chegavam sem conhecimentos do português. Na roça, mantiveram as suas próprias línguas e adquiriram o português como L2 através do contato. A presença das línguas africanas era sempre mantida e era sempre reformulado o português L2 pela renovação constante da população. O dialeto português dos Tongas divergiu bastante do português dos administradores. Foi só na década de 1950 que as crianças Tongas tiveram pleno acesso à educação, o que levou ao uso de modelos de português mais próximos do português europeu.

Alguns dados dos Tongas foram descartados, por darem margem à dupla interpretação, ou por não serem claros ou possibilitarem mais de um gênero. Os sintagmas seguintes, em destaque, e outros como eles, foram considerados sem

36 De acordo com a moderna teoria da gramática, Lucchesi usa a designação de “nome” pela designação “substantivo” ou “nome substantivo” das análises tradicionais.
37 O autor considera “flexionável” ou “inflexionável” em gênero, ao invés das expressões “variável” ou “invariável” em gênero, evocando o processo morfológico de flexão.

a realização da concordância, por utilizarem o gênero neutro ao invés do gênero devido pelo contexto, o gênero feminino:

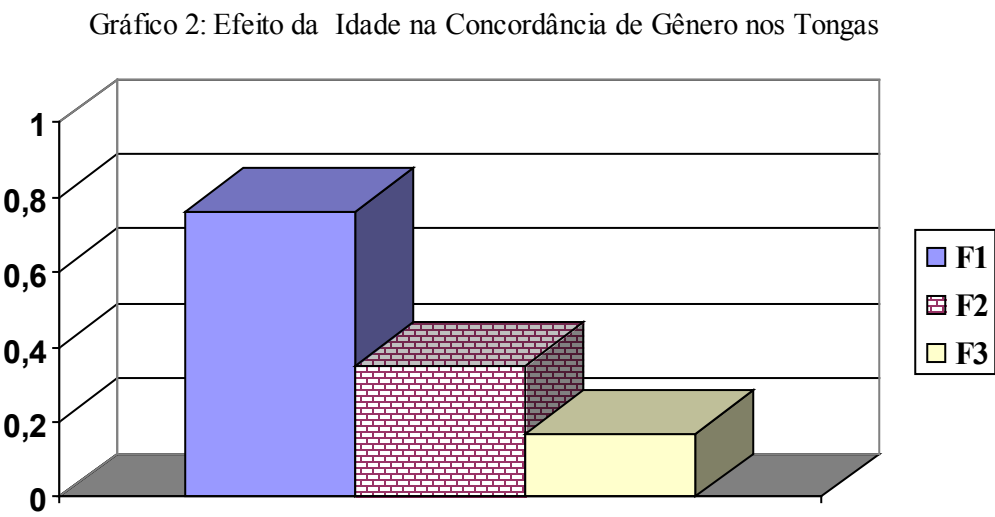
- Quê doente ISSOS COESA de febre, ISSOS COESA assi
- Tê mase puruque TUDO ISTÓRIA já eu conto

Diante da especificidade da comunidade, considerou-se a necessidade de considerar a faixa etária, de forma se observar também a geração mais velha, que teve o português como Apesar disso, o estudo da faixa etária apresenta um quadro surpreendente: a cada geração, os Tongas adquirem visivelmente a concordância de gênero. A tabela a seguir apresenta detalhes dos resultados encontrados.

Faixa etária	Dados - %	P. R.
F1	1909/1976 97%	.76
F2	976/1170 83%	.35
F3	630/995 63%	.17
TOTAL	3506/4141 – 85%	

Tabela 2: Variação de Gênero nos TONGAS e Faixa Etária

A análise revela um forte perfil aquisicional, que pode ser visto facilmente pelo gráfico 2.



O estudo da variável faixa etária em comunidades falantes que adquiriram a língua a partir de modelos L2 revela que o status dos falantes mais jovens na última geração, mais novos, se distancia bastante dos mais velhos. O quadro apresentado deixa entrever que a variedade dos Tongas, quando adquiriu o português como L2, usou muito pouca marca de gênero, que foi, pouco a pouco, adquirida, por força da escolarização e do contato com a língua alvo, em um processo semelhante ao da descrioulização.

No estudo da variável Classe e Posição Relativa, foram considerados os seguintes fatores mostrados no Quadro 1:

Quadro 1 - VARIÁVEL POSIÇÃO RELATIVA- EXEMPLOS
Posição A - Elemento flexionável à esquerda não-adjacente ao núcleo do sintagma. Ex: mas NA nossa artura, é nós quando sê tem sete ano
Posição B – Elemento flexionável à esquerda adjacente ao núcleo do sintagma. Ex: ere faz ismpuma, ESSE espuma é azeite
Posição C – Elemento flexionável à direita imediata ao núcleo do sintagma. Ex: isso metade ficô isso metade SORTO
Posição D – Elemento flexionável à direita não-imediata ao núcleo do sintagma. Ex: Mil vezes aqui é uma zona mais FRESCA que tem, zona mais alta.

Os resultados da análise do efeito dessa variável na variação da concordância de gênero nos Tongas são mostrados na tabela 3.

Classe e Posição Relativa	TONGAS %	P.R.
Esquerda não adjacente (A)	175/194 90%	.38
Esquerda adjacente (B)	3355/3702 91%	.52
Direita imediata (C)	110/133 83%	.15
Direita não imediata (D)	6/9 67%	.04

Tabela 3: Efeito da Classe e Posição Relativa na Concordância de Gênero nos Tongas

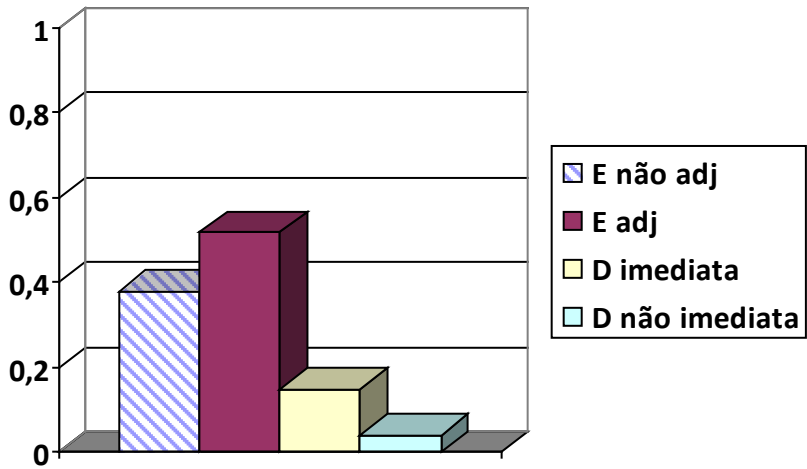


Gráfico 3: Efeito da Classe e Posição Relativa na Concordância de Gênero nos Tongas

Os achados mostram que a posição em relação ao nome um dado que interfere bastante no fenômeno da concordância de gênero. Quando o elemento flexionável está em posição à esquerda adjacente em relação ao núcleo, ele tende a ser mais marcado pela concordância de gênero, o que ocorre de forma mais enfraquecida quando o emento está à esquerda, mas não adjacente. E os elementos nessas posições (à esquerda adjacente e à esquerda não-adjacente)

são muito mais alvo de concordância do que em posição à direita, imediata e não imediata, sendo essa última a mais desfavorecedora.

Os resultados da análise da variação da concordância de gênero nos Tongas revelam, através da análise da variável Classe e posição relativa, que o fenômeno pode ser explicado pela Teoria dos 4M, assim com no caso da variação da concordância de número no português, apresentado na seção 3. Vê-se que mais uma vez se envolvem dois tipos de morfemas gramaticais: *precoces* e *tardios pontes*. Precoces são aqueles morfemas flexionáveis em gênero que se colocam na posição à esquerda adjacente ao nome, são adquiridos primeiro, cumprem intenções dos falantes, e mais dificilmente sofrem variação, daí serem esses os que mais são alvo de concordância (91% de concordância e peso relativo .52 em caso de posição à esquerda adjacente; ao lado de 90%, peso .38; 83%, peso .15 e 67%, peso .04 nas outras posições).

Dessa forma este trabalho evidencia que a base da variação da concordância de gênero é atingida pelas mesmas restrições que a de número. Essa variação de gênero se reduz, com o passar das gerações, em busca do português padrão, mas ela obedece a um princípio regular que rege o seu funcionamento, comum aos dois fenômenos estudados em português. Para a variação da concordância de gênero, há uma característica que a distingue da variação de número, é que no caso do gênero, para o falante nativo, a variação, em situação “normal de aquisição” não existe, apesar de o gênero ser, na maior parte dos nomes, arbitrário.

5. Considerações finais

Através das análises mostradas neste texto, percebe-se que o fenômeno da variação da concordância não é aleatório, é regido por questões estruturais, e, como se vê, as restrições podem atuar da mesma forma em fenômenos diferentes, como a variação da concordância de gênero na variedade dos Tongas e de número no português brasileiro. Além disso, a teoria dos 4M, de Myers-Scotton e Jake é um forte aliado na explicação desses fenômenos em português. Os dados revelam que, na concordância de número e de gênero, são os morfemas gramaticais precoces (os que se ligam, de forma adjacente, ao núcleo do sintagma nominal) os que mais dificilmente sofrem variação e os tardios pontes (que se situam em outras posições), que, ao contrário, são mais suscetíveis ao apagamento da marca de plural. Este estudo, pois, permite entender com mais detalhes as restrições existentes no processo de variação da concordância de número e de gênero. Pois consegue explicar a diferença entre os pesos relativos de concordância entre os elementos em primeira e segunda posição, à esquerda do nome.

Referências Bibliográficas

Baxter, Alan N. 2001. *The development of variable number agreement in a restructured African variety of Portuguese*. Texto apresentado no Colóquio sobre Línguas Crioulas. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Câmara Jr, Joaquim Mattoso. 2004[1970]. *Estrutura da língua portuguesa*. 36ª. ed. Petrópolis: Vozes.

Lopes, Norma da Silva. 2001. Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade. Tese. (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Lopes, Norma da Silva. 2005. Aquisição da concordância no português: uma explicação com base na teoria dos 4M. *Papia*. N. 15 Atas do III Encontro da AB ECS.

Lucchesi, Dante. 1999. *A variação da concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Myers-Scotton, Carol e Jake, Janice L. 2000a. Four types of morpheme: evidence from aphasia, code switchim, and second-language acquisition. In KLEIN, Wolfgang et alii (ed.). *Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences*. Vol 38-6, p. 1053-1100.

Myers-Scotton, Carol e Jake, Janice L. 2000b. Testing the 4-M model: an introduction. In. Travis, C. *Linguistics: International journal of bilingualism*. Vol 4, 2000b, p. 1-8.

Myers-Scotton, Carol. (no prelo). Implications of abstract grammatical structure: two targets in creole formation. To appear in *The journal of pidgin and creole languages*.

Rocha, Luiz Carlos de Assis. 1999. *Estruturas Morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Rougé, Jean-Louis. 1992. Les langues des Tonga. In *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Ernesto d’Andrade e Alain Kihm, eds., 171-176. Lisboa: Colibri.

Scherre, Maria Marta Pereira. 1988. *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

APROPRIAÇÃO DO PORTUGUÊS POR ESTUDANTES HIXKARYANA

Valteir MARTINS³⁸

Silvana Andrade MARTINS

RESUMO: Este estudo faz uma análise da apropriação do português falado por etnias indígenas e seus impactos no processo de escolarização. Enfoca especificamente a variedade do português empregado por estudantes hixkaryana que, em 2006, estudavam nas cidades de Nhamundá e Parintins, Amazonas, Brasil, já que, na época, nas escolas da aldeia, ofereciam-se somente as primeiras séries do ensino fundamental. Identifica-se e analisa-se o substrato da língua materna presente nessa variedade do português, referentes a aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-lexicais. Com isso, fica evidente o abismo existente entre o português de contato que o aluno sabe e a escrita padrão que a escola usa. Para uma pedagogia eficiente de ensino de língua portuguesa, é importante identificar esse substrato, pois assim o professor poderá compreender melhor as dificuldades específicas de seu aluno na aquisição do português veiculado pela escola e planejar práticas didáticas mais eficientes. Saber falar variedade de prestígio do português e produzir textos comunicativos de gêneros discursivos diferentes são competências fundamentais principalmente para aqueles que almejam cursar o ensino superior, como é o caso de muitos indígenas que concorrem às vagas de vestibular oferecidas pela Universidade do Estado do Amazonas. Entretanto, no contexto educacional, essa diversidade sociolinguística e cultural existente em salas de aula de escolas urbanas muitas vezes passa despercebida, acomodada em uma pedagogia de ensino do português que alimenta a falsa ideia de unidade. Os resultados dessa postura escolar são impactantes, conforme revela um questionário sociolinguístico e educacional aplicado a eles.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas em contato; Hixkaryana; Língua Portuguesa, Educação.

Considerações iniciais

A educação indígena no Brasil é um tema que tem sido bastante discutido e que requer ainda muitos estudos e reflexões. Há experiências positivas nesta área e outras tantas fragmentadas e descontínuas. Entretanto, um passo importante foi dado, que é o direito dos indígenas garantido pela Constituição Brasileira de 1988 de, no ensino fundamental regular, que será ministrado em língua portuguesa, assegurar às comunidades indígenas, “também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (portal do MEC). Além disso, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), é garantida aos povos indígenas “a oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural [...]e o acesso a conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, e demais sociedades indígenas e não indígenas”. (cap. 2, seção I, art. 78). Portanto, é assegurado o direito às sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue.

Neste contexto, muito já tem sido realizado no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade, mas ainda há muito a ser construído nesse caminho. A primeira dificuldade é de acesso à escola. Faltam-se escolas nas aldeias, principalmente no que se refere às últimas séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. Por isso, para continuarem seus estudos após o 5º ano, boa parte dos estudantes indígenas necessariamente vai à escola da cidade, mas estas não lhes oferecem o atendimento necessário para sua adaptação, principalmente linguística, a fim de garantir o acesso ao ensino fundamental pleno.

No que se refere aos hixkaryana, essa dificuldade de acesso à escola foi superada a partir de 2008. Conforme informa Queiroz (2010) no site do Instituto Socioambiental (ISA), passou a funcionar uma escola de ensino fundamental completo na aldeia Kassauá. E, para cursarem o ensino médio, esses jovens se dirigiam preferencialmente à cidade de Nhamundá. Mas, em 2010, também foi implantada uma escola de ensino médio nessa mesma na aldeia. Atualmente, portanto, para continuar a estudar, o jovem hixkaryana necessariamente só sai da comunidade quando pretende cursar

38 UEA, Escola Normal Superior, Departamento de Letras. Rua Ramos Ferreira, 199, Cond. Vista Del Rio, 1702. CEP: 69010-120, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mails: Valteir_martins@yahoo.com.br e Andrademartins.silvana2@gmail.com

o ensino superior. E, entre eles, há pelo menos uma dezena que já o concluiu ou o está cursando nas cidades de Parintins e Manaus.

No contexto da educação indígena no estado do Amazonas outros avanços são notáveis. Por exemplo, tem-se investido na formação de professores indígenas, o que é fundamental para a melhoria da qualidade de ensino. O curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões é um desses exemplos. Iniciado em 2006 com 250 professores indígenas, irá licenciar ainda este ano 208 indígenas das etnias Ticuna e Kokana. Os alunos deste curso são professores indígenas das escolas indígenas, que a partir desta licenciatura ampliarão a oferta de uma educação diferenciada e específica, às séries finais do Ensino Fundamental. Outro exemplo é o Curso Proind, curso de Pedagogia Intercultural para a formação de professores Indígenas que se dispõe a formar 2.600 docentes indígenas (ou envolvido com a causa indígena) no estado do Amazonas, no espaço de tempo compreendido entre Julho de 2009 a Janeiro de 2015 (5 anos e 1 mês), o qual se realiza em caráter modular (UEA, 2011). Pretende-se assim formar docentes para o magistério indígena da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental e profissionais nas áreas de serviço e apoio às escolas, com ênfase na gestão escolar indígena e no acompanhamento do trabalho pedagógico.

A formação superior de professores indígenas para atuarem na educação indígena é fundamental para possibilitar um ensino de qualidade, inclusive no que se refere à educação linguística. Isso inclui o ensino da língua portuguesa, de maneira eficiente, possibilitando aos estudantes indígenas a aquisição de saberes linguísticos que lhes são necessários dentro e fora de suas comunidades.

Nesse estudo, é enfocada a situação sociolinguística de 21 estudantes hixkaryana que, em 2006, frequentavam as escolas de Nhamundá e Parintins, pelo fato de que nas aldeias o ensino oferecido era somente até a antiga 4ª série. Identificam-se alguns aspectos socioeducacionais desta comunidade de estudantes, utilizando para isso os resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada por S. Martins e Farias (2006) e analisam-se as características da variedade do português oral e escrito que utilizam, verificando as influências da língua nativa na segunda língua, demonstrando esse abismo linguístico entre a língua desse aluno e a que a escola utiliza, fato que, muitas vezes é ignorado pela escola.

A maioria dos hixkaryana é alfabetizada na língua nativa, sendo capaz de ler e escrever nesse idioma. O português é estudado como segunda língua. Mas, segundo esses estudantes entrevistados, essa aprendizagem se restringe a conhecimentos básicos do português.

Para analisar a variedade do português dos alunos Hixkaryana, foram utilizados textos orais e escritos produzidos espontaneamente por três deles, sendo dois das séries finais do Ensino Fundamental e um do Ensino Médio. Entre esses textos, três relatos orais e escritos sobre “como se faz uma caçada” serviram de base para análise. Acrescido a este material, verificou-se também o português empregado pelos 21 alunos, ao responderem, por escrito, às perguntas de um questionário socioeducacional.

No desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que, embora seja possível comunicar-se, quase sem dificuldade, com esses estudantes indígenas, em português, a variedade que eles falam apresenta características próprias que vão desde uma pronúncia diferenciada de algumas palavras, até aspectos morfossintáticos, como a ausência de emprego de artigos e preposições; a não observância de concordância nominal e verbal, segundo as regras da norma culta; emprego inadequado dos tempos verbais; etc. Estas características, na maioria, advêm da influência de sua língua materna.

Os resultados obtidos através deste estudo esclarecem questões que ainda hoje são pouco vistas por professores e pesquisadores como: quais são as particularidades do português que esses indígenas falam? Quais são as influências da língua indígena na fala e na escrita do português? Dessa maneira, este estudo pode contribuir para a elaboração de estratégias de ensino do português, que auxiliem aos professores indígenas e não indígenas na condução do processo de aquisição do português como segunda língua pelos estudantes hixkaryana e de outras etnias, fato que possibilitará

um melhor desempenho linguístico dos alunos indígenas na escola, facilitando seu acesso até o ensino superior no âmbito nacional.

1. Aspectos culturais, linguísticos e socioeducacionais dos hixkaryana

As informações sobre os aspectos culturais, linguísticos e socioeducacionais dos hixkaryana aqui apresentados foram obtidos principalmente a partir dos resultados de questionários e entrevistas elaborados e aplicados pelos pesquisadores Martins, Silvana e Farias, Adenilson (2006), em pesquisa de Iniciação Científica, proposta e orientada pela primeira autora.

Esses instrumentos de coleta de dados foram aplicados a 100% do universo de estudantes hixkaryana das cidades de Nhamundá e Parintins, que estudavam nessas localidades em 2006, os quais constituíam um grupo de 21 alunos, sendo 18 estudantes de Nhamundá e 03 de Parintins.

Os hixkaryana vivem atualmente nos vales dos rios Nhamundá (Amazonas-Pará) e médio Jatapu (Amazonas), no Brasil. São membros da família Caribe (Karíb), uma das três maiores da América do Sul.

De conformidade com dados de 2010 fornecidos por Queiroz (2010), a estimativa populacional hixkaryana é de 942 e chega a 1012 pessoas, se incluir as famílias misturadas com os índios kaxuyana, em um total de 70 pessoas.

Essa população indígena encontra-se repartida em 13 aldeias, sendo 11 no rio Nhamundá, onde vivem cerca de 887 moradores hixkaryana e 02 no Jatapu, com 55. A maior aldeia é Kassauá, com 570 habitantes e é a que fica mais próxima da cidade de Nhamundá. Em 1959, os hixkaryana eram apenas 100 pessoas. Portanto, houve um crescimento populacional significativo. Eles constituem atualmente a principal etnia da reserva Nhamundá – Mapuera, que se encontram municípios de Nhamundá, Faro e Oriximiná, nos estados do Amazonas e Pará, no Brasil.

O meio de subsistência principal dessa população é o beneficiamento da farinha de mandioca, fruto da cultura de roça que ainda é bem difundida no cenário das comunidades indígenas. Plantam mandioca, frutas, como banana, cupuaçu e outras, e vivem da caça e pesca.

Conforme já citado, essa população pesquisada estudava na cidade porque, na época, as escolas das aldeias só ofereciam até a antiga 4ª série. Nhamundá, a cidade mais próxima de suas localidades, era para onde iam preferencialmente. Lá ficavam morando na Casa do Índio e se mantinham do apoio principalmente dos pais, por meio da produção da aldeia e também do apoio que recebiam das autoridades locais.

Segundo os resultados obtidos na análise do questionário e da entrevista aplicados a esses estudantes, constatou-se que eles se deslocam para as cidades a partir dos 15 anos. 15 deles tinham entre 15 e 20 anos e 5 possuíam entre 21 e 26 anos e somente 1 tinha mais de trinta anos.

A decisão de irem estudar na cidade não é tomada isoladamente, passa por procedimentos de seleção estabelecidos pelas autoridades hixkaryana, que são: ter no mínimo 15 anos; ser resistente o suficiente para suportar fome e, de preferência, ser do sexo masculino. Somente foi encontrada uma estudante entre eles. Para os hixkaryana, a mulher deve permanecer na aldeia, cuidando dos filhos, e não precisa continuar estudando, nem trabalhar na cidade. Além disso, não são consideradas resistentes a suportar fome em meio aos não índios.

Das aldeias de origem desses estudantes, nasceram na aldeia Kassawá, que fica a dois dias de Nhamundá, Amazonas. Essa é a área urbana mais perto dessa aldeia, onde os hixkaryana recebem sua aposentadoria, fazem compras, e a grande maioria jovem estuda.

Quanto ao tempo que já residem na cidade, 11 há 3 anos, 6 entre 4 a 6 anos e 4 estavam há 8 anos, e o motivo da

vinda para a cidade era unânime: estudar. Dentre eles, 16 cursavam de 5ª a 8ª; 4 faziam ensino médio e apenas 1 estava na 4ª série. Com exceção de um deles, todos fizeram de 1ª a 4ª série na aldeia.

Quanto ao conhecimento da língua portuguesa, 16 disseram que não entendiam o que o professor explicava. Mesmo os 5 que alegaram entender com facilidade as explicações do professor eram já repetentes, sendo que entre eles um já estudava há 8 anos na cidade, outro há 6 anos e ainda estavam na 6ª série. Isso demonstra a dificuldade de entendimento do português que pelo menos inicialmente tiveram.

Para 12 dentre os 21 estudantes, os textos dos livros pedagógicos são difíceis de entender, o que se explica pela dificuldade de eles entenderem os textos escritos em português padrão. E também se confundem com a relação entre sons e letras do português que são inexistentes ou diferentes dos que são usados na escrita da língua hixkaryana.

Ao estudar na cidade, para 9 deles a principal dificuldade enfrentada era o fato de não entenderem o português porque o professor falava muito rápido; para 8 era a falta de alimentação e 4 apontaram ser a discriminação por parte dos colegas de aula.

Manter-se financeiramente na cidade era muito complicado para eles, pois com exceção de um deles que recebia aposentadoria do INSS, os demais eram ajudados financeiramente com os poucos recursos de seus pais. Vale ressaltar que as autoridades de Nhamundá não eram indiferentes com os hixkaryana, pois prestavam assistência à Casa do Índio, disponibilizam condução da aldeia até a cidade e auxiliavam em questões de documentação e integração no mercado de trabalho.

Quanto à compreensão do português, ao responderem ao questionário, constatou-se a grande dificuldade que possuíam, pois mesmo estudantes do último ano do ensino fundamental precisaram de tradutor para entender as perguntas propostas por escrito. Por

2. Características do português oral e escrito dos estudantes hixkaryana

A variedade do português falado pelos hixkaryana sofre influências fonológicas e morfossintáticas de sua língua materna. Por isso, abordar algumas das características dessa língua indígena é importante para se entender as influências da língua nativa na fala e na escrita dos estudantes hixkaryana.

O alfabeto hixkaryana é composto pelas letras: A, B, D, DY, E, F, H, K, M, N, NY, O, P, R, RY, S, T, TX, U, W, X, Æ. Entre essas letras, há duas que representam sons que não há no português: a letra “F” corresponde ao fonema /f/, fricativo bilabial surdo, e “Æ”, corresponde ao fonema /ɥ/ que é quase o “U” em português, mas falado com lábios não arredondados.

A língua hixkaryana, descrita primeiramente pelo linguista Desmond C. Derbyshire (1999) é uma das pouquíssimas línguas conhecidas que usa a ordem Objeto-Verbo-Sujeito (OVS), provavelmente a primeiralingua desse tipo a ser descrita. No entanto, objetos indiretos seguem o sujeito, em ordem SOV e, nessa língua, não há preposições; faz-se uso de posposições.

Analisando a variedade do português falado pela população hixkaryana em estudo, constata-se que eles utilizam uma variedade muito informal, desconectada das regras gramaticais da norma culta e mesmo coloquial do português.

Essa análise da variedade linguística do português falado pelos hixkaryana como segundo língua é feita baseada em textos orais e escritos espontâneos produzidos por três alunos hixkaryana, concentrando-se sobretudo em seus relatos orais e escritos sobre “como se faz uma caçada”. Estes textos foram coletados subsequentemente, a oralidade seguida

da escrita. Com isso, objetivou-se verificar a relação que eles estabelecem entre as modalidades da fala e escrita.

Para melhor entender essa relação entre a produção textual analisada e seus produtores, apresenta-se o perfil desses três estudantes:

Figura 1 - Perfil dos três hixkaryana autores dos textos-base

Estudante	A	B	C
Sexo/idade	Masculino (21 anos)	Masculino (19 anos)	Masculino (20 anos)
Escolaridade	2º ano (Ensino Médio)	1º ano (Ens. Médio)	7º (Ens. Fundamental)
Tempo de residência na cidade	6 anos	5 anos	4 anos
Atividade que realiza na cidade	Estudante e Intérprete da FUNASA	Estudante	Estudante

Fonte: Martins, S. e Farias, A. (2006).

Apresentam-se excertos dos textos orais por eles produzidos, como respostas às perguntas do interlocutor. Esses textos foram transcodificados, buscando preservar ao máximo os traços da oralidade.

Estudante A:

Interlocutor: Como é uma caçada na aldeia?

nosso caçado que agente faz se convida o pai né primeiramente logo... porque... primeiro dia que... se vor/sempre sábado a gente... conversa com o pai ou... família... cunhado também né... aí pra poder pra caça... só tem sempre que o pessoal viaja... viaja pra:: caça assim... pesca... só sábado né... sábado domingo e feriado né... é santo né.... aí pessoal... reúne esse daí da tipo de pra caçar e... a gente come só domingo sabe... aí pra poder... o pessoal vai... pesca... dois dia de viagem também... só que o pessoal saía sempre de noite também... matrucada assim pra pode pra busca caça né... só que muito longe né... aí pra pode... busca o... irmão só que... é outro/ pessoal dorme é outro cara também... aí o pessoal tem muito cachorro também aí pra poder:: só que...tem que marcar holário do três horas que sempre a gente sai né...

Interlocutor: É verdade que vocês repartem a caça entre vocês?

Só que nós reparte porque... a gente faz assim... buscar o:: pra caçar né... quem vai... caço no mato... aí quem vai... pescar né... aí o pessoal vem... quem vem primeiro... porque quem já pesca assim rápido... aí o pessoal vem logo né... se vor/...aí o pessoal do mato aí tem que procurar ainda também... até... chega até quatro horas... cinco horas... de tarde o pessoal vem... aí... a gente... a gente... eu né... aí pra poder pra almoçar tudo chunto né... família... a cunhado... só que... primeiramente que faz... da culto né... da:: missa... assim primeiro... aí depois da missa aí só já é almoço no sabe... o pessoal da:: família sabe...

Estudante B:

Interlocutor: Como é uma caçada na aldeia?

a caçada na aldeia... a gente:: primeiro a gente convida... os vizinhos e ao... amigo... num dia de... num dia de caça... preparamos uma espingarda... fazemos uma:: óleo pa... sobo:: espingarda pa num enferrujar... num dia:: num dia de... de caça... a gente fai pra:: fazendo... a preparar uma:: como... cartucho né cartucho:: e o chumbo... espoleta pofra...em seguida... a gente fai pra:: caçar... e procurar... os porcos né.

Interlocutor: Geralmente qual é a caça que vocês conseguem?

porque:: na aldeia... o todos não... gosta de... de... de carne né... outros também gosta de... peixe... pois o... os que gosta de... de... de anta como:: queijado... estão matando... só... os que:: gosta de... comer carne né... e o... os que gosta de... peixe eles não come... os... os carne...e o peixe... porque:: não tá acostumado, né...

Estudante C:

Interlocutor: Meu amigo, como é uma caçada na aldeia?

Olha assim.. nós caça assim... só matarsó... tem caminho lá pô... só... meu pai..cri-ar lá... aí esperando... animal né... aí... aí... ele que... criado né... veado... e anta também... tem... buriti também pô... lá...

Interlocutor: Qual é a carne que você mais gosta?

ah... nós come assim pô... tinha... lá... macaco... e mutum também né... e... custoso.mutum né... carne bom...

Na produção oral do português desses jovens hixkaryana, observam-se aspectos fonético-fonológicos (pronúncia), morfossintáticos (construção de sintagmas e orações) e semântico-lexicais (uso do vocabulário) que lhes apresentam mais dificuldades nesse processo de apropriação dessa segunda língua.

a) Características fonético-fonológicas

No que se refere a aspectos fonético-fonológicos, uma característica é a dificuldade dos hixkaryana em pronunciar palavras do português em que ocorrem os fonemas sonoros /g/, [v/ e /Z/, pois esses fonemas são inexistentes em hixkaryana. Logo, há uma tendência em substituí-los por seus correspondentes surdos: /g/ por /k/: “gostoso > *custoso*”, “gasolina > *casolina*”, “gosta > *costa*”, “aguenta > *aquenta*”, “espingarda > *espincarta*”; /v/ por /f/: “vender > *fender*, vai > *fai*, venenoso > *fenenoso*; /Z/ por /S/: “Jararaca > *xararaca*, junto > *xunto*.

É importante salientar que essa troca de sonoridade não é constante e ora parece haver uma hipercorreção em suas falas, um procedimento comum àqueles que estão em processo de aquisição de uma língua. Por exemplo, a troca de/S/ por /Z/, em palavras do português, como “queixada” em que o estudante B pronunciou “*queijado*”. Esse mesmo procedimento também foi constatado na troca de /f/ por /v/ na pronúncia de “for” como “vor” pelo aluno A.

A troca de sonoridade dos fonemas é observada com frequência, mas não é previsível, podendo ou não ocorrer. Por exemplo, a troca de /d/ por /t/ na palavra “madrugada” pronunciada pelo estudante A como “*matrucada*”, ocorre em uma sílaba, mas não em outra.

É relevante citar ainda que em hixkaryana não há o som de [f] e o que mais se aproxima da fricativa labiodental surda do português /f/ é a fricativa bilabial surda[ɸ]. Nesse caso, palavras do português com som de /f/ tendem a ser por eles pronunciadas como[ɸ]. No entanto, essa diferença não é muito perceptível na fala corrente.

Certificou-se ainda a alternância do som de [R], flap alveolar da língua portuguesa, para [l], lateral alveolar, por exemplo: “Depois nos **libelou**”, “Tem que marca **holálio**.” Uma das possíveis explicações para essa troca entre os dois fonemas é que na língua hixkaryana esses fonemas se alternam livremente (Derbyshire, 1999).

Outros processos fonético-fonológicos encontrados foram o de redução de sílabas no início ou no final de palavras e elisão de fonemas. No entanto, esses processos são também encontrados na modalidade coloquial do português, não estando restrito ao falar dos indígenas. Alguns exemplos desses processos são:“não é ‘né’,estava ‘tava’, para ‘pra’, irmão ‘imão”.

b) Características morfossintáticas

Quanto às características morfossintáticas, identificaram-se desvios de concordância verbal e nominal, de conjugação verbal e emprego inadequado ou ausência de artigos e preposições.

No emprego dos verbos, constatou-se que os estudantes hixkaryana possuem muitas dificuldades na conjugação verbal, tanto no emprego dos morfemas modo-temporal quanto número-pessoal, conforme é apresentado:

Exemplo (1) – Desvios de concordância verbal do português

Português padrão	Fala dos hixkaryana
Quem vai caçar	Quem vai caço
Meu pai comprou	Meu pai compri
Meu pai criou	Meu pai criar
Eu matei tudo	Eu matar tudo
Eu como	Eu come
Eu vi onça	Eu viu onça

A morfologia verbal tanto em hixkaryana quanto em português são bem complexas. Os verbos em hixkaryana recebem sufixos, que são formas fusionadas que expressam tempo, aspecto, modo e número. Derbyshire (1999: 38) cita que em hixkaryana há cinco passados e dois tempos não passado. Essa complexidade de ocorrência de sufixos num radical verbal dessa língua é assim exemplificada:

m-omok-ya-tS-konö
2-come-DIST.PAST-COL-DIST.PAST+CONT
‘Vocês todos habitualmente vão.’

(Abreviaturas: DIS ‘distante’; PAST ‘passado’; COL ‘coletivo’; CONT ‘aspecto contínuo’).

Na concordância número-pessoal, os hixkaryana empregam a regra de variedades estigmatizadas do português.

Exemplo (2) – Concordância verbal

Português Padrão	Fala dos Hixkaryana
Nós repartimos	Nós reparti
Nós caçamos	Nós caça
Nós comemos	Nós come
Todos gostam	Todos gosta

Quanto à concordância entre verbo e sujeito, demonstram não ter domínio dessas estruturas de conformidade com o português padrão. Observa-se também que, entre os termos do sintagma nominal, somente o primeiro é que recebe a flexão de número.

Exemplo (3) - Concordância verbo-nominal

Português Padrão	Fala dos Hixkaryana
As pessoas chamam...	As pessoa chama
Outros também gostam de peixe.	Outros também gosta de peixe
Deixou nós tirarmos os dentes dela para vender aqui.	Deixou nós tira os dente dela para fender aqui.
Espingarda é rifle.	Espingarda são rifle.

Também os estudantes apresentaram insegurança para estabelecerem a concordância de gênero entre os termos do sintagma nominal. Às vezes não utilizam artigo e preposição ou então os empregam inadequadamente.

Exemplo (4) – Concordância Nominal

Português Padrão	Fala dos Hixkaryana
Nossa comunidade	Nosso comunidade
carne boa	Carne bom
do colégio da Conceição	da colégio do Conceição

Portanto, conforme se atestou, no que diz respeito às regras de concordância nominal e verbal, os hixkaryana apresentam muitas dificuldades. Por isso, os professores devem trabalhar essas estruturas gramaticais, por meio de treinamento específico, com exercícios de português padrão, uma vez que este é um ponto que distancia bastante o hixkaryana do português.

Semelhantemente à língua inglesa, em hixkaryana, alguns pronomes possessivos e demonstrativos não são caracterizados quanto a gênero masculino e feminino. No caso do hixkaryana, os parâmetros de posse são lexicalmente condicionados, pois a seleção do morfema possessivo tem como critério a oposição entre nomes inalienável/alienável (são principalmente posses inalienáveis os nomes de partes do corpo e de parentesco) e tempo presente e passado, e concordam com a pessoa gramatical. Esses morfemas indicadores de posse se manifestam como sufixos ligados aos nomes.

Ro-kanawa-Rö 1-canoa-POSSD ‘minha canoa’	Ro-kanawa-tho 1-canoa-POSSD.PAS ‘minha velha (ou primeira) canoa’
--	---

o-he-tSe 2-wife-POSSD ‘tua esposa’	k-oso-tö 1+2-nome-POSSD ‘Nosso nome’ (meu e dele).
--	--

O número é marcado por uma partícula que indica coletivo.	
ö-kanawa-Röö-kanawa-Rökomo	
3-canoa-POSSD ‘canoa dele’	3-canoa-POSSDCOL ‘canoas deles’

O sistema de pronomes demonstrativos em hixkaryana apresenta formas específicas relacionadas a pessoas ou entidades. São selecionados em três escalas espaciais: próximo, médio e distante de quem fala. Os pronomes pessoais nesta língua possuem morfemas específicos para 1p, 1+2p, 1+3p, 2p. A terceira pessoa é selecionada a partir de dois parâmetros: animado e inanimado. Eles se manifestam como prefixos ligados ao verbo. Também os pronomes marcadores de pessoa são selecionados de acordo com a transitividade do verbo.

Essa explanação sobre os pronomes pessoais e demonstrativos mostra que os sistemas de concordância dos pronomes com os verbos e nomes de hixkaryana diferem muito do sistema de português, sendo também muito complexo. Também se observa que enquanto em português os pronomes se manifestam como formas livres, ou seja, são palavras, em hixkaryana, são afixos. Além disso, os parâmetros que as línguas utilizam como critérios de concordância nominal e verbal são muito distintos.

Outra característica marcante do português falado pelos hixkaryana é a inadequação e ou ausência do emprego de artigos e preposições.

Exemplo (5)– Emprego inadequado de artigos e preposições

Português Padrão	Fala dos Hixkaryana
O cunhado	A cunhado
Um óleo	Uma óleo
A espingarda	O espingarda
As carnes	Os carne
Quem for ficar na cidade	Quem for ficar no cidade
De três horas	Do três horas

Pelo fato de em hixkaryana não haver artigos, nem a concepção de classificar os substantivos em masculino e feminino, esta particularidade do português exige deles uma maior maturidade linguística na língua estrangeira.

Como na língua hixkaryana não há preposições, essas noções que em português são expressas por preposições, tais como dentro, em cima, para, de, por, através de, etc, em hixkaryana são expressas por um conjunto de sufixos flexionais. No entanto, a complexidade desse sistema é muito maior em hixkaryana do que em português. Isso porque esses sufixos carregam um significado de base locativa, cujas formas variam de acordo com as características do nome que os governa. As distinções semânticas são líquido, superfície plana, área aberta e área fechada. Para cada uma dessas distinções há um

conjunto de sufixos diferentes que indica a mesma noção. Logo, o sufixo que é usado para indicar ‘dentro da água’ (lugar que contém líquido), já não pode ser usado para expressar ‘dentro da caixa’ (lugar fechado) (cf. Derbyshire, 1999: 43).

A noção de ‘deslocamento’ inerente ao significado da preposição ‘para’, como na frase: ‘Ele vai para Manaus’ faz com que eles substituam-na pelo verbo ‘ir’ em situações que não são adequadas.

Exemplo (6)

Português padrão	Fala dos hixkaryana
Poder ir caçar	Poder <u>para</u> caçar
Poder ir buscar	Poder <u>para</u> buscar

c) Características semântico-lexicais

No nível semântico-lexical, constatou-se a ocorrência de palavras que são utilizadas não de conformidade com o português padrão. Em geral, são palavras derivadas. Na formação dessas palavras eles demonstram que fazem hipóteses de conformidade com as possibilidades de processos de formação de palavras em português.

Exemplo (7):

Português padrão	Fala dos hixkaryana
Analfabeto	Não alfabeto
Gente indígena/ indígena	Gente da pessoa indígena
Primeiramente	Primeiramente

3. Análise da variante do português escrito dos hixkaryana

Na análise dos textos escritos, observou-se que as mesmas características fonético-fonológicas, morfossintáticas e lexicais constatadas nos textos orais também estão presentes nos escritos. Isso comprova que os estudantes hixkaryana têm dificuldade para diferenciar as características particulares entre as duas modalidades. Logo, escrevem como falam.

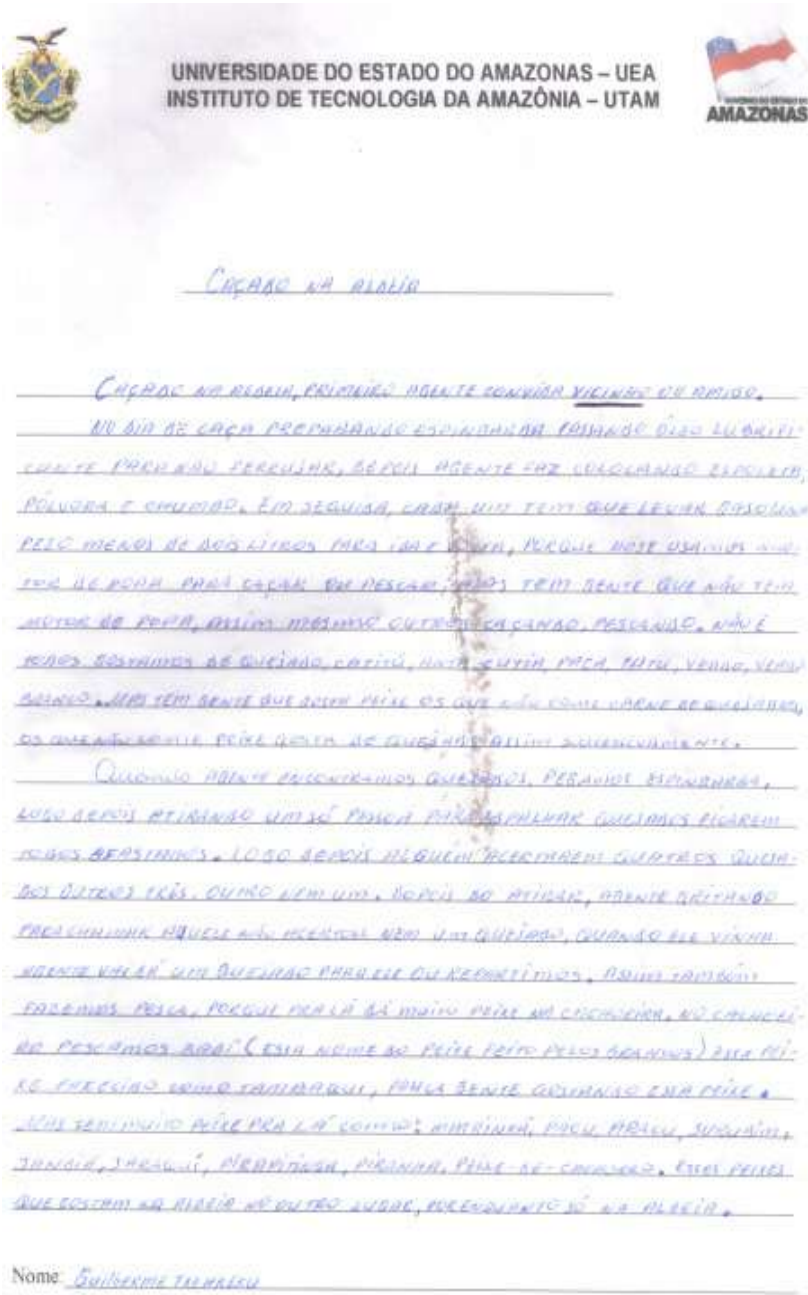
As divergências dos textos produzidos por eles com a escrita padrão do português são encontradas em todos os níveis da estrutura linguística. No nível fonético--fonológico, no que se refere à ortografia, identificou-se a troca generalizada do fonema /g/ por /k/ como na palavra: ‘casolina’ em vez de ‘gasolina’. Isso se deve à interferência da língua hixkaryana no português, pois na língua materna deles não ocorre [g], conforme já foi dito (cf. Derbyshire, 1999: 28). No nível morfossintático, foram verificados desvios de concordâncias verbais e nominais, omissões de preposições, uso inadequado e ou ausência de artigos e preposições. Essas ocorrências são também identificadas na oralidade, conforme já apresentado. No nível semântico-lexical, observou-se um vocabulário ainda restrito, usado de maneira muitas vezes confusa.

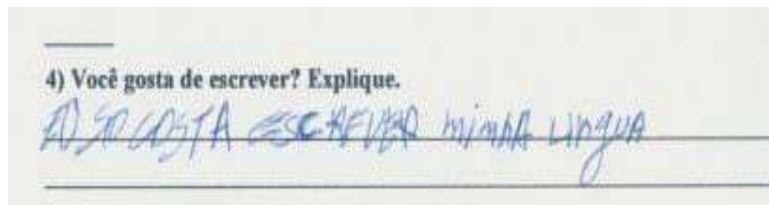
Esses fatos comprovam a acentuada dificuldade dos três estudantes hixkaryana participantes deste estudo no domínio do português, embora já cursem as séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Essa dificuldade também é extensiva aos estudantes hixkaryana de Nhamundá, pois, conforme já mencionado, por ocasião da entrevista realizada com eles, observou-se que mesmo os que frequentavam a 8ª série ainda precisaram de tradutor para entender as perguntas propostas.

Para exemplificar a produção textual escrita dos hixkaryana investigados, apresenta-se uma amostra do texto produzido por um dos estudantes. Nele são constatadas as dificuldades que de modo geral possuem na escrita do português, que são:

- a) segmentação das palavras que constituem as frases: ‘agente’;
- b) problemas ortográficos: ‘vicinhos’, gerados por interferência da língua materna e apoio à oralidade;
- c) problemas de estruturação da frase: ‘No dia **de** caça preparando espingarda...’ em vez de ‘No dia de **caçar**;
- d) problemas de concordância: ‘Quando a gente encontramos...’ etc.

Essa deficiência de conhecimentos da língua portuguesa na população estudantil estudada, segundo eles mesmos, decorre de um estudo ineficiente desta disciplina nas escolas da comunidade. Também, ao chegarem à cidade, eles interagem muito pouco com os não índios, conversam predominantemente com seus pares, em hixkaryana. E, a leitura em português, que coloca o aluno em contato com a escrita padrão da língua, também não é uma prática social constante na vida deles. Gostam de escrever, mas na língua deles, conforme disse o estudante C.





Além disso, não gostam da disciplina de Língua Portuguesa, porque acham muito difícil. No entanto, essa é a opinião de muitos não índios também, quando o ensino da língua se volta principalmente para estudar a nomenclatura gramatical e não se articula com práticas interessantes e significativas de leitura e escrita.

Portanto, o processo de apropriação do português padrão pelos hixkaryana caracteriza-se por influências linguísticas e socioeducacionais. As primeiras caracterizam-se pelos reflexos do sistema linguístico da língua nativa no português, conforme pontuado, trocas fonético-fonológicas, emprego de estruturas da língua indígena na prática da nova língua, como por exemplo: ausência ou inadequação no uso de preposição e artigos, entre outros e pelas regras de gramática que mais se distanciam entre as duas línguas. As segundas, sobretudo, pelo ensino ineficiente da língua portuguesa nas escolas das aldeias.

Mesmo atualmente com escolas na aldeia até o ensino médio é importante que a disciplina de língua portuguesa esteja sendo ministrada por professores qualificados no ensino bilíngue, pois, o domínio do português é também fundamental para eles e isso requer leitura e escrita, treinamento específico das estruturas gramaticais e a prática do idioma.

Esta pesquisa nos aponta que não basta criar vagas em escolas não indígenas para os grupos étnicos diferentes, tem que haver um acompanhamento linguístico individualizado, para que cada um assimile as estruturas escrita e falada da língua nacional, desta forma conseguirão se expressar bem e entenderão o que for ensinado. Caso isso não aconteça, a criação de vagas ou cotas para esses povos funcionarão com atestados de incapacidade desses grupos, fatos esse não verídico e não intencional dos governantes.

Referências Bibliográficas

Amazonas, Governo do Estado. Universidade do Estado do Amazonas. 2011. Disponível em: www.uea.edu.br. Acesso em: 10 de maio de 2011.

Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. 1997. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF,

Brasil, Ministério da Educação. Direitos Indígenas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis1.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

Derbyshire, Desmond. 1999. Carib. In *The Amazonian Languages*. Dixon & Aikhenvald (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Queiroz, Ruben Caixeta de. 2010. *Instituto Sociambiental (ISA), Povos Indígenas no Brasil, Hixkaryana*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/hixkaryana/2230>>. Acesso em: 15 set. 2011.

Martins, S; Farias, Adenilson Cleber da Gama. 1996. *Processo de Apropriação do Português Padrão pelos Hixkaryana. Relatório Final de Projeto de Iniciação Científica. FAPEAM/UEA. Orientado por S. Martins (manuscrito).*